



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

ALEXANDRE PATRÍCIO SILVA BARROS

A GEOGRAFIA DA CRIMINALIDADE NO CAMPUS: a multiterritorialidade do crime
na cidade universitária Professor José da Silveira Netto (UFPA).

Belém-PA

2020

ALEXANDRE PATRÍCIO SILVA BARROS

A GEOGRAFIA DA CRIMINALIDADE NO CAMPUS: a multiterritorialidade do crime
na cidade universitária Professor José da Silveira Netto (UFPA).

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito final à obtenção do título de Mestre.
Área de Concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.

Belém-PA

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

B277g Barros, Alexandre Patrício Silva

A Geografia da Criminalidade no Campus : A multiterritorialidade do crime na cidade universitária Professor José da Silveira Netto (UFPA) / Alexandre Patrício Silva Barros. — 2020.
136 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Criminalidade. 2. múltiplos territórios. 3. multiterritorialidades. 4. cidade universitária. I. Título.

CDD 910.130811

ALEXANDRE PATRÍCIO SILVA BARROS

A GEOGRAFIA DA CRIMINALIDADE NO CAMPUS: a multiterritorialidade do crime
na cidade universitária Professor José da Silveira Netto (UFPA).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Geografia, na área de concentração de organização e gestão do território.

Data da Avaliação: 24 de Julho de 2020

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas, Presidente (Orientador)
(PPGEO/UFPA)



Prof. Dr. Christian Nunes da Silva, examinador Interno
(PPGEO/UFPA)



Prof^ª. Dr^ª. Silva dos Santos de Almeida, examinadora Externa
(PPGSP/UFPA)

Em memória de minha avó Maria Olivia, por toda sua grandeza, o pilar de sustentação familiar e que, por seus conselhos inflamados, me tornei uma pessoa de boa índole e determinada a concretizar objetivos. Por todo amor que deixou a nossos corações, dedico-a.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Arnaldo e Maria do Socorro, por todo o amor, dedicação, esforço e trabalho, que me possibilitaram chegar até o presente momento. Pela bondade, honestidade e integridade. Por serem pais maravilhosos, e por tê-los ao meu lado.

Aos meus irmãos, Hemeson e Herison, que mesmo distantes não economizaram esforços para contribuir com apoio, conselhos, amor, entre outros pontos importantes na minha pós-graduação.

À minha amiga, parceira, confidente, noiva e futura esposa, Glauca Sepeda, por todo apoio, ajuda, paciência e compreensão, pois mesmo nos momentos de maior dificuldade, sempre esteve por perto, dando amparo e encorajando-me a continuar. Por ser essa pessoa carinhosa e bondosa, agradeço com muito amor.

À minha avó, Maria Olivia, que sem se despedir, partiu, deixando saudade. Matriarca da família e que, através de seus ensinamentos, fez-me chegar até aqui, com honestidade e retidão.

Aos meus tios Madalena e Antônio que, nos anos de 2010 a 2011, quando cursava o curso de Tecnologia Agroindustrial no município de Cametá, me receberam em sua casa como um filho e que, sem este episódio, talvez, eu não obtivesse o mesmo amadurecimento como pessoa, e não estaria hoje finalizando este ciclo em minha vida.

Ao meu orientador, professor e amigo, Dr. Clay Anderson, por ter se disponibilizado a me guiar nesta empreitada, mesmo com todos os compromissos que a vida acadêmica nos cobra, sou grato por toda a ajuda que me forneceu.

Aos meus estimados amigos, Elias Klalington, pela ajuda na disciplina de geoprocessamento e cartografia, e Antônio Cleison de Souza Costa, pela complacência e amizade oferecida em todo mestrado.

À turma de Pós-Graduação em Geografia de 2018, pelos momentos de aprendizagem e descontração vividos durante o curso.

Ao núcleo de segurança (Diretoria de Segurança – DISEG/UFPA), e seu quadro de pessoal, em especial o servidor da coordenação de inteligência, Cezar, por todo empenho e ajuda para me fornecer dados satisfatórios à pesquisa.

Ao delegado da Polícia Civil, Daniel Castro por disponibilizar uma manhã para me fornecer ajuda com informações adicionais para o trabalho, este episódio no longínquo ano de 2017.

À Universidade Federal do Pará, em particular ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, junto a seus técnicos, servidores e professores que, doravante, fez-me um profissional mais qualificado.

Aos alunos entrevistados e aos colaboradores que influenciaram de forma direta e indireta o desenvolvimento deste estudo, todos foram de suma importância.

Ao conjunto daqueles citados acima e aos outros que, porventura, identificam-se como cooperadores desta etapa acadêmica, meu singelo e honesto obrigado.

Sou muito grato a todos!

“A persistência é o caminho do êxito [...] Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível”.

(Charles Chaplin, 1889 – 1977)

RESUMO

O objetivo da pesquisa se dedica em analisar e compreender quais os múltiplos territórios e territorialidades da criminalidade, observando as seguintes atividades ilícitas: comércio de substâncias ilícitas (tráfico e consumo de drogas); furto; e roubo. Tais crimes serviram como base para responder como a criminalidade se espacializa e se relaciona com o cotidiano da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto. Neste sentido, a pesquisa se baseia na coleta de informações do sistema de segurança aplicado na área de estudo, bem como seu histórico de ocorrências, considerando como “objeto empírico” o próprio espaço universitário, com base no método do *materialismo histórico-dialético geográfico* que considera toda uma conjuntura histórico-material de produção do espaço, que possibilita identificar características do contexto geográfico onde a criminalidade está inserida no campus, destacando a viabilidade da hipótese estruturadora do “objeto analítico”, dos múltiplos territórios do crime. Assim, os delitos que ocorrem dentro do campus são em sua grande maioria voltados aos crimes patrimoniais – de furto e roubo – sendo, entre eles, os de furto que representam 84%, e os de roubo e tráfico de drogas que se diluem nos outros 16% restantes, sendo 13% e 3%, respectivamente. Por fim, ainda que de forma tímida, vale levantar algumas medidas que poderiam ajudar no problema da criminalidade, não só na cidade universitária da UFPA, mas dentro do cenário dos *campi* espalhados pelo Brasil que sofrem com as mesmas dificuldades. Assim, políticas de segurança efetivas deveriam ser encabeçadas buscando: i) aproximar e atrair as comunidades vizinhas no intuito de estimular a convivência no âmbito universitário, possibilitando a ocupação dos espaços comuns das instituições de ensino superior com ações sociais que absorva de forma mais ampla todos aqueles que frequentemente estão nesses lugares, seja desenvolvendo suas atividades acadêmicas ou buscando desempenhar outras práticas espaciais; ii) criar alternativas de segurança comunitária para que as autoridades consigam dialogar com a sociedade civil; iii) e, por último, o desenvolvimento de projetos colaborativos de cidadania entre universidades e os órgãos de segurança e defesa social para atuarem nas comunidades vizinhas como mediadores de conflitos, pois melhorando os índices de violência e criminalidade no entorno, automaticamente esses resultados serão refletidos para dentro dos *campi*.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço universitário; múltiplos territórios; medo; securitização urbana.

ABSTRACT

The objective of the research is to analyze and understand the multiple territories and territorialities of crime, observing the following illegal activities: trade in illegal substances (drug trafficking and consumption); theft; and robbery. Such crimes served as a basis to answer how crime is spatialized and related to the daily life of the university city José da Silveira Netto. In this sense, the research is based on the collection of information from the security system applied in the study area, as well as its history of occurrences, considering the university space itself as an “empirical object”, based on the method of geographic historical-dialectical materialism that considers a whole historical-material conjuncture of space production, which makes it possible to identify characteristics of the geographical context where crime is inserted on the campus, highlighting the viability of the structuring hypothesis of the “analytical object”, of the multiple territories of crime. Thus, the crimes that occur within the campus are mostly related to property crimes - theft and robbery - among them, theft that represent 84%, robbery and drug trafficking that are diluted in the remaining 16%, 13% and 3%, respectively. Finally, albeit in a timid way, it is worth raising some measures that could help in the problem of crime, not only in the university city of UFPA, but within the scenario of campuses throughout Brazil that suffer from the same difficulties. Thus, effective security policies should be spearheaded by: i) approaching and attracting neighboring communities in order to encourage coexistence at the university level, enabling the occupation of the common spaces of higher education institutions with social actions that absorb more widely all those who are frequently in these places, whether developing their academic activities or seeking to perform other space practices; ii) create alternatives for community security so that the authorities can dialogue with civil society; iii) and, finally, the development of collaborative citizenship projects between universities and the security and social defense agencies to act in the neighboring communities as mediators of conflicts, since improving the rates of violence and crime in the surroundings, automatically these results will be reflected into the campuses.

KEYWORDS: University space; multiple territories; fear; urban securitization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Sistematização da pesquisa.	26
Ilustração 2 - Diagrama de Causa e Efeito da criminalidade na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto.	34
Ilustração 3 - Mapa de localização da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto - Campus UFPA-Belém.	58
Ilustração 4 - O engenheiro e arquiteto Alcyr Meira nos anos 60 expondo o projeto de construção da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto para um conjunto de técnicos da UFPA.	60
Ilustração 5 - Quadro comparativo do projeto geral do campus da UFPA e as recomendações da Carta de Atenas.	61
Ilustração 6 - Ocupação do solo do Setor Básico.	62
Ilustração 7 - Evolução da expansão urbana da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto e dos bairros Terra Firme e Guamá.	63
Ilustração 8 - Fotografia “A” Capela Ecumênica e fotografia “B” Restaurante Universitário – RU.	64
Ilustração 9 - Divisão da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto. Setores Básico, Profissional, Esporte, Saúde e Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá.	66
Ilustração 10 – Quadro com fatores considerados determinantes para o crime na cidade universitária.	70
Ilustração 11 - Mapa dos bairros vizinhos (Terra Firme e Guamá) e eixo que corta os dois bairros e a cidade universitária.	75
Ilustração 12 - Mapa de contexto sócio-espacial de aglomerados subnormais da cidade universitária com os seus bairros vizinhos Terra Firme e Guamá.	77
Ilustração 13 - Relatos sobre crimes cometidos no terminal de ônibus nas proximidades do campus.	80
Ilustração 14 – Gráfico com o quantitativo de ocorrências de Furto e Roubo na Av. Perimetral nos anos de 2010 a 2018.	81
Ilustração 15 – Gráfico com o quantitativo de ocorrências de Furto e Roubo da Rua Augusto Corrêa dos anos 2010 a 2018.	82
Ilustração 16 - Demonstrativo total de Furto e Roubo no dia da semana da Av. Perimetral e Rua Augusto Corrêa dos anos de 2010 a 2018.	83
Ilustração 17 - Demonstrativo total de Furto e Roubo na faixa de hora da Av. Perimetral e Rua Augusto Corrêa nos anos de 2010 a 2018.	83

Ilustração 18 - Percentagem de alunos matriculados em cursos regulares de pós-graduação..	86
Ilustração 19 - População flutuante diária da cidade universitária em números aproximados.	87
Ilustração 20 - Serviços de atendimento ao público	88
Ilustração 21 - Lista de serviços básicos para o funcionamento da cidade universitária	88
Ilustração 22 - Representatividade dos delitos dentro da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto (UFPA) nos anos de 2009 a 2018	93
Ilustração 23 - Quantitativo total de ocorrências de furto por ano (2009 a 2018).....	96
Ilustração 24 - Quantitativo total de ocorrências de furto por mês (2009 a 2018).....	96
Ilustração 25 - Quantitativo total de ocorrências de furto por dias da semana (2009 a 2018).	97
Ilustração 26 - Quantitativo de ocorrências de furto por faixa de hora (2009 a 2018).....	98
Ilustração 27 - Mapa de graduação mostrando os graus de ocorrência de furto nos setores da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto (UFPA).	100
Ilustração 28 – Quadro com descrição das diferenciações dos setores da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto (UFPA).	101
Ilustração 29 - Quantitativo total de ocorrências de roubo por ano (2009 a 2018).	102
Ilustração 30 - Quantitativo total de ocorrências de roubo por mês (2009 a 2018).	102
Ilustração 31 - Quantitativo total de ocorrências de roubo por dias da semana (2009 a 2018).	103
Ilustração 32 - Quantitativo total de ocorrências de roubo por faixa de hora (2009 a 2018).	104
Ilustração 33 - Mapa da mancha criminal das ocorrências de roubo na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto – UFPA (2009 a 2018).	106
Ilustração 34 - Planta urbana da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto e a territorialidade do crime de roubo.	108
Ilustração 35 - Percentual de localização de Tráfico/Consumo de drogas na cidade universitária (2009 a 2018).....	111
Ilustração 36 - Índices de uso de drogas entre estudantes do ensino fundamental, médio e superior.	112
Ilustração 37 - Mapa de pontos de tráfico e consumo de drogas na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto (2009 a 2018).....	114
Ilustração 38 - Fluxograma do circuito do tráfico de drogas na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto.	116
Ilustração 39 - Mapa de pontos de monitoramento eletrônico de câmeras de vigilância da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto (UFPA).	121

Ilustração 40 - Percentual de discentes matriculados em cursos regulares na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto, no ano de 2011, por tipo de medidas de segurança pessoal.....	124
Ilustração 41 - Percentual de crimes sofridos sem comunicação ao Setor de Segurança no período de Janeiro de 2010 a Agosto de 2011 pelos discentes matriculados em cursos regulares na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto no ano de 2011.....	125
Ilustração 42 - Percentual de discente matriculados na cidade universitária prof. José da Silveira Netto (UFPA), no ano de 2011, por número de vezes que foram vítimas de crimes no período de Janeiro de 2010 a Agosto de 2011	126

LISTA DE SIGLAS

AISP	Área Integrada de Segurança Pública
ANDIFES	Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BBC	British Broadcasting Corporation
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
COPLANCU	Comissão de Planejamento do Conjunto Universitário
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CONSAD	Conselho Superior de Administração
CTIC	Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DISEG	Diretoria de Segurança
DOL	Diário Online
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GEPEC	Grupo de Estudos e Pesquisas Estatísticas e Computacionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LASIG	Laboratório de Sistemas de Informação de Georreferenciamento
NGR	Núcleo de Gestão por Resultados da SEGUP
ORM	Organizações Rômulo Maiorana
PC	Polícia Civil
PCT	Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
POEMA	Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia
PPGEO	Programa de Pós-graduação em Geografia
PPGDSMC	Programa de Pós-graduação Profissional em Defesa Social e Mediação de Conflitos
RU	Restaurante Universitário
SEGEP	Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão
SEGUP	Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAC	Secretária Adjunta de Inteligência e Análise Criminal
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIG	Sistemas de Informações Geográficas
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
SISP	Sistema Integrado de Segurança Pública
SUV	Sport Utility Vehicle
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – PODER, TERRITÓRIO E CRIME NO CAMPUS	38
1.1. RELAÇÕES DE PODER	39
1.2. A CONFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO	43
1.1.2. Os múltiplos territórios e sua configuração dentro campus	46
1.1.1.2. A cidade universitária e a “securitização urbana”	50
CAPÍTULO II – A CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ÁREA DE ESTUDO	55
2. 1. PONDERAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO E A CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA	59
2. 1. 1. Sobre o caráter institucional	64
2.1.1.1. Possíveis causas do crime no campus.....	67
2. 2. PERFIL SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	71
2. 3. OS BAIROS VIZINHOS E SEU CONTEXTO SÓCIO-ESPACIAL	73
2.1.3. O crime no entorno da cidade universitária.....	79
2. 4. O FLUXO POPULACIONAL DO CAMPUS	84
CAPÍTULO III – A GEOGRAFIA DO CRIMINALIDADE NO CAMPUS: A MULTITERRITORIALIDADE DO CRIME NA CIDADE UNIVERSITÁRIA PROFESSOR JOSÉ DA SILVEIRA NETTO (UFPA)	91
3. 1. A CRIMINALIDADE EM NÚMEROS NA CIDADE UNIVERSITÁRIA	92
3.2. DINÂMICAS E PROCESSOS DO CRIME	94
3.1.2. O crime de furto e sua concentração territorial	95
3.1.1.2. A mancha criminal dos crimes de roubo	102
3.1.1.1.2. A rede do comércio de substâncias ilícitas.....	110
3.3. A RELAÇÃO DA MULTITERRITORIALIDADE DO CRIME	117
3.4. A SECURITIZAÇÃO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO	119
3.5. SEGURANÇA VERSUS MEDO	123
CONCLUSÃO	127
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE	136

INTRODUÇÃO

A crescente escalada do processo de urbanização que as cidades brasileiras vêm sofrendo, retrata um período da história em que as consequências desse fenômeno são sentidas cada vez mais e, conforme ele se modifica, a sociedade tende a mudar junto com ele. Neste sentido, em decorrência dessas mudanças, o espaço geográfico e, conseqüentemente, o território, ganha novas formas e articulações, resultando assim, em novos sujeitos que passam a gerir este substrato de forma paralela ao Estado.

Segundo Souza (2008; 2011) a partir do momento em que o Estado, de alguma maneira, começa a perder autoridade sobre o seu território, outros agentes passarão a manter uma territorialidade naquele espaço e, portanto, exercer um controle sobre aquele recorte territorial. Este processo é cada vez mais presente nas grandes metrópoles, em especial, nas periferias das principais cidades brasileiras.

Entretanto, é importante destacar as características desses agentes paralelos que exercem determinado controle sobre o território. Desse modo, é comum associações de moradores mobilizadas exercerem um certo poder, implementar direitos e deveres aos moradores de determinado bairro, uma empresa que determina como deve ser gerido aquele espaço ou uma organização criminosa que toma para si o controle do território negligenciado pelo Estado, assim como proposto por Souza (2011) e Haesbaert (2004a). Dentre esses agentes, destaca-se o tráfico de drogas e a criminalidade que, em grande parte, é o principal sujeito territorial que confronta a soberania do Estado dentro das periferias.

Trazendo para a realidade da cidade de Belém, no estado do Pará, nota-se que organizações criminosas essencialmente relacionadas ao tráfico de drogas, controlam quase que totalmente os bairros periféricos da cidade. No entanto, num local em partículas dentro da capital paraense, esta realidade é apresentada de forma peculiar, pois na cidade universitária Professor José da Silveira Netto, o maior campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), a atividade de comercialização de substâncias ilícitas e, também, a criminalidade num todo, tem em seu *modus operandi* especificidades bem diferentes do restante da cidade (BARROS; VIEIRA e CHAGAS, 2017; BARROS, 2017).

Assim, seria perfeitamente legítimo afirmar que essas duas atividades (tráfico e consumo) não são recentes, sejam em escala nacional ou regional, porém em cada lugar elas ganham formas de atuação compatíveis com o contexto em que estão inseridas, neste caso um território institucional de uma universidade pública.

Mais um ponto a ser destacado é a ocorrência de outros tipos de crimes dentro da cidade universitária. Sobre esta questão, as ocorrências de crimes dentro de *campi*, é relevante destacar

que desde a década de 1990 já havia uma certa conscientização de que, como a população em geral, os estudantes universitários não estão protegidos de certos tipos de crimes, apresentando uma taxa mais elevada de probabilidade de ocorrer entre eles do que com outros, como os servidores das instituições de ensino, da mesma forma que determinados perfis de alunos tem maior risco de serem vitimados, neste caso, os do ensino médio, por exemplo (FISHER et al. 1998).

A criminalidade está nas ruas e a toda hora a população em geral se sente ameaçada por ela, convivendo com manifestações diversas de violência em casa; escola, com casos de *bullying*; no trabalho, com as denúncias de assédio moral e na mídia, que veicula a todo tempo programas cujo conteúdo principal é a criminalidade nas grandes cidades (RAMOS; ARAÚJO, 2013). É como se a população estivesse em constante estado de alerta, porque está a todo momento recebendo informações sobre casos de violência, seja pela mídia ou pela convivência com outros indivíduos, com os quais se dividem relatos de assaltos, homicídios, e que de repente pode acontecer ao nosso lado.

É importante, conquanto, saber como crimes a exemplo do furto e roubo, possuem envolvimento com o tráfico de drogas e de que forma isso pode influenciar nos episódios de delitos praticados no contexto espacial do campus da UFPA. Assim, parte da população universitária leva tais reações de insegurança e tensão para dentro do ambiente universitário. Para tanto, este cenário de insegurança e medo é diariamente fortificado pela espetacularização da violência moldada por um modelo militarizados das cidades (SOUZA, 2008; GRAHAM, 2016), que por muito tempo, contribuiu por um lado na “fobia” a cidades e, por outro, na desconfiança da população nos instrumentos de segurança estatais.

Dessa forma, estes pontos nortearam a pesquisa e através de observações feitas em trabalhos de campo realizados desde o ano de 2017 que, em primeiro momento, contribuiu para a construção do trabalho intitulado “*Estruturação do Circuito do Tráfico de Drogas na Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto – UFPA, em Belém-PA*” como requisito para alcançar o título de bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Logo, o esforço aqui aplicado se dedicará a compreender os rebatimentos socioespaciais que a criminalidade exerce na cidade universitária, no intuito de construir um estudo relacional sobre os múltiplos territórios do crime que surgem na área de estudo.

Entretanto, vale destacar que o estudo se apoiou em não criar juízo de valor relacionado aos bairros e comunidades do em torno da cidade universitária, pois sabe-se que historicamente, os bairros Terra Firme e Guamá sofrem com altos índices de violência e, conseqüentemente, são subjugados como bairros perigosos da capital paraense. Desse modo, existiu aqui a

preocupação de não perpetuar pré-julgamentos que difamassem ou deturpassem a realidade dos bairros e comunidades vizinhas.

É apresentada, ainda, considerações conceituais a respeito do território/territorialidades/multiterritorialidades do crime, como base primária, e outros, como relações de poder e violência, servindo de apoio, e que darão base para a construção da primeira fase da pesquisa, a saber: a aproximação teórico-conceitual; e caracterização do contexto histórico, social e espacial da área de estudo. Neste primeiro tópico, é importante enfatizar que esta revisão bibliográfica consiste, inicialmente, em uma aproximação/caracterização de maneira mais geral dos conceitos.

Realizar-se-á, além disso, a construção dos aspectos relacionados a seletividade espacial no âmbito universitário, voltados as práticas espaciais, o sentimento de pertencimento ao ambiente universitário e o fator relacional que envolve as práticas consideradas ilícitas no campus e suas múltiplas territorialidades.

Para pensar a questão da criminalidade e violência inserida dentro de uma atmosfera tão peculiar que engloba vários conceitos espaciais, temos que, em primeiro lugar, tentar fazer uma ligeira discrição sobre a criminalidade e suas possíveis causas no intuito de melhor introduzir a temática de crimes em cidades universitárias num contexto embebido nas problemáticas socioespaciais das grandes cidades.

Dessa forma, o problema da criminalidade é um assunto que está muito presente na sociedade contemporânea, o crescimento dos núcleos urbanos e o processo de urbanização acelerado proporcionam o desenvolvimento de um conjunto de problemas socioeconômicos e infraestruturais cada vez mais presente nas cidades brasileiras. Em suma, a violência introduziu mais uma desigualdade social e territorial na cidade que já possui muitas (CANO, 1979 apud SOUZA, 2008). Essa desigualdade é reflexo de uma fragmentação do tecido urbano, característico das grandes metrópoles brasileiras, onde,

“[...] [a] fragmentação tem a ver, obviamente, com fragmentos. E fragmentos são partes, frações de um todo que ou não se conectam mais, ou quase não se conectam mais umas com as outras: Podem ainda ‘tocar-se’, mas não muito mais que isso [...] pode-se dizer que se está diante de um processo de segregação residencial de um grupo social por outro quando uma parcela da população é forçada ou induzida, em princípio contra a sua vontade, a viver em um local no qual, se pudesse escolher, não viveria – ou, pelo menos, não viveria confinada àquele tipo de local [...]” (SOUZA, 2008, p. 56).

Grosso modo, a elevação da taxa de desemprego, o aumento da pobreza, desigualdade e as precárias políticas públicas voltadas para os setores sociais básicos, são alguma das questões a serem superadas e que possivelmente irão permanecer por muito tempo dentro da realidade da grande maioria das cidades. Há também o surgimento de grupos criminosos

organizados que servem como captadores de uma “massa populacional negligenciada¹” pelo Estado, isto é, de indivíduos que não são alcançados por medidas de inclusão social e que, concomitantemente, são absorvidos pelo crime.

Esses grupos acabam se tornando uma espécie de válvula de escape da própria cegueira do Estado, potencializando, na maioria das vezes, a dominação de comunidades (espaços segregados) por facções criminosas. Considerando neste exemplo – para contextualizar o estudo – os eixos sul e sudeste do país. Seguindo essa lógica, podemos citar as favelas na cidade do Rio de Janeiro controladas pelo tráfico de drogas e, mais atualmente, por grupos paramilitares de extermínio, popularmente conhecidos como milícias.

Podemos apontar que violência urbana, criminalidade e insegurança não são exclusivas de espaços citadinos abertos, pois quando se trata de violência em campus universitário, pouco se fala a respeito, mesmo esse problema sendo tão presente em muitas universidades do Brasil e do mundo. Dessa forma, as universidades, sendo esses espaços institucionais ou mesmo “espaços fechados²”, ou parcialmente fechados, também passam por problemas relacionados à violência urbana, ou seja, variados tipos de crimes podem ser registrados, independente da sua maior capacidade de proteção e fiscalização de entrada e saída de suas dependências.

Pensando sobre este tema, podemos analisar que dentre os crimes cometidos dentro da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto, existe um em especial, o tráfico de drogas, que há muito tempo vem ganhando força e novos *modus operandi* para o seu desenvolvimento dentro de *campi*, entretanto, não é apenas o tráfico de drogas (neste caso o sistema de comércio a varejo de substâncias ilícitas) que utiliza o território de instituições de ensino superior para desenvolver suas práticas, há também outros tipos de crimes que juntos formam uma tríade, assistindo áreas específicas de universidades, característica de um processo de seletividade espacial (CORREA, 2011), isto é, de territorialidades do crime.

Contudo, vale destacar que, como é reportado principalmente pelos meios de comunicação e por estudos acadêmicos (BARROS, 2017; BARROS, VIEIRA, CHAGAS, 2017; REIS NETTO; CHAGAS, 2019), o comércio de drogas está quase sempre relacionado a outros tipos de delitos. Logo, a importância de compreender como a rede do tráfico de drogas

¹ Entende-se por “massa populacional negligenciada”, os grupos e comunidades que estão inseridos de forma precária no contexto sócio-espacial dos grandes centros urbanos, sendo em certos casos, cerceados do direito de viver a cidade num todo.

² É importante ressaltar que estamos considerando aqui o conceito de Sposito e Góes (2013) de Espaços Fechados para fazer uma aproximação da realidade de um campus universitário, considerando as particularidades correlacionadas entre as duas análises. Assim, não levaremos em consideração todos os aspectos usados pelas autoras para representar a realidade de suas áreas de estudo (condôminos horizontais fechados).

se comporta no território institucional junto aos múltiplos territórios do crime – sejam internos e/ou externos) de uma cidade universitária.

A partir dessa preocupação, partindo da temática da violência, criminalidade e segurança nos *campi* universitários, podemos destacar o desenvolvimento deste tema a partir de trabalhos realizados em instituições nos Estados Unidos em meados dos anos de 1990, em esforços que deram o “ponta pé” inicial para o estudo do papel da segurança dentro das universidades, visando apontar como esses crimes se tornaram problemáticas a serem discutidas de forma mais abrangente e séria em suas agendas. Neste ponto de vista, podemos destacar Bromley e Reaves, dois autores que foram utilizados de forma relevante em trabalhos de Ramos e Araújo (2013) quando analisaram estatisticamente a violência no campus da UFPA.

“[...] nos anos de 1960 e 1970 os administradores das universidades norte-americanas foram confrontados com distúrbios nos *campi* e vários tipos de violências associadas aos movimentos antiguerra e aos direitos civis. Nesse contexto de intensa agitação social, cujos protagonistas foram, principalmente, os jovens universitários das universidades norte-americanas e europeias, surgiu pela primeira vez em termos oficiais a sugestão de que os *campi* deveriam ter seus próprios serviços de segurança. Em pouco tempo a percepção dessa necessidade transformou-se em uma variedade de propostas, seguidas por um certo número de ações efetivas, que, pouco a pouco, foram colocando à disposição dos gestores das universidades daqueles países o necessário aparato legal e operacional à instalação e à consolidação de seus próprios serviços de segurança interna” (BROMLEY; RAVES, 1998 apud RAMOS e ARAÚJO, 2013, p. 26).

Historicamente, boa parte dos crimes cometidos dentro dos *campi* universitários no Brasil são relacionados a crimes contra o patrimônio, porém, há uma crescente que vem se tornando muito presente no cotidiano das universidades, os crimes contra a vida, como podemos destacar o caso ocorridos na Universidade de São Paulo – USP no ano de 2011, de um assassinato de um estudante (CUBAS; ALVES; CARVALHO et al., 2013). Também podemos citar o caso do tráfico de drogas explanado por Barros, Vieira e Chagas (2017), que se dedicaram a construir um estudo teórico-conceitual sobre a rede do comércio de drogas também na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto.

Sendo assim, a tarefa de compreender as relações sociais que envolvem o crime perpassa por diversos seguimentos da sociedade. A deficiência de serviços sociais básicos – característica do contexto socio-espacial³ das grandes metrópoles –, bem como com grupos criminosos (aqui em questão, bem menos organizados que aqueles citados como fator de exemplo de contextualização em um dos parágrafos acima), são reflexos da ineficácia de

³Não desconhecendo a forma ortográfica correta da palavra socioespacial (sem hífen), usa-se sócio-espacial considerando aquilo que Souza (2008) explica sobre a diferenciação do teor conceitual relacionado entre os dois termos, onde socioespacial é utilizado para representar a estrutura física dos objetos espaciais e sócio-espacial para conceber a junção do substrato físico e social desses objetos.

políticas públicas voltadas a segurança e defesa social que acabam por favorecer o crescimento deste mal que atinge os grandes centros urbanos.

No entanto, a questão da criminalidade e violência urbana acabaram por penetrar em instituições do Estado – neste caso um campus universitário – que não se inserem a características de ambientes citadinos normais, isto é, “abertos” sem controles de acesso, porém, todos os anos há incidência de crimes cometidos nesses espaços, como será mostrado mais à frente.

Por outro lado, existe a relação do ambiente universitário ter uma característica peculiar que se diferencia dos centros urbanos e que determina a forma de como o crime age dentro desses espaços, como afirma um estudo realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC):

“[...] Essa aglomeração pode ter características incomuns se comparadas a outros bairros de uma cidade, como uma alta concentração demográfica de um público com um nível de educação/informação e renda relativamente altos. Esta concentração pode também ampliar fatos e eventos que comprometem a segurança das pessoas que nela circulam, sejam eles acadêmicos ou não. Assim como este tipo de público pode atrair setores mercantis e financeiros, pode também tornar-se um espaço atrativo para ações criminais” (UFSC, 2017, p. 03).

Com isso, vale destacar a distinção de alguns fatores importantes para o estudo aqui proposto, dentre eles compreender: a condição do *tráfico de drogas/consumo* e como essa prática pode estar (ou não) associada a crimes de *furto e roubo* na cidade universitária, partindo de uma análise espacial dos múltiplos territórios que o crime possibilita criar no espaço institucional da UFPA.

Logo, é necessário saber o que são, segundo a lei, drogas ilícitas para entender sobre o que é lícito e ilícito. Deste modo, o Ministério da Saúde através da Portaria 344 de 1998, listou todas as substâncias ilícitas e matérias primas que podem ser consideradas drogas ilícitas no país, e é nesta listagem que a Lei de Drogas se baseia (DIREITOS BRASIL, *s.d*).

Sabendo sobre as substâncias que podem ser consideradas ilícitas, levanta-se uma questão: consumir drogas ilícitas é crime? A resposta para essa pergunta é sim, porém, o Art. 28 da Lei nº 11.343 de 23 agosto de 2006 que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) ressalta a diferenciação das situações relativas ao consumo próprio e o tráfico. Segundo este artigo, aqueles que comprarem, guardarem ou carregarem drogas para uso pessoal, não podem ser presos, no entanto, não deixa claro qual a quantidade que pode ser considerada consumo próprio ou tráfico. Todavia, ainda que indivíduos que forem pegos com drogas ilícitas para o uso pessoal não sejam presos, podem sofrer penas de acordo com a Lei de Drogas. Assim, as penas previstas para esses casos são três: advertência sobre os efeitos das

drogas, prestação de serviços à comunidade, e medida educativa de comparecimento a programas ou cursos educativos (BIBLIOTECA DIGITAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008).

Agora, é importante compreender a característica dos crimes de furto e roubo e como são consumados. Segundo o Código Penal Brasileiro, o crime de furto se encontra no art. 155 do CP e consiste em subtrair coisa alheia móvel. A subtração é o ato de tomar para si aquilo que não está sob a sua legítima posse ou de que não seja de sua propriedade. Já o crime de roubo está definido no Art. 157 que compreende subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência (PLANALTO.GOV, 1940). Nota-se que a principal diferença é que no crime de furto não existe grave ameaça ou violência, diferente do roubo.

Feita a descrição dos crimes que serão utilizados como base para entender a criminalidade no campus da UFPA, partindo de uma análise espacial dos múltiplos territórios, suas dinâmicas e *modus operandi*, demanda-se ampliar seus horizontes através de uma abordagem inicial mais abrangente, que busca incluir a visão de autores que possam enriquecer o estudo por meio da problemática da violência, criminalidade e segurança pública, além de mostrar as sequelas deixadas na sociedade.

Contudo, cabe fazer uma breve relação entre os três delitos que servirão de objeto de estudo dentro da cidade universitária. E, saber que o tráfico de drogas, o furto e roubo fora do campus se relacionam entre si quando o comércio de substâncias ilícitas adquire, segundo os órgãos de segurança pública, um fator potencializador para a ocorrência de outros crimes, é sem dúvida, algo a ser levado em consideração.

Nessa conjectura, pode-se dizer, hipoteticamente, que o tráfico/consumo de drogas, o furto e roubo se relacionam na medida em que seus territórios se sobrepõem, ambos dividindo, em algumas situações, o mesmo espaço físico do campus. Apesar disso, devemos ressaltar que atividades como o tráfico de drogas e o roubo divergem quando comparados os seus *modus operandi*, pois o primeiro se define por seu caráter mais discreto e quando o segundo se desenvolve na mesma área, ele acaba atraindo agentes de segurança e interferindo no desenvolvimento da prática de tráfico.

Outro ponto a ser abordado é a questão da securitização e militarização dos espaços, onde cada vez mais novas formas de segurança patrimonial e controle social são implementadas nos ambientes citadinos, como explanado por Graham (2016). No caso da cidade universitária, podemos dar um maior destaque na feição de espaços murados ou fortificados, com aparato

tecnológico de monitoramento eletrônico de câmeras que cobre grandes porções do campus e serve como um mediador de vigilância e filtragem de possíveis ameaças dentro do universidade.

Além de tudo, o avanço dessas novas tecnologias é construído dentro de um mercado que colocou o medo da violência e da criminalidade como um objeto de consumo para se vender produtos voltados a segurança dentro das grandes cidades. Nesse ponto de vista, autores como Souza (2008) afirmam que num futuro próximo a questão do medo generalizado e a militarização da questão urbana deve estar no centro das inquietações em torno da justiça social e liberdade, que vêm sendo sacrificadas em nome da “segurança”.

Para Souza (2008) a sensação de medo e insegurança é, por definição, relativa, pois a impressão de que a insegurança “piorou” ou “melhorou” é sempre decorrente de uma comparação no tempo. No entanto, existe ainda a questão da insegurança que está relacionada as porções no espaço, sejam essas: cidades, bairros, ruas, praças etc. (SPOSITO e GOÉS, 2013).

Mas, trabalhos como os de Souza (2008) têm uma abrangência muito ampla quando relacionado a questão da violência, criminalidade e segurança pública, isto é, trata da problemática de uma forma macro, enquanto que na proposta de pesquisa aqui sugerida, se concentrará em algo mais específico, envolvendo um perfil particular de uma universidade federal, o seu caráter institucional do território. Destarte, podemos destacar que tanto Souza (2008) quanto Sposito e Goés (2013), Haesbaert (2007) e outros autores que se dedicam ao estudo do espaço, traçam uma linha indicando algumas das questões evidenciadas nos debates sobre a criminalidade, violência urbana e segurança.

Portanto, falar dessas feições espaciais que permeiam a área de estudo, torna-se de essencial importância para o estudo na medida que esses novos “*habitats*” urbanos se tornam mais presentes e passam a ser não só espaços fechados, a exemplo de condôminos residenciais nos subúrbios das cidades, mas também em modelos de enclaves territoriais institucionais como a cidade universitária, que mesmo sendo um ambiente público, é fortificado/murado e possui um certo grau de controle de acesso. Logo, essa característica é fundamental para compreender como a criminalidade burla esse aparato de segurança e atua dentro do campus da UFPA.

Não obstante, para entender essa conjuntura de criminalidade em ambientes universitário, neste momento, traça-se um breve comentário sobre a linha tênue que existe na relação sobre a criminalidade nas cidades e a criminalidade nas cidades universitárias. É importante deixar claro que essa primeira análise fará uma aproximação mais superficial sobre este item, que será aprofundado *a posteriori* com o acompanhamento de dados e discussões mais detalhadas.

Sendo assim, é importante ponderar que a criminalidade nas cidades tem um vetor predominantemente estrutural que está principalmente correlacionado com a vulnerabilidade social⁴ que coloca uma parcela da sociedade em posição de risco. Assim, entender que associar pobreza e violência nem sempre – ou na maioria das vezes – é viável para proporcionar um estudo mais bem elaborado sobre a questão da criminalidade. Esta posição pode levar a investigação para uma visão tendenciosa sobre a causa da violência urbana, colocando a população mais pobre em um lugar desfavorável (que já se encontra desde sempre), como se todo o mal das grandes cidades estivesse vinculada a esta gama de pessoas que sofrem, além de tudo, com o preconceito, desigualdades e outros problemas dentro da vida urbana.

A criminalidade nas metrópoles vem se tornando objeto de estudo para compreender uma das dinâmicas das cidades, a violência urbana. A associação da pobreza/vulnerabilidade social e a violência esteve rotineiramente ligada ao senso comum e se tornou produto de vários trabalhos, como os de Misse (1993). Entretanto, no decorrer dos anos e com a sofisticação do *modus operandi* dos grupos criminosos, essa análise baseada apenas nesses dois vetores se tornou insuficiente, não conseguindo abarcar todas as facetas desse problema.

Dessa forma, a ocorrência de um fenômeno aparentemente contraditório para essa explicação entre pobreza e violência pode afirmar essa limitação, assim: no período de 2000 a 2010 houve melhoria de vários indicadores sociais, mas a ocorrência de homicídios - indicador fundamental da criminalidade violenta – aumentou (CORRÊA, LOBO, 2019).

“[...] Um exemplo desse fenômeno é o município de Belém (PA), situado na Região Norte, com população estimada em 1.452.275 (IBGE, 2017). Ainda segundo o IBGE, entre 2000 e 2010, o índice de Gini da renda média domiciliar per capita caiu de 0,6460 para 0,6284, o que indica uma ligeira queda no grau de concentração de renda; a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais de idade reduziu de 13,6% para 9,6%; o percentual de pessoas desocupadas, em relação ao total da população economicamente ativa de 10 anos e mais na semana de referência do Censo Demográfico, reduziu de 10,2% para 5,7%; e a renda média domiciliar per capita incrementou de R\$ 618 (valor corrigido pelo IPC-A/IBGE) para R\$ 855, o que significou um aumento real de 38,3% [...]” (CORRÊA, LOBO, 2019, p. 01).

A partir desse prognóstico, considerando a realidade de Belém, a questão da violência e criminalidade vai muito além da correlação de pobreza/vulnerabilidade social e crime. Neste sentido, falar da criminalidade nas cidades com os *campi* universitários perpassa, também, em destacar que o vetor externo, pode influenciar no crime dentro desses ambientes. No caso da

⁴ O termo vulnerabilidade social refere-se à situação socioeconômica de grupos de pessoas com poucos recursos financeiros de moradia, educação e acesso a oportunidades para seu desenvolvimento enquanto cidadão (SERMAIS.ORG, 2019). Disponível em: <https://sermais.org.br/vulnerabilidade-social/>. Acesso em: 05 de Maio de 2020.

cidade universitária da UFPA que concentra uma população flutuante⁵ com perfil socioeconômico mais elevado⁶ é inegável que este motivo pode atrair para o campus agentes do crime que veem uma oportunidade para a prática ilícita.

Da mesma forma, atenta-se para o princípio de que essa população universitária é formada por diferentes grupos de sujeitos que residem fora do campus e trazem para o cotidiano universitário experiências que já tiveram com a criminalidade no ambiente urbano, pois o medo da violência é um aspecto que interfere no modo de vida dessas pessoas que passam a criar estratégias para evitar e se proteger, causando mudanças comportamentais no âmbito da cidade universitária, revelando que a relação do crime vai para além dos seus muros.

É de suma importância, ainda, para a compreensão do fenômeno da criminalidade, salientar as características do território da cidade universitária que deve ser apresentado não apenas como um espaço normatizado pelo Estado, visto que, através da penetração de atividades ilegais em seu núcleo, o território universitário passou a ter um caráter “híbrido”, sobreposto de várias territorialidades, formando desde “territórios-zonas”, “territórios-redes” – por exemplo, o circuito do tráfico de drogas – e, também, “territórios cíclicos”, ponderando as várias práticas sócio-espaciais, sejam elas corriqueiras do âmbito universitário ou aquelas formadas pela criminalidade (furto e roubo), no qual todos são construídos sobre a mesma base material do espaço institucional do campus.

Nesta acepção, ainda que sejam escassos trabalhos relacionados a crimes cometidos em universidades e ainda que esta vertente da ciência geográfica esteja dando seus primeiros passos, o esforço aqui colocado se concentra na busca de novos meios de contribuição para ampliar o vasto leque de possibilidades que este tema proporciona ao estudo geográfico. Dessa forma, destaca-se como pressuposto, neste trabalho, que atividades como o tráfico de drogas tornam-se o suporte (seja de forma direta ou indireta) para o acometimento de variadas formas de práticas ilícitas e, que, o atual modelo de segurança pública aplicado pelo Estado, visando o combate de tais atividades, tornou-se defasado, sendo, este fator, algo determinante para o debate sobre novas formas e métodos, não de combate, mas sim de reeducação da sociedade, mostrando que existem outros modelos para se pensar a segurança pública nesses ambientes e nos centros urbanos.

Em vista disso, trabalhos como os citados acima nos darão um suporte para compreender como a criminalidade modifica a rotina da cidade universitária, de maneira que, a privação do

⁵ Termo utilizado para indicar a população que diariamente usa do espaço universitário para desenvolver suas atividades, sejam essas com ou sem vínculo institucional.

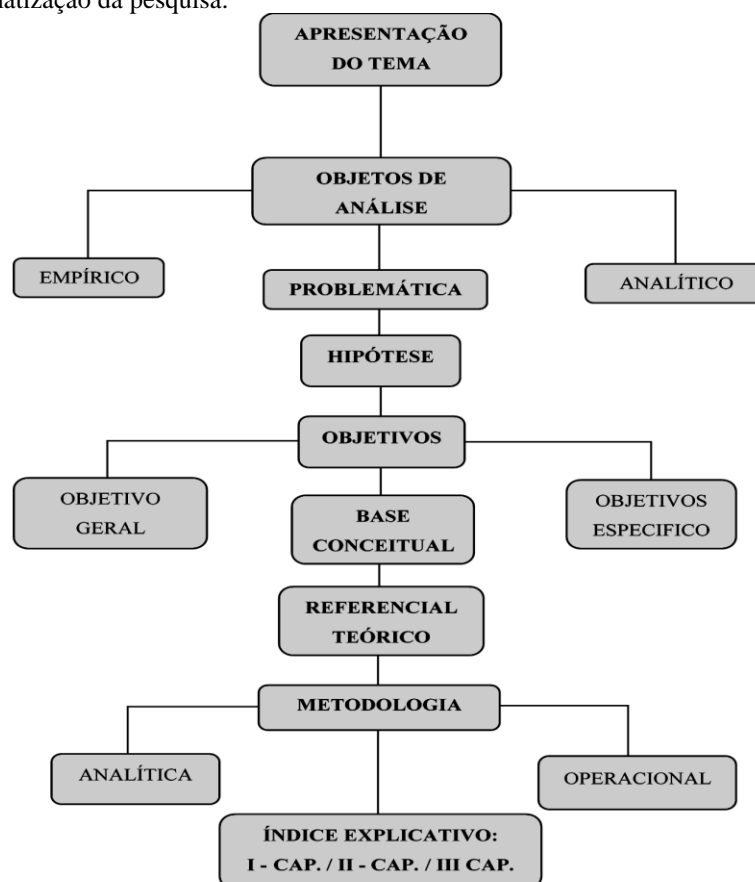
⁶ Nas seções adiantes será abordado mais detalhadamente a questão socioeconômica da comunidade universitária.

direito de ir e vir em certos lugares em determinados horários dentro do próprio campus ou então o sacrifício da liberdade e da privacidade – digo privacidade, pois me refiro aos novos sistemas de segurança eletrônica – em troca de uma segurança que não passa para comunidade acadêmica um sentimento de conforto, e sim, de medo, nos traz provocações sobre de que maneira essa difícil realidade pode ser mudada, sem a pretensão de tentar resolver um problema antigo, mas com o anseio de dar opções de ajuda para a melhoria da segurança de espaços universitários.

SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é composta por tópicos iniciais referentes a introdução que faz uma breve apresentação do tema, as questões metodológicas e construção do estudo e, por fim, os capítulos I, II, e III que se dispõem seguindo a parte conceitual, caracterização histórica e sócio-espacial e exame dos dados referentes as ocorrências de crimes na área de estudo. Desse modo, a pesquisa segue um desenvolvimento estrutural de trabalho baseada em etapas metodológicas para chegar a um produto relevante para a constituição dos capítulos.

Ilustração 1 - Sistematização da pesquisa.



Elaboração: BARROS, 2018.

Assim, chegando ao índice explicativo, no primeiro capítulo é exposta a base conceitual que norteia a pesquisa, considerando a noção de território e territorialidade utilizando outros conceitos de apoio para manter a coerência analítica na pesquisa. Destarte, esta base conceitual serve para a compreensão das relações que interligam a “geografia do crime⁷” com a área de estudo, a qual se destaca o sentimento de pertencimento ao lugar contemplado pela comunidade universitária e a multiterritorialidade do crime que permeia o ambiente universitário.

Assim, este estudo parte para uma aproximação conceitual da realidade, em que se busca fundamentar a construção do contexto espacial, a fim de se chegar a caracterização da área de estudo e, a partir deste ponto, compreender a relação do crime com o campus universitário, considerando variáveis chave: o território institucional, as redes ilegais e as múltiplas territorialidades construídas e desconstruídas pelos agentes controladores do espaço universitário – sejam eles agentes do Estado ou paralelos.

No segundo capítulo é feito um breve histórico e caracterização sócio-espacial da área de estudo. É mostrado o funcionamento da cidade universitária; e o caráter institucional da cidade universitária Professor José da Silveira Netto, que também é levado em consideração neste momento.

Outro ponto importante é dedicado a compreender os fatores externos que permeiam a cidade universitária, caracterizando o perfil dos bairros vizinhos, comunidades próximas e outras possíveis localidades que possam potencializar práticas ilícitas de agentes que veem na cidade universitária um território interessante para a prática de crimes.

Sobre o terceiro capítulo, procura-se construir uma abordagem que busca mostrar os múltiplos territórios do crime exercidos no espaço institucional de uma universidade pública, de maneira que possamos evidenciar a dinâmica deste processo no âmbito de um campus universitário na Amazônia a partir da caracterização metodológica “texto-contexto-texto”, baseada na teoria “causa e efeito” aplicada nas possíveis causas da criminalidade e suas consequências dentro do território institucional da Universidade Federal do Pará.

Neste ponto de vista, as proposições que norteiam a pesquisa e sua metodologia se sucedem seguindo as seguintes etapas:

⁷ Usa-se “Geografia do Crime” baseada na concepção de que o termo é o mais apropriado para acompanhar a pesquisa devido a sua especificidade analítica que considera o crime ou atos delituosos o objeto principal de análise. Assim, se considerarmos outro termo usado, a saber: Geografia da Violência. O leque de abordagens, ao nosso ver, se amplia e, conseqüentemente, acaba caindo na relativização das questões “o que é violência? ou “o que pode ser considerado violência?”.

Problemática

Seguindo esses aspectos, a problemática da pesquisa se baseou na ação de revelar a múltipla territorialização, considerando os seguintes crimes: i) Comércio de substâncias ilícitas⁸; ii) furto; e iii) roubo. Todos no contexto sócio-espacial do território institucional do campus da Universidade Federal do Pará, a cidade universitária Prof. José da Silveira Netto, em Belém, colocando-se três questões norteadoras para esta proposta de pesquisa:

- i) Quais são as principais ocorrências de crimes na cidade universitária? Como a criminalidade se territorializa no espaço universitário?
- ii) Quais as principais estratégias e “*modus operandi*” utilizados para as práticas de crimes no campus?
- iii) De que forma os múltiplos territórios se relacionam – considerando o crime praticado também fora do campus? E essa relação pode (ou não) corroborar na prática de crimes?

Com base nestas questões, busca-se demonstrar a dimensão da segurança pública dentro de um campus universitário, compreendendo quais os tipos de crimes são cometidos neste âmbito, buscando sempre abordar as territorialidades exercidas no campus pela criminalidade, a fim de chegar a uma análise relacional ao ponto de compreender como esses fatores interferem no cotidiano de um campus universitário.

Justificativa

O esforço da pesquisa também se concentra na busca de fatores pertinentes envolvendo possíveis falhas e deficiências na segurança do campus da UFPA, buscando inspiração em trabalhos já publicados com um aspecto semelhante, como por exemplo a obra “Violência no Campus” (RAMOS e ARAÚJO, 2013), que utilizou o método estatístico no seu processo analítico.

Mas, é importante ressaltar que a proposta aqui lançada, trata de uma abordagem relacional sobre a criminalidade cometida no campus universitário, a fim de encontrar os múltiplos territórios do crime. Desse modo, apoiada em contribuições já mencionadas, a pesquisa busca desvendar as transformações criadas pela criminalidade, ao ponto de que atividades como a comercialização de substâncias ilícitas “são” ou “não” fatores potencializadores para o crescimento de delitos, criando aí uma ramificação de múltiplas territorialidades na cidade universitária.

⁸ É usado comércio de substâncias para representar tanto o tráfico de drogas quanto o consumo.

Ressalta-se do mesmo modo, que trabalhos como de Labrousse (2010) com a “Geopolítica das drogas” com uma abordagem política sobre as intervenções e consequências da chamada “guerra às drogas”, que o mundo enfrenta na atualidade, Couto (2014), que tratou a questão do tráfico de drogas na Amazônia, em especial na cidade de Belém, Barros (2017), e Barros, Vieira e Chagas (2017), explanando sobre o território, rede e tráfico de drogas na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto, são contribuições que, mesmo com suas lacunas, dão uma visão do cenário do tráfico de drogas nos seus vários níveis e contextos de atuação.

É nesse intuito, também, que se faz importante a verificação do contexto que a cidade universitária Prof. José da Silveira Netto está inserida. Dessa forma, tanto atividades como o tráfico de drogas e o consumo, como outros tipos de delitos, como o furto e o roubo, devem ser analisados a partir dos processos sociais que envolvem a porção espacial onde está situado o campus, incluindo bairros vizinhos e comunidades adjacentes.

A respeito da relação com o entorno, a cidade universitária está inserida entre dois dos bairros mais populosos da cidade de Belém, são esses: Terra Firme e Guamá. Esses bairros são conhecidos historicamente por sofrerem com problemas sócio-espaciais e altas taxas de criminalidade. Assim, a aproximação com os referidos bairros, pode ser um elemento potencializador para a prática de crimes dentro do campus. No entanto, vale lembrar que não se pode reduzir a problemática da criminalidade apenas a relação com as comunidades vizinhas, uma vez que resultaria numa negligência de análise, fechando as possibilidades de debate sobre outros fatores e localidades que possam fomentar as ocorrências de crimes no campus.

Vale destacar, ainda, a importância da análise cartográfica dentro da pesquisa, nesta ocasião indicada, pois além de enriquecer a abordagem geográfica, consegue pontuar as formas de atuação das relações sociais no espaço. Portanto, aliado aos estudos cartográficos, através do uso de ferramentas, como os Sistemas de Informações Georeferenciadas (SIG) a geração de informações cartográficas se tornaram importantes recursos para a prevenção e combate da violência, além de ajudar os agentes de segurança pública a formular novas estratégias de atuação contra a criminalidade (CHAGAS; SILVA; PALHETA DA SILVA, 2014; MASCARENHAS et al., 2016).

Assim, os estudos envolvendo a segurança pública em questionamentos sobre a violência urbana, vêm ganhando muito espaço dentro dos estudos geográficos, seja a partir da análise da produção cartográfica para auxiliar os mecanismos governamentais de atuação na segurança pública ou mesmo para profissionais acadêmicos que têm a criminalidade e a violência urbana como seu objeto de estudo.

Ademais, sem dúvida, trabalhos como este proposto, têm grande relevância para os estudos que tratam a questão da violência urbana e criminalidade, com o diferencial da abordagem apresentada por se tratar, a área de estudo, de um campus universitário e conter o caráter institucional do território. Logo, esta pesquisa ajuda a reforçar a importância de contribuições com este aspecto e considerar que o problema da segurança pública pela qual grande parte das cidades brasileiras sofrem, devem ser tratadas com novos olhares, neste caso o da Geografia.

Nota-se, além disso, a importância da realização dessa proposta de pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), tendo em vista a contribuição à abordagem sobre a segurança pública e a violência urbana na realidade de um campus universitário na Amazônia através de uma nova leitura. Nesse sentido, essa pesquisa se justifica pela necessidade de entendimento do fenômeno da violência e criminalidade no contexto da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto a partir do olhar geográfico.

Hipóteses

Sobre uma possível hipótese, consideramos que o tráfico de drogas (seguindo mediações de agentes da segurança interna do campus a partir de operações conjuntas com a Polícia Civil (PC) e também baseado em trabalhos anteriores de nossa autoria) desempenha uma territorialidade dentro da cidade universitária, estruturada por “fluxos” e “nós” (SOUZA, 2011; HAESBAERT, 2014a) que formam um circuito aberto de relações, criando uma “rede territorial” entre a cidade universitária e localidades externas. Nesse ponto de vista, esta conjuntura pode ser caracterizada, grosso modo, como um trampolim de oportunidades para a prática de crimes, por exemplo, o furto e o roubo (BARROS, 2017). Todavia, é importante não cair numa generalização analítica, isto é, simplificar o diagnóstico de um estudo complexo a partir de discursos carregados de juízo de valor vindos do senso comum (este fortalecido pelo sensacionalismo da grande mídia), que por suposições responsabiliza, via de regra, o comércio de substâncias ilícitas pela onda de violência⁹ presenciada na atualidade, que no caso da cidade universitária pode corroborar para a sobreposição de relações que envolve a multiterritorialidade do crime no campus.

Ainda sobre a conjectura abordada no parágrafo anterior, sabe-se que há um perfil protecionista do território universitário, devido ao seu caráter institucional, portanto,

⁹ Neste momento não será feito, ainda, uma abordagem sobre o conceito de violência, pois o objetivo desta primeira parte do estudo é dedicar-se em contextualizar o tema, deixando o aprofundamento conceitual para os próximos capítulos.

instrumentos de segurança, como a Polícia Militar (PM) e Polícia Civil (PC), acabam sofrendo restrições de acesso (sendo que a jurisdição do campus se encontra sobre responsabilidade da Polícia Federal), facilitando, até certo ponto, práticas ilícitas, pois, segundo a Diretoria de Segurança da UFPA (DISEG)/Prefeitura *Multicampi*, indivíduos que cometem crimes como furto e roubo, acabam se sentindo mais à vontade e protegidos dentro do campus. Este seria um dos possíveis elementos para a escolha locacional do crime. Entretanto, de acordo com Barros (2017) existem exceções em relação a entrada da Polícia, pois em alguns casos a DISEG trabalha em conjunto com os órgãos de segurança pública, a fim de criar estratégias de prevenção e medidas de combate à criminalidade na cidade universitária.

Ainda sobre a jurisprudência federal da cidade universitária, é importante sublinhar que, nossa Constituição de 5 de Outubro de 1988 (Art 144) define cinco grandes áreas que são de incumbência da Polícia Federal: 1) apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas; 2) apurar infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme; 3) prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; 4) exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; 5) exercer as funções de polícia judiciária da União (PLANALTO, 1988).

Sobre as áreas que são de encargo da PF duas delas se sobressaem quando consideradas as circunstâncias da cidade universitária, sendo: área 1 e 3. A primeira estabelece que sempre que houver interesse do governo federal ou suas entidades envolvidas, a Polícia Federal deverá ser responsável, ou seja, a cidade universitária sendo uma área da União está enquadrada nesses parâmetros. Já a terceira, trata-se da questão do tráfico de drogas e afins que, de acordo com a Diretoria de Segurança, é algo que há bastante tempo vem sendo uma das realidades criminais do campus, contudo, este se dá pelo comércio de varejo, quer dizer, venda em pequenas quantidades, e devido a isso, a PF transfere essa incumbência para as Polícias Civil e Militar (sendo a PF responsável pelo comércio no atacado) caracterizando então um dos requisitos para a entrada de agentes de segurança pública externos.

Sabendo agora dos detalhes abordados nas seções acima, muito pouco explorados por trabalhos acadêmicos que tratam do território institucional da UFPA e pelos meios de comunicação, propõe-se um cenário no qual agentes do crime adentram na universidade

esperando um local mais tranquilo para desenvolver suas práticas espaciais¹⁰, encontrando na maioria das vezes tais qualidades, porém não excluindo a possibilidade de serem presos ou detidos dentro campus.

Objetivos

Os objetivos da pesquisa se dedicam em analisar e compreender quais os múltiplos territórios e territorialidades da criminalidade, observando as seguintes atividades ilícitas: I) comércio de substâncias ilícitas (tráfico e consumo de drogas); II) furto; III) e roubo. Tais crimes serviram como base para responder como a criminalidade se espacializa e se relaciona com o cotidiano da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto, fundamentado nas questões norteadoras da problemática, com o propósito de assimilar as consequências desse fenômeno sócio-espacial dentro de um campus universitário.

Objetivos específicos

Contudo, sublinha-se os objetivos específicos que serão desenvolvidos para se chegar aos resultados esperados, a saber:

- i) Levantar os crimes ocorridos dentro da cidade universitária Professor José da Silveira Netto;
- ii) Identificar os pontos e áreas de atuação da criminalidade na cidade universitária;
- iii) Analisar as estratégias e *modus operandi* utilizadas para o desenvolvimento das atividades ilícitas;
- iv) Examinar, através das territorialidades apresentadas, qual o tipo de relação o tráfico e o consumo de drogas exercem sobre outros tipos de crimes cometidos dentro do campus.

Procedimentos Metodológicos

No seguimento da pesquisa, a coleta de informações e dados se baseia na estrutura do sistema de segurança aplicado para as necessidades da área de estudo, bem como seu histórico de ocorrências, considerando como “objeto empírico” a própria cidade universitária Professor José da Silveira Netto. Neste sentido, com base no método do *materialismo histórico-dialético geográfico* que considera toda uma conjuntura histórico-material de produção do espaço, foi possível identificar características do contexto geográfico em que a criminalidade está inserida

¹⁰ No caso do tráfico existe, também, a qualidade de existência de um potencial mercado consumidor que acaba atraindo traficante de varejo para o campus.

no campus, destacando a viabilidade da hipótese estruturadora do “objeto analítico”, dos múltiplos territórios do crime (tráfico de drogas, furto e roubo) na cidade universitária, assim como das variáveis levantadas nas seções acima.

Ainda houve a necessidade da realização prévia de uma instrumentação teórico-metodológica, de maneira que se pôde reconhecer sistematizações análogas que, de alguma forma, puderam colaborar na ampliação das possibilidades teórico-metodológicas voltadas a estudos relacionados a violência, criminalidade e segurança pública, considerando áreas diversas de investigação.

A realização de um inventário de obras que trazem discussões sobre “espaço e criminalidade”, também foi colocada como uma etapa dentro dos procedimentos metodológicos. Logo, a partir desse levantamento e julgamento sobre a noção de espaço, a pesquisa se concentrou em colocar a análise geográfica como base para uma interpretação dos fenômenos sociais que permeiam as práticas ilícitas que ocorrem no campus da UFPA.

Foi importante, do mesmo modo, um registo sobre trabalhos que tratam da abordagem do conceito de território, pois como o estudo faz uma relação íntima do crime, suas relações sociais, bem como as de poder que atravessam essas atividades, este instrumento conceitual é de suma importância. Portanto, assim como fez Barros, Vieira e Chagas (2017) e Reis Netto e Chagas (2018; 2019) com o estudo da estruturação dos territórios do tráfico de drogas, considerando as concepções de território-rede, as territorialidades do tráfico são um fator importante para compreender a relação com a criminalidade no campus.

Após as etapas já citadas, o andamento da pesquisa se utilizou da técnica de pesquisa bibliográfica, estando ciente que, a finalidade deste artifício é “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]” (LAKATOS; MACONI, 1992). Todavia, é importante esclarecer que não é pretensão da presente pesquisa levantar tudo aquilo que já foi escrito sobre o conceito de espaço, território, violência urbana, segurança e criminalidade, pois o estudo manteve sua concentração no agrupamento de trabalhos que sobrepôs algo a mais na busca de interpretações para a realidade da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto, isto é, que além de ajudar no aspecto do contexto amazônico onde a área de estudo está inserida, trouxeram exemplificações, referências diretas ou indiretas sobre o respectivo tema da pesquisa, que propiciou a realização de uma triagem qualitativa dos textos que orientaram o objetivo da pesquisa.

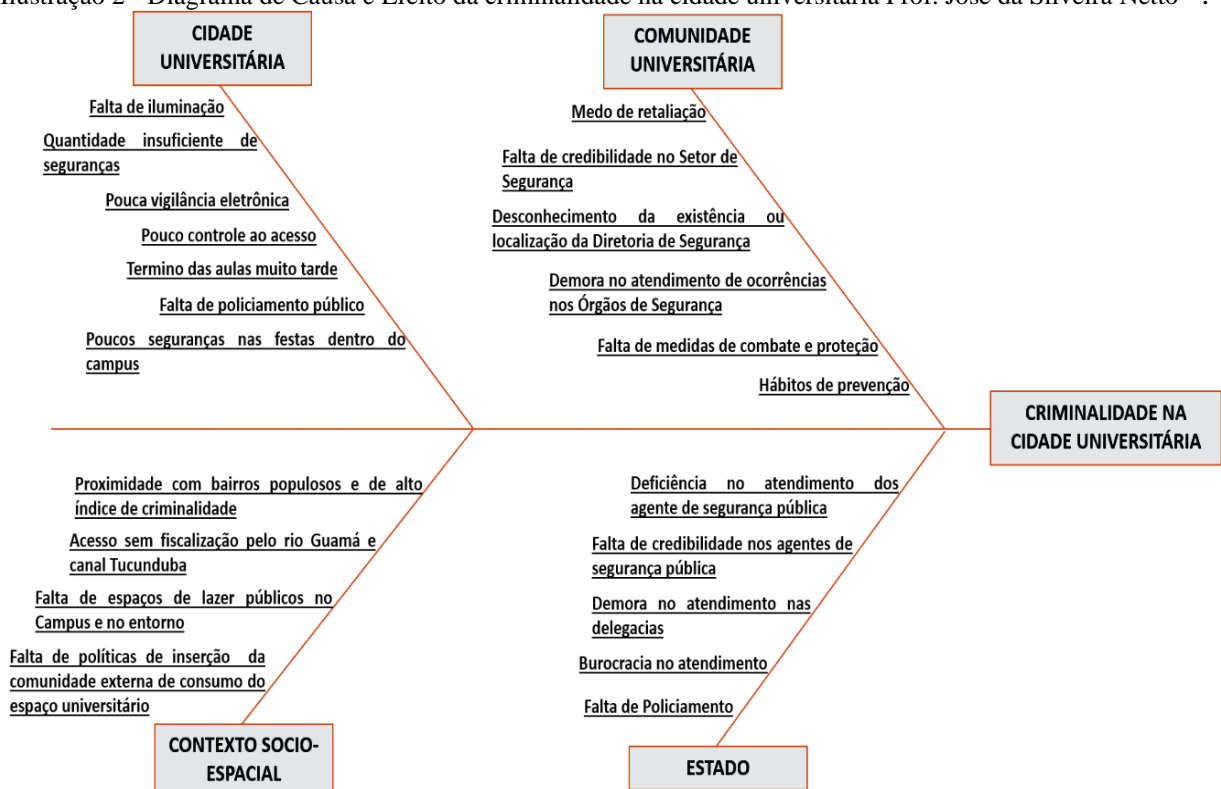
Após isso, fez-se importante explorar a leitura do material selecionado com algumas orientações metodológicas prévias, a fim de otimizar a compreensão do texto e conseguir

assimilar no processo de análise a melhor interpretação de segurança para o contexto de espaço institucional característico da cidade universitária.

Observa-se, também, a leitura radical-crítico-totalizante, que segundo Sposito (2004), caracteriza-se na busca da raiz do problema do texto assinalado (radical), que insere o objeto de estudo em tensão (crítica), e implanta-o na conjuntura do qual o mesmo é conteúdo (totalizante), o que concedeu uma captação apurada das leituras selecionadas na pesquisa. Neste sentido, além disso, foi feita uma leitura das obras considerando a abordagem texto-contexto-texto, que tem o objetivo de colocar a leitura na realidade dos fenômenos atrelados ao campus da UFPA.

Outro procedimento a ser destacado é, assim como fez Ramos e Araújo (2013), o uso do método de Causa e Efeito ou Diagrama de Ishikawa, também conhecido como Espinha de Peixe, em que foi construído através de diálogos entre orientando e orientador na busca de uma listagem das possíveis causas da criminalidade na cidade universitária, cujo o objetivo foi a visualização simples e rápida, para assim criar os questionamentos sobre a temática baseado na “livre associação de ideias” (RAMOS e ARAÚJO, 2013).

Ilustração 2 - Diagrama de Causa e Efeito da criminalidade na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto¹¹.



Fonte: Adaptado (RAMOS e ARAÚJO, 2013).

¹¹ Vale ressaltar que a produção desse instrumento metodológico se deu através das discussões realizadas no âmbito das orientações do Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas, orientador da presente pesquisa baseada nas consultas teóricas desenvolvidas em trabalhos como: Ramos e Araújo (2013) que também, fazem uma análise sobre a criminalidade no campus da UFPA.

Outra parte importante na construção da pesquisa foram os diálogos com interlocutores responsáveis pela segurança do campus e comunidade estudantil, que visou a construção conjuntural dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa. Assim, *a priori*, destacam-se quatro etapas metodológicas, são essas:

- i) Pesquisa documental;
- ii) Entrevistas semiestruturadas e uso de dados da pesquisa organizada por Ramos e Araújo (2013);
- iii) Análise e produção gráfica dos dados colhidos;
- iv) Produção e análise cartográfica.

A primeira auxiliou no levantamento documental em departamentos, como a Diretoria de Segurança e a Prefeitura *Multicampi* da Universidade Federal do Pará com o objetivo de listar as ocorrências de crimes cometidos, a tipificação da comunidade universitária, englobando a renda *per capita* e as possíveis ações de prevenção e combate à criminalidade no campus, entre outras.

A segunda, se atentou nas entrevistas com: interlocutores da segurança pública; Diretoria de Segurança do campus e pontos de vigilância; e outros interlocutores que porventura se fizeram necessário no decorrer da pesquisa. Dessa forma, as entrevistas ajudaram na formação de ideias para ampliar a discussão sobre a segurança no maior campus universitário da Amazônia.

Partindo desse princípio as entrevistas seguiram um roteiro que se baseia na coleta de informações sobre a realidade vivenciada a respeito da criminalidade – em especial o tráfico/consumo de drogas, furto e roubo – e das possíveis consequências que esta provoca no modo de vida da população da cidade universitária. Neste sentido, a estrutura desses roteiros se diferenciou de acordo com o interlocutor a ser entrevistado, sendo assim, em algumas situações não se fez necessário um questionário, pois, por opção metodológica, achou-se melhor manter um diálogo mais espontâneo com alguns interlocutores, sem um roteiro pré-estabelecido.

Assim, na parte da coleta de informações que precisou de roteiro, as questões que serviram de suporte para entrevistar os interlocutores da segurança interna, seguiram a estrutura exposta no “Apêndice”. Todavia, revela-se que por consequência das dificuldades relacionadas ao tempo e logística geradas pelo fechamento da cidade universitária devido à pandemia da COVID – 19, causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), não foi possível fazer a última fase de coleta de dados da pesquisa sobre a problemática da segurança através de aplicação de questionário para a comunidade estudantil do campus. Dessa forma, foi escolhido usar informações da Diretoria de Segurança (DISEG) em conjunto com os dados da pesquisa

realizada pelo Programa de Pós-graduação Profissional em Defesa Social e Mediação de Conflitos (PPGDSMC), com apoio do Grupo de Estudos e Pesquisas Estatísticas e Computacionais (GEPEC) e do Laboratório de Sistemas de Informação de Georreferenciamento (LASIG), todos da Universidade Federal do Pará (UFPA), que foi publicada em formato de livro intitulado “Violência no Campus” no ano de 2013. Destaca-se ainda que essa opção metodológica se tornou mais viável devido ao período que se desenvolveu sua aplicação dos questionários – em meados de 2010 e 2011 –, estando dentro do lapso temporal de 2009 a 2018 escolhido para realização deste estudo.

Dessa forma, a citada pesquisa se utilizou de um universo de 16.611 alunos matriculados em cursos presenciais no ano de 2011¹². Foi considerado como fator de exclusão da pesquisa, discentes: não matriculados; de cursos a distâncias; e discente de pós-graduação. Então, a amostra retirada do universo total ficou constituída de 427 alunos de graduação.

Feita a análise na metodologia da pesquisa desenvolvida nos estudos de Ramos e Araújo (2013), *a posteriori*, foram realizados os exames das entrevistas executadas nos agentes de segurança internos e externos com a finalidade de compreender a visão de cada um dos responsáveis. Esta etapa gerou um arcabouço que ajudou na compreensão do modelo de segurança adotado no quadro sócio-espacial do campus. Após, foi feita a tabulação dos dados colhidos através do questionário aplicado, relativo à segurança no campus e, assim, construiu-se um método de estudo descritivo para se chegar a um possível resultado preliminar da pesquisa.

Concluídas as primeiras etapas metodológicas e, a partir de todas as informações e dados levantados, a preocupação se voltou para a elaboração gráfica das ocorrências e a espacialização das informações colhidas nos estágios iniciais, valendo-se de um lapso temporal de dez anos. Logo, essa etapa voltou nossa atenção para leitura de todos os boletins de ocorrências dos anos de 2009 a 2018, de onde foram retiradas as principais características das ocorrências de tráfico de drogas, furto e roubo, como por exemplo: a localização; chegando no montante de 612 ocorrências.

Feito isso, foi realizada a análise estatística, que se concentrou em mostrar o quantitativo de ocorrências seguindo as variáveis considerando os anos, meses, dias e faixa de hora; e a produção cartográfica, que foi construída seguindo: 1) a produção de um projeto cartográfico da cidade universitária; 2) a seleção das informação/dados que foram utilizados para representar

¹² Menos que o universo de alunos matriculados no ano de 2017 e 2018, utilizado na soma da população flutuante abordada no capítulo 2, que era aproximadamente 21 mil discentes.

a realidade buscada dentro da área de estudo; 3) destacar o recorte e escala espacial utilizada e; 4) representar cartograficamente as territorialidades do crime na cidade universitária.

Com isso, para se chegar a um produto gráfico confiável foi utilizado na produção dos gráficos o software Excel do pacote Microsoft Office versão 365 ProPlus. E nos produtos cartográficos foi empregado, na elaboração, um Sistema de Informações Geográficas (SIG) livre, que disponibiliza gratuitamente os seus serviços ao público, a saber: Qgis Las Palmas, versão 2.18. Assim, terminado o processo de produção dos gráficos e dos mapas, o trabalho se concentrou em fazer a interpretação desses produtos partindo do princípio da relação do estudo cartográfico com o estudo conceitual que será aprofundado no primeiro capítulo.

Com base nessas etapas metodológicas, se pretendeu obter êxito quanto a compreensão do objeto da pesquisa e, com isso, responder às questões da problemática e atingir os objetivos propostos, proporcionando uma contribuição ao entendimento do estudo da criminalidade em áreas pouco exploradas dentro dessa temática e, que, certamente, tem muito a oferecer no estudo da Ciência Geográfica.

Isto posto, na estruturação dos capítulos, no primeiro intitulado “Poder, Território e Crime no Campus” é feita a aproximação teórico-conceitual que servirá de suporte para compreender a proposta relacional entre os múltiplos territórios do crime que será exposto na pesquisa sobre as atividades ilícitas do comércio de substâncias ilícitas, o furto e o roubo.

No capítulo II, que tem por título “A Caracterização Sócio-Espacial da Área de Estudo”, é apresentado o maior campus da Universidade Federal do Pará como área de estudo, igualmente os bairros e comunidades que o cercam. Da mesma maneira, será feita uma caracterização deste objeto empírico, tal como uma breve periodização do processo de urbanização e histórico, sempre considerando o contexto sócio-espacial pelo qual a área de estudo está situada dentro da cidade de Belém no estado do Pará, mostrando que fatores possibilitaram os índices de ocorrências de crimes no território da instituição de ensino.

No capítulo III, chamado “A Geografia da Criminalidade no Campus: A multiterritorialidade do crime na cidade universitária Professor José da Silveira Netto (UFPA)” trata da ideia por onde toda a pesquisa veio se debruçando, chegando ao ápice da ideia central que é apresentar como a criminalidade se comporta no espaço institucional do campus, sendo os seus múltiplos territórios do crime o fator principal para compreender a relação das variáveis criminais na cidade universitária, trazendo a dinâmica dessas atividades para dentro de uma análise geográfica, a fim de desvendar o processo que envolve o problema da criminalidade no âmbito universitário, com o intuito de auxiliar possíveis ações de segurança em *campi* universitários na Amazônia.

CAPÍTULO I – PODER, TERRITÓRIO E CRIME NO CAMPUS

A dedicação do estudo nesta seção se concentrará em fazer uma aproximação teórico conceitual que dará sustentação à pesquisa. Pensando deste modo, iremos colocar a problemática em análise a partir dos conceitos primários: poder; território; e multiterritorialidades. E secundários: seletividade espacial; espaços fechados/confinados; e a contenção territorial/i-mobilidades. Assim, considerar o crime e seus agentes partindo do princípio da análise geográfica será o objetivo deste capítulo.

Cabe, no entanto, deixar claro que ao usar conceitos para mostrar a realidade de uma determinada porção espacial, deve-se ter a preocupação em não cair na generalização conceitual de englobar todas as relações sociais dentro de um único conceito, que em alguns casos não consegue representar aquilo que o pesquisador almeja alcançar. Outra dificuldade é ter a consciência que o uso conceitual serve para fazer uma aproximação de determinada realidade, não para representar com exatidão todos os processos que se desenvolvem numa área de estudo.

Pensando dessa forma os conceitos seguem uma organização que visa compreender as escalas de análise espacial que tem por objetivo mostrar como o crime se comporta dentro da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto. Assim, o conceito de território, sendo o principal norteador do estudo, traz consigo os fundamentos teóricos para entender o controle espacial desempenhado pela criminalidade no campus, dessa maneira, as relações de Poder do Estado e a violência do crime são o alicerce basilar para a construção do território como objeto de estudo, neste caso com múltiplas territorialidades, em que se sobrepõem estruturalmente de acordo com o potencial de oportunidade que determinadas porções do campus oferecem para os crimes de furto, roubo e tráfico de drogas.

Em escala secundaria, mas não menos importante, os conceitos de seletividade espacial, espaços fechados/enclausurados servem de apoio para compreender as características do campus universitário da UFPA. A seletividade espacial abordada por Corrêa (2011) possui a capacidade de assimilar as possibilidades e estratégias (*modus operandi*) que a violência e a criminalidade reúnem para formar seus territórios com suas multiterritorialidades. Dessa forma, a seletividade espacial passa a exercer o lugar fundamental para entender o desenvolvimento da criminalidade do campus, pois é a partir dela que se consegue observar o comportamento dos agentes do crime dentro da cidade universitária com base no interesse de determinada atividade por parcelas específicas do espaço.

Os espaços “fechados/confinados/encapsulados”, a “contenção territorial/i-mobilidades”, podem nortear os métodos utilizados pelo o Estado para controlar e fiscalizar o espaço universitário, visto que, segundo Sposito e Góes (2013), Stephen Graham (2016) e

Haesbaert (2014a), os métodos de vigilância utilizados por esses ambientes encontram os mesmos atributos se comparados aos utilizados pela Diretoria de Segurança da cidade universitária, claro que com suas peculiaridades, pois aqui estamos falando de um espaço público, embora fechado, murado, como os espaços examinados pelos citados autores.

Compete destacar também como esses métodos de vigilância vem sendo aprimorados e utilizados para um melhor desempenho na segurança desses espaços, considerando sua influência nos *modus operandi* dos agentes do crime, além do modo que essas técnicas são inseridas no cotidiano da comunidade universitária, mudando em certos casos, a rotina desses lugares.

Expondo essa preocupação sobre os métodos de vigilância e se realmente eles oferecem aquela segurança que é vendida pela “indústria da segurança” e por todo aparato de securitização urbano-militar, este tema se torna inerente ao estudo sobre a violência e a criminalidade. O qual, como destaca Haesbaert (2014a), os “território de controle” (contenção territorial) de nossa sociedade contemporânea, criou um fenômeno de perda do poder sobre a vida, e revelou uma busca incessante de territórios cada vez mais controlados. Essas características se tornam indispensáveis para a compreensão dos territórios do crime na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto, que vem recebendo muitas feições de um “espaço fechado”. Logo, um dos pontos a ser contemplado na busca de uma aproximação conceitual da realidade do campus são as “*relações de poder*” que se consolidam para assim estruturar um território, isto é, múltiplos territórios, sejam estes legítimos pela capacidade de provedor do Estado ou i-legítimos (ilegais) pelas as atividades ilícitas que se estabelecem no espaço da universidade, criando um território híbrido.

1.1. RELAÇÕES DE PODER

Sabemos que poder e território são dois termos que são quase sempre utilizados de forma superficial pelo senso comum. Esse uso expressa a generalização conceitual que esses dois conceitos foram submetidos no decorrer dos anos e, conseqüentemente, sofreu negligências em seus estudos.

Então, quando falamos de território, é inevitável as relações caracterizadas pelo poder não estarem intimamente ligadas ao conceito. Separar o embrião conceitual, poder, fundamento essencial para a concretização do território, é cometer a supressão genética de sua concepção, pois o território é o substrato material das relações de poder que se desenvolvem no íntimo das sociedades.

Neste momento vem a necessidade de se compreender o que é poder, e como ele se relaciona com o território para a formação dos espaços controlados pelos agentes desse poder. Desse modo, considera-se o termo em sua definição como rebelde, pois consiste em atos, em decisões, que se representa como mal. Isto é, hora estar presente noutra não, hora é atual (em ato) noutra não (FOUCAULT, 2014a [1979]; 2014b [1975]). Ainda assim, é indispensável entender que o conceito vai muito além de uma descrição simplória, pois “[...] não é possível nos restringirmos a essa declaração de impotência que nos confina a uma constatação de derrota. É preciso agir por meio de aproximações sucessivas” (RAFFESTIN, 1993, p. 51). Portanto,

[...] ele não é um nome comum ordinário, uma vez que podemos investi-lo ou privá-lo de uma carga expressiva específica, conforme as circunstâncias. Marcado por uma maiúscula, resume a história de nossa equiparação a um ‘conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado’. Temos aí o relaxamento do termo. O Poder com uma letra maiúscula postula, ‘como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação; essas não são mais que formas terminais’. (RAFFESTIN, 1993, p. 51)

Refletindo sobre essa carga expressiva específica que Raffestin (1993) expõe a respeito do conceito de poder, verificamos que: no momento em que ela é inserida no contexto da cidade universitária se percebe que sua potência simbólica relacionada ao crime é limitada, pois no momento que compreendemos a significação do agente principal de controle do espaço, o Estado, na manifestação de “Poder”, esse em letra maiúscula representando sua soberania, encontra-se a relevância do controle do crime no espaço agindo não como um estado dentro de outro, mas sim nas brechas que o agente principal deixa na conformação de controle do seu território.

A definição de poder na ampla visão da ciência política é, por excelência, múltipla, deve-se conceber que nas várias correntes filosóficas ele é visto não apenas como algo abstrato, mas que se materializa de acordo com sua força. Para Gerard Lebrun (1981), sem o uso da noção de força, a definição seria visivelmente defeituosa. Desse modo,

[...] Se, numa democracia, um partido tem peso político, é porque tem força para mobilizar um certo número de eleitores. Se um sindicato tem peso político, é porque tem força para deflagrar uma greve. Assim, força não significa necessariamente a posse de meios violentos de coerção [...], mas de meios que me permitam influir no comportamento de outra pessoa. A força não é sempre um revólver apontado para alguém; pode ser o charme de um ser amado, quando me extorque alguma decisão (uma relação amorosa é, antes de mais nada, uma relação de forças). Em suma, a força [poder] é a canalização da potência, é a sua determinação. E é graças a ela que se pode definir a potência na ordem das relações sociais ou, mais especificamente, políticas [...] (LEBRUN, 1981, p. 04).

Sugere-se ainda a existência da “potência” que permeia o “Poder”, potência essa que significa toda forma de impor sua vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra

a resistência. No caso da criminalidade na cidade universitária, sua vontade é imposta nos meandros de enfraquecimento do Poder do Estado.

O poder inclui um elemento suplementar, que está ausente de potência. Existe poder quando a potência, determinada por uma certa força, explicita-se de uma maneira muito precisa. Não sob o modo da ameaça, da chantagem etc., mas sob o modo da ordem dirigida a alguém que, presume-se, deve cumpri-la. Essa ordem pode ser definida como dominação, pois, assim como afirma Lebrun (1981), conservamos a raiz alemã Herr (Herr = dominus = senhor). A dominação é, conforme Max Weber, “a probabilidade de que uma ordem com um determinado conteúdo específico seja seguida por um dado grupo de pessoas” (LEBRUN, 1981).

Na visão da Microfísica do Poder de Michel Foucault (2014a [1979]), suas reflexões sobre o conceito têm dupla intenção, entendido no campo político como cenário de experiência histórica das lutas sociais e sua desagregação no plano ético, ética como liberdade, criada nos interstícios entre minoridade, maioria e autonomia.

Poder em Foucault é pensado como relação, ele raramente usa a palavra sem o acompanhamento da expressão relações, e quando usa a primeira é sempre no sentido da segunda. O poder pensado como relações de poder traz o teor de força (RODRIGUES DOS SANTOS, 2016). Assim, “[...] o poder é precisamente o elemento informal que passa entre as formas de saber, ou por baixo delas. Por isso ele é dito microfísico. Ele é força, e relação de força, não forma [...]” (DELEUZE 1972 apud RODRIGUES DOS SANTOS, 2016, p. 262).

Dito sobre as relações de poder, a base para a conformação do território, deve-se fazer uma distinção sobre poder e violência. Na qual o primeiro pode ser, dentro de suas possibilidades, concebido a partir do respeito e admiração no soberano e o segundo através do medo e do enfraquecimento de seu poder. Como já dizia Nicolau Maquiavel (1469 – 1527): quando o príncipe perde sua virtude de soberano e seu poder passa a se enfraquecer, a violência toma o seu lugar, em que passa ser a forma de governar (MAQUIAVEL, 2012). Dessarte, a violência pode agir não apenas com força abrupta e truculenta, mas nas frestas do enfraquecimento do poder, agindo de forma sutil. Segundo afirmações de Hanna Arendt, citada por Souza:

[...] por trás da confusão aparente e a cuja luz todas distinções seriam, na melhor das hipóteses, de pequena importância, a convicção de que a questão política mais crucial é, e sempre foi, a questão de: Quem governa quem? Poder, força, autoridade e violência, nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são elas consideradas sinônimos por terem a mesma função. É apenas depois que se cessa de reduzir as questões públicas ao problema da dominação, que as informações originais na esfera dos problemas humanos deverão aparecer, ou antes reaparecer, em sua genuína diversidade [...] (2011, p.79).

É insuficiente dizer não serem o poder e/a violência a mesma coisa. Eles se diferenciam, se opõe, onde um se ausenta de forma absoluta o outro domina. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder. Tal coisa significa que não é correto pensar na não-violência como o oposto da violência; falar do poder não-violento é realmente uma redundância, a violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo (ARENDDT, 2004 [1969/1970]).

Nesta ótica, deve-se centrar que as relações sociais que permeiam a conformação de um espaço, espaço esse vital – como concebido pelo alemão Friedrich Ratzel (1884 – 1904) – para a lógica de controle que se constroem mediante determinada atividade e que passam a corroborar para a perpetuação e conservação do território. Desse jeito, o território da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto é qualificado seguindo duas feições: a de poder institucional do Estado; e a de violência dos agentes da criminalidade.

Seguindo o fundamento proposto por Arendt (2004 [1969/1970]), que pode pressupor em uma das várias interpretações que: o poder originário se ausentando, a violência passa a controlar porções do espaço ou mesmo todo ele, destruindo o Poder do Estado ou enfraquecendo-o. Entretanto, uma coisa não exclui a outra, onde por um lado o Estado pode exercer o seu Poder e ao mesmo tempo produzir violência por meio de instrumentos de controle – a título de exemplo, a polícia – os agentes paralelos territoriais também tem a capacidade de exercer poder e violência pelo outro. Assim, na concepção Hanna Arendt (2004 [1969/1970]), a violência e o poder estão colocados lado a lado dentro de uma escala absoluta de relações.

Neste caso, a violência pode agir dentro de uma realidade espacial seguindo diferentes causas e feições. Suas tipologias, seguindo os princípios mencionado por Melgaço (2003), podem ser resultado de uma *coletividade*, ou seja, por grupos importantes, e participa ativamente de uma violência direta; de uma *instituição* ou *estado*, quando um bem jurídico passa a ser ameaçado e impede a realização das suas potencialidades individuais; de forma *estrutural*, instituída dentro de uma estrutura social, seguindo uma característica de desigualdade; dentro de um meio *cultural*, praticado por um sujeito reconhecido (individual ou coletivo), e tem por definição a utilização da diferença para inferiorizar o outro; e de cunho *individual*, que surge dentro de um modo interpessoal, que é um tipo de violência direta e pessoal.

Avançando na aproximação teórico-conceitual da relação de poder e violência, as feições que se estendem no espaço universitário causam um aspecto particular no seu território. Como temos o Estado como agente maior de controle do território, a criminalidade passa a se

infiltrar nas fissuras deixadas pelo enfraquecimento gerencial do espaço e pela negligência de atuação em medidas de combate que garantem a evolução das relações do crime no campus.

Essas relações que podem ser motivadas pelo controle do território, podem, também, concentrar processos de violência que são emanados de todos os agentes territoriais, por exemplo: Estado ou a criminalidade. Quando o Estado passa a implementar cada vez menos políticas de inserção social, de ocupação do espaço pela sociedade “[...] surge, dessa forma, uma lacuna que vem sendo ocupada pelos poderes chamados “informais”, como acontece com o crime organizado [...]” (MELGAÇO, 2003, p. 524).

As relações sociais do Estado que cria o território institucional da cidade universitária é o principal fator de embate da violência e da criminalidade. No entanto, o crime age de forma diferente quando comparado ao Poder originário do Estado. Suas estratégias e relações de poder e, também, de violência, criam modos e formas de ação que acabam por penetrar espaços tão controlados como os da UFPA, causando conflitos entre os agentes territoriais da criminalidade e os instrumentos de controle do Estado, sendo o território do campus o palco para todos esses fenômenos de poder e violência. Agora veremos a diante como o conceito de território é estruturado.

1.2. A CONFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

O conceito de território dentro da ciência política se encontra em lugar de destaque e não diferente quando está relacionado a geografia, o seu grande volume de trabalhos publicados representa o grau de importância do conceito para a disciplina, que se debruça em compreender a relação do homem com o espaço. Deste modo, o conceito vem, a cada ano, sendo objeto de estudo de pesquisadores e estudiosos que se dedicam em compreender ainda mais suas escalas de atuação. Em vista de disso, Labigalini Fuini (2017) em seu texto sobre as concepções de Rogério Haesbaert sobre o conceito de território explica:

[...] é de uma dimensão espacial que se revela em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar. O território também assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações [...] (FUINI, 2017, p.20).

Nesta lógica, consideramos que o conceito de território é, como já citamos acima, o reflexo das relações de poder que se manifestam no espaço, a fim de manter um certo controle sobre uma porção espacial. O território “[...] se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, ou seja, que realiza um programa, em qualquer nível.

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço [...]” RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Considerando os atores que se territorializam no espaço universitário, podemos avaliar, além do poder originário do Estado, a comunidade estudantil/acadêmica que desenvolve sua atividade central e rotineira e, também, recreativa. Todavia, existem outros agentes territoriais, como os de serviços bancários e hospitalares que se concentram em duas porções específicas da universidade e que gera um grande fluxo de pessoas. Há, por outro lado, os agentes externos que são atraídos pelos agrupamentos territoriais já existentes no campus, sendo a criminalidade um deles.

Evidencia-se que todos esses agentes se relacionam com o espaço através das suas práticas espaciais de forma seletiva, apropriando-se de porções do território institucional, formando múltiplas territorialidades. Assim, as práticas espaciais são resultado, de um lado, da consciência que o homem tem da diferenciação espacial. E de outro, dos diversos projetos derivados de cada sociedade, que são imbricados para viabilizar a existência e reprodução de uma determinada atividade (CORRÊA, 2011).

No caso do crime na cidade universitária sua escolha pode ser determinada a partir da atratividade espacial, como é o caso do tráfico de drogas (BARROS, VIEIRA; CHAGAS, 2017) e do caráter protecionista do espaço que potencializa não só o tráfico, mas, igualmente, o furto e o roubo.

Essa característica do território institucional proporciona uma apropriação desses lugares por pessoas que mantêm um vínculo – institucional ou simbólico – com a UFPA. Segundo trabalhos anteriores, esse vínculo simbólico tem o sentimento de pertencimento na qualidade de sustentáculo que fortalece a sensação de liberdade (BARROS, 2017), intensificando a cultura do “tudo pode”, baseado no saber de que, há menos repressão dentro do campus. Dessa forma, tomando o caso do comércio de substâncias ilícitas como exemplo – dentro da tríade territorial do trabalho que engloba, também, o furto e roubo –, a ação dos agentes do crime se desdobra

[...] devido ao território da cidade universitária ser considerado áreas da União e, que por este motivo a coibição por parte de instrumentos de segurança estadual sobre o consumo é quase nula, passa a ser uma boa área, tanto para o tráfico, como para consumir drogas. Criando uma ideia de área livre [...] (BARROS, 2017, p. 36).

Essa seletividade espacial pode ser representada pela diferenciação territorial encontrada na cidade universitária, causada pelos *modus operandi* de seus agentes territoriais que se apropriam de partes do território institucional formando um mosaico de territorialidades,

ou seja, de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004b 2007; 2014a), servindo para as diversas modalidades de crime, sejam o tráfico de drogas, furto ou roubo.

A existência de territorialidades na cidade universitária, trazendo uma analogia de pensamento segundo Raffestin (1993, p. 158), “[...] elas adquirem um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral [...]”. Sendo assim:

[...] Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Nesse ponto de vista, é importante notar que no campus universitário as territorialidades se sobrepõem a todo momento, pois se considerarmos as reflexões de Souza (2011), as relações sociais são materializadas em apropriações, ou territorializações, as quais são caracterizadas como territorialidades, sejam elas: cíclicas, móveis/flutuante e em rede/ou descontínuas.

À vista disso, os territórios cíclicos são caracterizados pela sua ciclicidade, isto é, periodicidades de atores que reproduzem suas atividades baseadas em tempos diferentes numa mesma área. Os territórios móveis ou flutuantes são definidos pela capacidade de movimentação e apropriação de áreas, seus limites tendem ser instáveis, deslizando por sobre o espaço concreto. E os territórios em rede ou descontínuos, definidos a partes de uma rede de nós (pontos) e dutos (arcos) que se interconectam, criando uma rede de relações aberta, sem um limite pré-definido, ou bem estabelecido.

Essa característica social que o território adquire de acordo com a necessidade de cada sociedade e suas práticas espaciais pode ganhar novas modalidades de uso sempre que existir um novo contexto de atividades a serem desempenhas. Assim, essa característica é estritamente política e:

[...] diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está ‘intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar’ [...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’ [...] (HAESBAERT, 2004b, p. 03).

Como acentuado anteriormente sobre a prerrogativa maior do território que é “abrigo e um trampolim de oportunidades” (SAQUET, 2015), muitos outros autores apontam que o território usado é um recurso, regalia dos “atores hegemônicos”, que tem nesse atributo a garantia da realização de seus interesses particulares. Logo, o rebatimento de suas ações conduz uma constante adaptação de seu uso. O território como abrigo, direito dos “atores

hegemonizados”, buscam constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua existência nos lugares (SANTOS et al., 2000, p. 12).

Dessa maneira, destacamos aqui a relevância do conceito para o desenvolvimento da pesquisa, pois a base de análise da criminalidade na cidade universitária se fundamenta na conformação do território para assim mostrar as territorialidades, em outras palavras, as multiterritorialidade que são construídas dentro do campus pela criminalidade. Então, deve-se entender como o conceito basilar é definido a partir das visões de autores que se dedicaram no estudo do território, porém é indispensável estabelecer colocações próprias que melhorem e enriqueçam o debate.

1.1.2. Os múltiplos territórios e sua configuração dentro campus

Feito uma análise sobre a conformação do conceito de território e como os agentes passam a controlar os lugares, é indispensável examinar a diferenciação dos territórios e como eles se consolidam e se dissipam de forma que esse processo ajude a compreender os meios que os agentes criadores usam para se manter e prosperar nos lugares.

Neste sentido, calha distinguir aquilo que Haesbaert (2004b, p. 06) “[...] denominou de “múltiplos territórios” e “multiterritorialidade”, onde a multiplicidade de territórios como uma condição *sine qua non*, é necessária, mas não suficiente, para a manifestação da multiterritorialidade [...]”. Isto significa dizer que, mesmo com a configuração de vários territórios isso não determina que suas relações de poder ou mesmo de violência vão definir uma única territorialidade.

Continuando com o raciocínio e rompendo com a dicotomia entre fixidez e mobilidade, território e rede, Haesbaert (2004a; 2004b) propõe uma primeira distinção, muito importante na constituição dos “múltiplos territórios” do capitalismo, entre territórios-zona, mais tradicionais, e territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e a mobilidade.

[...] um mais voltado para a lógica estatal, controladora de fluxos pelo controle de áreas, quase sempre contínuas e de fronteiras claramente delimitadas; outro mais relacionado à lógica empresarial, também controladora de fluxos, porém prioritariamente pela sua ‘canalização’ através de determinados dutos e nódulos de conexão (as redes) [...] (HAESBAERT, 2004b, p. 06).

Esses territórios criam uma dinâmica dentro do espaço que determina o modo de vida e de produção da sociedade. Também cria “[...] oportunidades de mobilização e atratividade para que dentro desses fixos e fluxos, onde os fluxos se originam dos fixos [...]” (SANTOS, 2012b, p. 85), sejam utilizados para que atividades ilegais se desenvolvam, formando, dentro desses territórios já existentes, outros territórios ou microterritórios em rede ou zonas/cíclicos, para assim, promover seus interesses.

Logo, o que seria uma rede? Isto é, os fluxos que criam esses territórios característicos do modelo de sociedade atual. Esses meandros teriam, segundo Santos (2012a), duas grandes matrizes: 1) aquela que considera os seus aspectos, a sua realidade material; 2) e outra que leva em conta o dado social.

[...] A primeira atitude leva a uma definição formal [...] assim retrata: toda infraestrutura permitindo todo um transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação [...] e social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração [...]” (SANTOS, 2012a, p. 262).

E territórios em zonas/cíclicos, de acordo com Souza (2011), partem de uma organização delimitada que sofrem mudanças de acordo com as atividades que estão sendo praticadas naquela porção espacial. Essas atividades tendem a ir mudando no decorrer das horas, dias, semanas e meses, ou mesmo sobrepondo uma sobre as outras, sempre usando o mesmo limite espacial.

Fazendo uma aproximação com a realidade do crime na cidade universitária, verifica-se que esse contexto territorial pode ter um método de análise que coloca o território institucional da UFPA como um enclave dentro da capital paraense por ser um espaço com certo grau de planejamento, com uma parcela da comunidade universitária, entre professores e servidores, com uma situação *per capita* (renda) muito mais elevada que a média de rendimento dos bairros do entorno, o que permite afirmar que a realidade da cidade universitária apresenta características bastante diferente do contexto sócio-espacial da porção sul de Belém que tem como principal característica bairros em situação de vulnerabilidade social. Sendo assim, a criminalidade se infiltra e cria pequenos enclaves ilegais em porções do campus.

Esse processo é semelhante àquilo que Souza (2000) propõem sobre a territorialização de favelas por parte do tráfico de drogas. Todavia “[...] é bem verdade que os espaços socialmente segregados que oferecem suporte logístico para as quadrilhas que operam no varejo nas diversas metrópoles não se restringe às favelas” (SOUZA, 2000, p. 193). Claro que considerar as diferenças sociais de uma favela para uma universidade se torna essencial para estudo, mas descartar que a existência de bairros próximos com histórico de violência pode corroborar para a entrada de agente territoriais do crime na UFPA, é diminuir as possibilidades de hipóteses para se chegar em uma possível causa.

No entanto, não é salutar diminuir a análise apenas a esse eixo, pois além de colocar os bairros Terra Firme e Guamá em uma posição ainda mais desigual e desfavorável, reforçando

ainda mais o preconceito já sofrido por eles, o estudo pode ficar restrito a uma única perspectiva de investigação.

Então, de acordo com esse prognóstico, dentro do campus, cada delito se comporta de uma forma particular, onde o tráfico de drogas contém um *modus operandi* baseado, de acordo com Barros, Vieira e Chagas (2017), num território descontínuo/rede que se caracteriza em suas relações abertas abrangendo áreas para além da cidade universitária. O furto e o roubo, têm suas estratégias apoiadas em territórios zonas/moveis/cíclicos, no qual o furto acaba compreendendo uma postura mais difusa e o roubo mais concentrada em pequenas porções da cidade universitária com flutuações espaciais¹³.

Esse contexto da criminalidade na cidade universitária pode demonstrar o mosaico de microterritórios e suas microterritorialidades que segundo Serpa (2013), remete à ideia de escala e a necessidade da escolha dos espaços de conceituação ou recortes.

[...] Em geral, a territorialidade é uma noção estreitamente vinculada ao conceito de território, com larga tradição de aplicação no âmbito da Geografia. Exprime a atuação/existência de uma autoridade, legítima ou não, sobre um substrato espacial determinado [...]" (LÉVI; LUSSAUT, 2003 apud SERPA, 2013, p. 62).

A territorialidade estabelece, portanto, um controle político sobre o espaço, porém engloba outras dimensões, exprimindo-se também através de valores culturais e sociais, identitários e simbólicos, identidades essas que apresentam diferentes facetas: existencial (geograficidade), psicológica, sociocultural e mesmo poética (SERPA, 2013).

Correspondente a isso, pode-se dizer que temos uma competição espacial no campus, onde partindo do pressuposto de que a sobreposição dessas territorialidades engendrada, de um lado, pelo Poder originário do Estado e, pelo outro, por atividades ilícitas que acabam gerando conflitos, consolidando o chamado territórios em disputa entre o Estado e o crime, que em concordância com Haesbaert (2014a; 2014b), esse processo se dá tanto no sentido político mais concreto quanto no nível conceitual, sobretudo quando esse fundamento se depara com a problemática da lógica zonal e em rede, onde:

[...] a lógica zonal, visível na luta política (e nos conceitos que utilizamos), parecia ter se tornado secundária, quase irrelevante, num mundo marcado pela fluidez, pelas chamadas 'organizações em rede' e, para muitos, pela própria 'desterritorialização' (como se o único território fosse o 'território-zona', que estaria em franca decadência) (HAESBAERT, 2014b, p. 03).

Neste ponto de vista, essa disputa é notada nos múltiplos territórios que se formam no campus, seguindo a lógica do território-rede do tráfico de drogas e o zonal do furto e roubo; sendo o primeiro, caracterizado pelos pontos que se estendem para além da cidade universitárias (BARROS, VIEIRA E CHAGAS, 2017) – mencionado outrora –, e os crimes de furto e roubo

¹³ Esta característica será mais bem compreendida no terceiro capítulo sobre a multiterritorialidade do crime.

que historicamente, segundo a DISEG, tem na sua forma de atuação as territorialidades zonais que se concentram em determinadas áreas da cidade universitária.

Podemos definir, que a cidade universitária é composta por um espaço híbrido, porém não comparado com aquele que Santos (2012a) se debruçou em estudar, mas com algumas particularidades. Para ele esse espaço é uno, como resultado da inseparabilidade de sistemas de ações e de objetos. No entanto, a realidade da área de estudo segue uma vertente que considera o espaço como substrato material e social para a composição, não do espaço em si, mas do território híbrido, entre Estado e agentes paralelos de controle territorial, criando, dessa forma, múltiplas relações espaciais.

Essa multiplicidade de territórios são criadas, em grande parte, por agentes que buscam a dominação e o controle de territórios com importância comercial conforme critérios de oferta/demanda (o tráfico de drogas, furto e roubo seriam um exemplo), em contraposição aos interesses de outros agentes, como o Estado, valendo-se de diversas estratégias, ou seja, conjuntos de ações coordenadas a um fim e mediatos, que são os meios utilizados para implementação das estratégias para atingimento de finalidades planejadas conforme suas necessidades – e seus planos sintagmáticos, isto é, de poder (RAFFESTIN, 1993; REIS NETTO e CHAGAS, 2018, 2019).

É imprescindível entender que esses processos territoriais são fundamentados por um amalgamado de relações estabelecidas entre sociedade (homens) e espaço (homem-natureza) que constroem simultâneos territórios (RAFFESTIN, 1993) que estão em constante interação de diferenciação e conflitos definidos em multiterritorialidades (HAESBAERT, 2014a), seguindo períodos intermináveis de ciclos de transformações espaciais, em outras palavras, em territórios cíclicos (SOUZA, 2011) e híbridos.

No que lhe diz respeito, o território como espaço de múltiplas relações de poder e territorialidades – coexistindo entre si, numa reprodução incessante de fenômenos –, gera em todas suas instâncias, variáveis sociais que compõem sua estrutura. A pobreza, desigualdade social, e qualidade de vida, são “[...] uma dessas variáveis, e igualmente a elas, relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais, encontra-se a violência como um possível resultado dessa interação” (CHAGAS et. al., 2019, p. 07). Para Chagas (2014) esse fenômeno é denominado como “territorialidade da violência”.

Um fator inerente à dominação/controlado na configuração do território, principalmente quando falamos dos sujeitos que se alocam dentro da realidade universitária, é a ligação com o aspecto vivido, em que o território é entendido pela apropriação, isto é, pelo valor de uso (VIEIRA, BARROS e CHAGAS, 2019). Esta acepção de uso do território é, em consonância

com Haesbaert (2014a), constituída, também, pelas relações de poder, reafirmando a sentença que: qualquer aceção envolvendo o território o poder estará inserido.

Assim, quando falamos em territórios que são geridos dentro de uma lógica estatal, quase sempre outros agentes de controle aparecem para entrar nessa disputa. Entretanto, a situação da cidade universitária é cheia de peculiaridades, características que envolve desde o simbolismo que o ambiente universitário tem com a comunidade universitária e a forma de segurança que é exercida no campus. Veremos a seguir tais características espaciais que podem ser observadas na estrutura organizacional do campus.

1.1.1.2. A cidade universitária e a “securitização urbana”

Em um mundo em rápida expansão cada vez mais as cidades se tornam um conglomerado de edificações, e outros modos de “*habitats*” surgem como opção para uma parcela da população que preferem se desprender dos centros urbanos abarrotados e viver em espaços murados mais afastados, levando consigo serviços: bancários, rede de lojas varejistas elitizadas, *fast food*, etc... no intuito de facilitar a vida de quem pode pagar por tudo isso. Mas, dentro desses ambientes securitizados, um fato importante a ser destacado é a forma como esses espaços são geridos territorialmente, considerando o aparato de segurança que empresas e, também, do próprio Estado (quando um morador necessita) disponibilizam para passar a sensação de segurança e afastar os “possíveis riscos vindo dos outros” que ameaçam a reprodução do modo de vida dessa parcela privilegiada da população.

Sendo assim, essas características, quando falamos da cidade universitária prof. José da Silveira Netto, podem ser encaixadas em partes da sua realidade sócio-espacial, visto que mesmo ela sendo um espaço público – um campus universitário da UFPA – dispõe de aspectos desses chamados espaços “fechados”, “capsulados” ou uma “contenção territorial”, como explanado por Sposito e Goés (2013), Graham (2016) e Haesbaert (2014a; 2014b; 2015), respectivamente.

A despeito do conceito de “espaços fechados”, vale destacar que este conceito não se refere especificamente à moradia, em outras palavras, no espaço físico, material, mas envolve as relações entre tais espaços e os que os circundam, pois quando se fala em *habitats* com essas características, a escolha por esses ambientes urbanos controlados por sistemas de segurança provoca uma redefinição das relações dos grupos sociais que neles habitam com o restante da cidade em diferentes ângulos (SPOSITO E GOÉS, 2013). Assim, o conceito pode ser resumido considerando três aceções importantes, onde no primeiro:

[...] os muros estabelecem limites que arrefecem as relações espaciais com o restante da cidade [...] a exceção são os deslocamentos que estabelecem pelos portões de acesso, concentrando os fluxos nesses pontos de intersecção entre interno e externo [...] em segundo lugar, porque os muros, supostamente, protegem seus moradores das imponderabilidades que associam ao espaço urbano fora dos controles dos ambientes residenciais fechados [...] [e] por último, os espaços fechados, ao se equipararem com sistemas de controles e segurança, estabelecem verdadeiros filtros que orientam as iniciativas de interações espaciais entre os espaços internos e os externos, porque selecionam os que têm direito a entrar e sair, e definem como isso pode ou deve ser feito (SPOSITO e GOÉS, 2013, p. 97, 98).

Essas acepções jamais têm a pretensão de esgotar as possibilidades de se agregar debates voltados aos espaços fechados, mas elas dão uma noção da multiplicidade de reflexões que pairam em relação ao conceito, que vai para além dos espaços construídos por grandes empresas do ramo imobiliário, e sim, é o modo de vida que esses espaços vedem, agregado a uma promessa de segurança onipresente que explora a “fobópole”, isto é, o medo generalizado das cidades, como sugere Souza (2008).

Essa realidade, dentro do contexto sócio-espacial da área de estudo, proporciona decifrar algumas particularidades, onde, diferente dos espaços fechados habituais explorado por Sposito e Goés (2013), que se estabelecem distantes dos centros urbanos, a cidade universitária se encontra incorporada em uma das porções mais populosas de Belém, não muito distante do centro urbano. No entanto, é separada dos bairros vizinhos (Terra Firme e Guamá) por muros, mesmo sendo um ambiente público, e sua intersecção é caracterizada por pontos de controle – com relativa facilidade de acesso que depende da hora do dia – entre o “externo” e “interno”, semelhante aos condomínios fechados.

Em uma outra interpretação temos o conceito de “espaços capsulares”, que está muito mais voltado na existência de grupos sociais ligados a “bolhas” de realidades intimamente dependentes dos meios de mobilidade e segurança que ao longo dos anos foram sendo oferecidos – para aqueles com maior poder aquisitivo, é claro – em troca de uma vida mais protegida dos riscos emanados pelas cidades. Esse conceito coloca em análise essa parcela da sociedade que usam de todos os meios para se afastar dos “outros” que estão do lado de fora das “capsulas” de segurança, sejam elas os veículos utilitários esportivos (conhecidos como SUV, do inglês: “*Sport Utility Vehicle*”) com designer cada vez mais próximos a veículos de guerra, ou pelos ambientes fechados com fronteiras onipresentes¹⁴ em escala micro – diferentes de Estados-nação, mas com semelhante propósito – que deixam todo o “mal” do urbano do lado de fora dos muros (GRAHAM, 2016).

¹⁴ Para melhor compreensão deste termo ver capítulo 5 de Stephen Graham (2016).

Esse modelo de sociedade, segundo Graham (2016, p. 400), é a manifestação da divisão entre o [...] “interior” e “exterior”: aquela entre o interior encapsulado do próprio veículo, com ar-condicionado e alta tecnologia, e a cidade que fica além do “exoesqueleto extrarrígido” dos chamados SUV. Essa visão de mundo particularizadas em realidades cobertas por uma casca de proteção é a manifestação de uma sociedade cada vez mais individualizada que expressa a obsessão fantasiosa do controle completo e da separação dos indivíduos em relação aos espaços sociais e públicos da vida urbana – que para o autor [...] se tornam espaços residuais (GRAHAM, 2016, p. 400).

Assim, esse modelo de realidade pode ser interpretado – a partir da conjuntura da cidade universitária – seguindo a experiência vivenciada daqueles que têm no campus um ambiente pendular de trabalho (principalmente os servidores e técnicos), onde sua realidade é aquela em que: entram no seu automóvel, seja ele um veículo utilitário esportivo ou mesmo um carro popular; saem da sua residência; atravessam a cidade; passam pelos bairros vizinhos à cidade universitária; entram no seu ambiente “controlado” de trabalho; e no fim do dia, fazem o caminho inverso. Assim, parte da comunidade universitária vive em “bolhas”, longe do transporte público, da insalubridade da cidade e dos riscos que estão para além dos muros ou dos exoesqueletos de metal dos automóveis. Portanto, todos esses “privilégios” são proporcionados graças aos “espaços capsulares” que, tecnicamente, oferecem abrigo e segurança para seus usuários sem realmente serem de fato seguros.

Nesse âmbito de espaços controlados existe uma questão que ressalta aos olhos quanto ao caso da segregação espacial que esses ambientes constroem, tanto no sentido exógeno, como endógeno, sendo que essas comunidades fechadas corroboram para um espraiamento urbano que impulsiona um processo, que para Haesbaert (2014a; 2014b; 2015) é inerente ao modelo neoliberal capitalista que tende alavancar uma sociedade biopolítica de insegurança cada vez mais voltada para dentro de si, individualizada e preocupada com os perigos que podem vir do lado de fora das fronteiras.

Neste ponto de vista, a “contenção territorial”, analisada por Haesbaert (2014a; 2014b), deve ser, primeiramente, compreendida a partir da distinção realizada pelo autor sobre as dinâmicas territoriais, onde, de um lado, temos as territorialidades “clássicas” das sociedades disciplinares, que tem o Estado como o detentor do Poder disciplinar com a tendência de fechar e isolar os territórios e, do outro, as sociedades de segurança que pregam a abertura – não num sentido amplo de facilidade de entrada aos territórios, mas num sentido restrito, de permissão de acesso – e a globalização –, neste último caso em relação a tendência global que o novo urbanismo tem fixado no modo de vida de certos grupos sociais. Desse jeito, enquanto o Estado

busca, juridicamente, prever e regular os processos, as sociedades de segurança exploram as políticas de controle dos fluxos, ou seja, de gerência, com prévia permissão/autorização de acesso aos territórios.

Entretanto, essas reflexões não se restringem apenas aos territórios ditos “controlados” de contenção, que inclui não só as comunidades fechadas, mas também os que são excluídos delas. Dessa forma, a cidade universitária – analisada dentro de uma escala local – é uma personificação particularizada desse processo, pois da mesma forma que ela inclui (estudantes, servidores, técnicos e comunidade universitária no geral), ela exclui os possíveis indesejados que advém das comunidades vizinhas. Assim, dentro desse processo, o qual o Estado não consegue, na maioria das vezes, “conter” esses fluxos indesejados, ele busca outros mecanismos de controle e delega para outros sujeitos partes de sua jurisprudência, logo:

[...] Como ele não dá conta nem mesmo de sua condição de ‘Estado policial’, acaba promovendo/estimulando, de fato, a terceirização e a própria ilegalidade, com a proliferação, por exemplo, principalmente em Estados periféricos como os nossos, de milícias paramilitares, de seguranças privadas, quando não ele próprio, enquanto Estado, transforma-se em ‘Estado de exceção’, [...] decretando medidas excepcionais que, em nome de uma pretensa segurança, [...] e com o indispensável beneplácito dos grupos e da mídia hegemônicos, acabam por ser aceitas (ou mesmo desejadas) pela maioria da população e por se tornarem, se não legítimas, pelo menos ‘legais’ [...] (HAESBAERT, 2014b, p. 09).

Percebe-se, então, que existem duas realidades de “contenção territorial” no cenário sócio-espacial da cidade universitária. Onde, na primeira, temos um Estado no lado de dentro dos muros – no sentido endógeno ao campus –, mais presente, mas com suas dificuldades de regular o território institucional e, que, usa de órgãos terceirizados de segurança para conseguir gerenciar seus limites. Indicando que, a cidade universitária é um híbrido de territorialidades: “clássicas”, disciplinares; e de sociedades de segurança. E, na segunda, existe a realidade exógena ao campus, sendo a dos bairros vizinhos que historicamente sofrem com um Estado negligente, onde se faz presente em alguns aspectos de controle, porém não em sentido absoluto. Isso tem como consequência o surgimento de grupos ilegais que atuam nas brechas desse controle e, em certos momentos, esses processos acabam se chocando com a realidade endógena da cidade universitária.

Portanto, como já dito, esses “espaços fechados”, característicos da sociedade contemporânea, propiciam dois processos: que inclui “uns” e exclui “outros”. Dessarte, essa característica da securitização urbana traz à tona os anseios de uma sociedade impregnada pelo sentimento de medo da criminalidade e da violência que se espalhou por todos os espectros da vida, do privado ao público, dos espaços abertos aos fechados. Logo, baseado nessas discussões teórico-conceituais de aproximação da realidade da cidade universitária, o estudo agora segue

um caminho para se pensar como a situação sócio-espacial da cidade universitária dentro de Belém pode influenciar (ou não) com a problemática.

CAPÍTULO II – A CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ÁREA DE ESTUDO

Para começar, reforça-se que o estudo abordado nesta seção vai muito além de apenas caracterizar a área de estudo, isto é, o principal campus da UFPA, logo, inserir o cenário que cobre todo o conjunto sócio-espacial do recorte escolhido para compreender a criminalidade numa universidade pública na Amazônia se torna de indispensável necessidade. Dessa forma, apresentar uma leitura que inclua um modelo de análise baseado em escalas macro-micro (nacional, regional e local) que possibilite fazer: um histórico do campus; um diagnóstico do seu entorno; e identificar o fluxo populacional e seus serviços, tornam-se um dos fatores determinantes para se aproximar da realidade da área de estudo e, por conseguinte, o propósito da pesquisa.

Com essa proposta, o processo que envolve a propagação da violência e criminalidade está intimamente ligado à precarização ou a inexistência de políticas focalizadas em serviços estruturais básicos, sejam eles voltados para educação, combate ao desemprego e assistência social. Porém, simplificar este tema e generalizar as possíveis causas levando apenas para o lado de problemas de cunho estruturais, não emergem o real motivo da problemática.

Países como o Brasil, o qual desde o seu processo histórico de “desenvolvimento”¹⁵, foi construído sobre um forte contexto de desigualdade e junto a isso houve um rápido processo de urbanização que causou o surgimento daquilo que Rogério Haesbaert (2011) chama de “aglomerados de exclusão”, que podem ser vistos cada vez mais nas grandes cidades brasileiras.

Em Belém no estado do Pará, essa característica da urbanização brasileira não é diferente, junto com o crescimento da capital paraense com aproximadamente 1,315,26 hab/Km², dentro de um estado com uma densidade demográfica de 6,7 hab/Km² (IBGE, 2010), percebemos que a cidade de Belém sofre com o inchaço urbano semelhante a praticamente todas as metrópoles brasileiras, sendo um dos principais fatores para o surgimento de aglomerados de exclusão ou aglomerados subnormais – conceito usado oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Este conceito é empregado para representar o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

¹⁵ É colocado o conceito “Desenvolvimento” para expressar a amplitude do termo que muitas vezes é utilizado de forma reducionista para designar apenas o seu conteúdo econômico.

É importante, não obstante, sublinhar que o conceito de aglomerados subnormais é utilizado nesta parte do estudo em razão da sua oficialidade conceitual, além de ser uma aproximação para caracterizar os tipos de áreas com baixos índices de serviço públicos que circundam a área de estudo e uma opção metodológica de dados mais acessíveis. Justamente por isso o conceito será utilizado visando examinar a porção espacial onde a cidade universitária está inserida e, através desse ponto, entender quais os rebatimentos essa proximidade pode trazer para dentro do campus universitário. Lembrando que áreas com essas características tem maior suscetibilidade para a apropriação de grupos criminosos, considerando toda sua conjuntura social.

Apesar disso, frisa-se que o uso deste conceito serve para melhor acordar a relação entre a cidade universitária e os bairros vizinhos no sentido de compreender o fenômeno da violência e criminalidade no contexto sócio-espacial no qual a cidade universitária está inserida na cidade de Belém.

Em vista disso, a tendência de estudos neste sentido acaba por induzir sua compreensão de forma “errônea” quando coloca pobreza e violência/criminalidade no mesmo patamar, como se o problema sempre fosse ocasionado por este pensamento – mesmo que uma seja, em muitos dos casos, consequência da outra. Apesar desta conjectura o intuito de análise proposto não compete em fazer essa relação, muito menos incentivar mais preconceito e desigualdade para com lugares considerados aglomerados subnormais. De alguma forma, isso será superado nas discussões em torno do conceito de território.

Logo, o foco deste esforço é dirigido em direção a uma busca das possíveis causas do crime num campus universitário. Assim, podemos verificar a representatividade dos aglomerados subnormais na cidade de Belém em comparação com o valor total deles em todo o estado do Pará, por meio de alguns dados.

Tabela 1 - População residente em domicílios particulares ocupados, nos municípios com presença identificada de aglomerados subnormais (Censo demográfico, ano de 2010).

Aglomerados Subnormais		%
Pará	248	100
Belém	101	41

Fonte: SIDRA/IBGE, 2010.

É possível notar que os dados trazem um panorama do volume de áreas consideradas precárias, mostrando que, sozinha, a cidade de Belém concentra aproximadamente 29% dos aglomerados subnormais, representando o maior índice de todos os municípios com áreas dentro dessa classificação no estado do Pará.

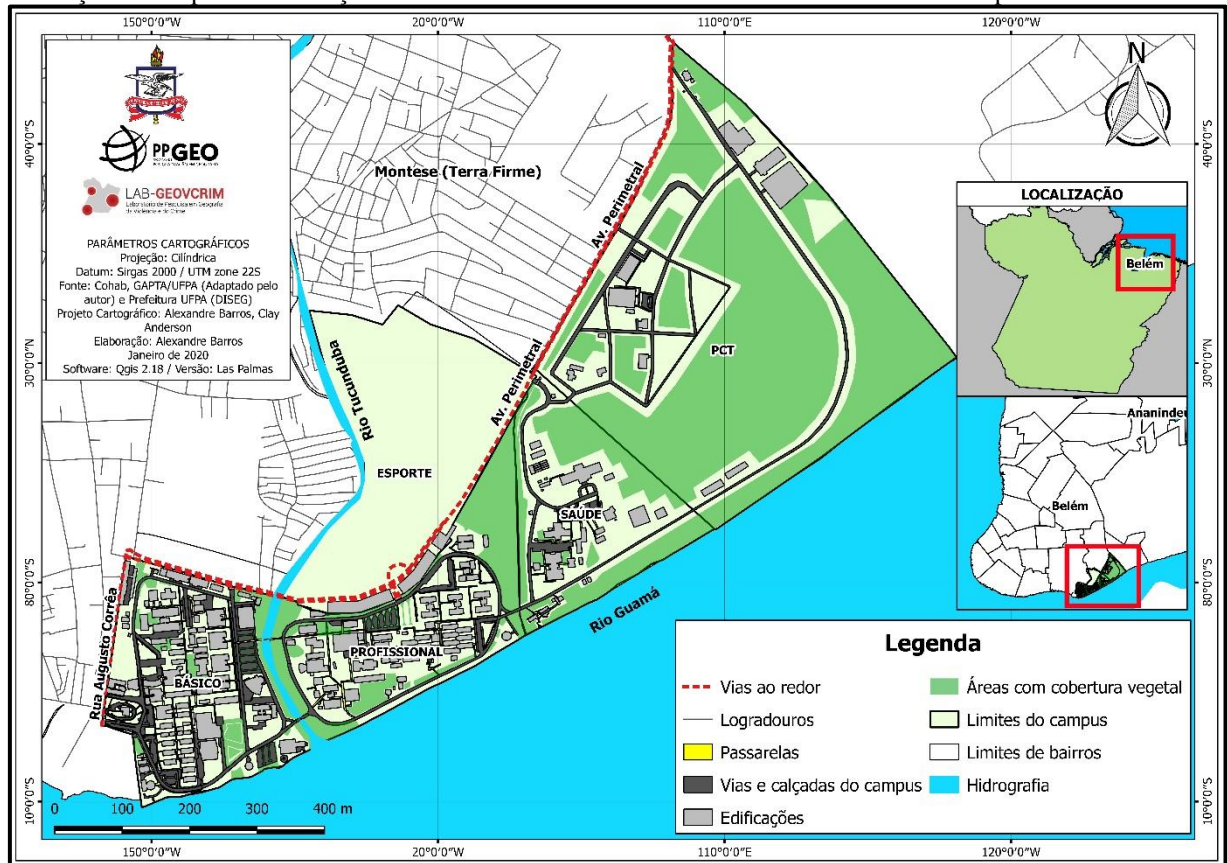
Por esse ângulo, seguindo um norte que nos dê indicações de como a criminalidade atua, considerando uma escala mais macro para assim chegar a realidade da cidade universitária, dados colhidos na Secretária Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) apontam que somente em Belém houveram 922 (novecentas e vinte e duas) ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) ao longo do ano de 2017, uma média de aproximadamente três eventos de morte a cada dia, colocando a capital do Pará entre as 50 cidades mais violentas do mundo, segundo matéria publicada em sete de março de 2018 pela BBC News¹⁶.

A partir deste cenário pode-se ter uma leve compreensão da situação onde o principal campus universitário da UFPA está inserido. Mas, ressalta-se que, a cidade universitária professor José da Silveira Netto, não se enquadra no conceito de aglomerados, no entanto, está em uma área de periferização, onde prevalece a perspectiva dos aglomerados, sendo ela uma exceção da regra, representada como um dos enclaves territoriais do chamado cinturão institucional¹⁷ que se estende por toda a Avenida Perimetral, localizada na parte sul de Belém que corta aproximadamente três bairros, sendo: Terra Firme, Guamá e Universitário.

¹⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43309946>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

¹⁷ O cinturão institucional da Av. Perimetral é composto por vários órgãos públicos e privados, dentre eles: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO); Campus do Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal Rural da Amazônia (UFPA); Eletrobras (Eletronorte); Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA); e Universidade Federal do Pará (UFPA).

Ilustração 3 - Mapa de localização da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto - Campus UFPA-Belém.



Fonte: BARROS, 2019.

* A cidade universitária foi estabelecida às margens do rio Guamá, dentro do bairro universitário. Sua localização, na parte Sul da cidade de Belém, faz fronteira com dois dos bairros mais populosos da capital paraense, e cortada por canais, sendo o mais conhecido, o Igarapé do Tucunduba.

O reconhecimento da localização da cidade universitária como fator preponderante na compreensão do fenômeno da criminalidade na instituição nos ajuda na interdependência entre a situação local do recorte espacial e o fenômeno da criminalidade. Então, a identificação e a percepção dos processos que cercam a área de estudo que, segundo a DISEG é, de certo modo, um “otimizador” para o aumento nos índices de ocorrências registrados no campus.

Colocar todos os problemas relacionados a crimes na cidade universitária na conta dos bairros vizinhos não resolve a questão, ao contrário, só reforça o estigma que a anos esses bairros vem sofrendo. Desse modo, reduzir o estudo apenas aos bairros vizinhos como único motivador para ocorrências de crimes no campus da UFPA conduz o estudo a cair num senso comum e propagação de preconceito, visto que a utilização dessa visão abre espaço para afirmar erroneamente que: o simples fato da cidade universitária estar localizada em uma das capitais mais violentas do país seria a principal causa de violência no campus.

Contudo, não menos importante, discorrer sobre o processo histórico de construção e consolidação da cidade universitária é um passo preponderante para entender os múltiplos

territórios estruturados e os *modus operandi* das territorialidades que a geografia do crime adota no espaço universitário.

2. 1. PONDERAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO E A CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

A cidade universitária professor José da Silveira Netto teve início na década de 1950, com a instituição da Universidade Federal do Pará (UFPA), e recebeu esse nome em homenagem ao segundo reitor da Universidade. O professor José Rodrigues da Silveira Netto ficou conhecido como aquele que “iria construir o campus, nos anos 60”, relata a professora Edilza Pontes. No início dos anos 1970, o campus foi consolidado, com o recebimento dos recursos do Governo Federal. Estas e outras histórias, a historiadora Edilza Fontes conta no livro *UFPA 50 ANOS: Histórias e Memórias*, lançado em 2007 (IMPrensa UFPA, 2012).

A construção da cidade universitária também foi estratégica para integração das faculdades (Direito, Engenharia, Farmácia, Odontologia e outras) que existiam isoladas, espalhadas pela capital paraense, transformando a UFPA em um ambiente propício para a consolidação de uma instituição multi interdisciplinar e democrática (IMPrensa UFPA, 2012).

Neste sentido, pensada pela Lei nº 3.191, de 02 de junho de 1957, a cidade universitária foi consolidada na década de 1960, a partir do empenho do então Ministério de Educação e Cultura do Governo Federal (MEC) que:

[...] possuía o interesse de criar *Campi* universitários em todo o país, em geral de acordo com o modelo norte-americano de ocupação. Para isto foi realizado um convênio junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estabelecendo contatos com universidades americanas que enviaram especialistas para auxiliar na viabilização dos *campi* universitários nas principais cidades brasileiras (UFPA, 2007). Foram realizados nessa época seminários ministrados por arquitetos oriundos das universidades do Texas, sobretudo de Houston (XIMENES et al., 2011, p. 03).

Com base nas relações que o MEC desempenhou com instituições financeiras e universidades americanas foi o início para o lançamento do projeto idealizado pelo engenheiro e, também arquiteto, Alcyr Meira, naquela ocasião diretor de obras da universidade, e o então reitor prof. José da Silveira Netto. Segundo Ximenes et al. (2011), o planejamento territorial de *campi* universitários no período ditatorial receitava um desenho urbano esparso, de poucas aglomerações e densidade construída relativamente baixa.

Ilustração 4 - O engenheiro e arquiteto Alcyr Meira nos anos 60 expondo o projeto de construção da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto para um conjunto de técnicos da UFPA.



Fonte: UFPA, 2007.

De tal modo, o projeto urbano do campus Belém da UFPA foi elaborado pela Comissão de Planejamento do Conjunto Universitário (COPLANCU), dirigida pelo já citado engenheiro e arquiteto Alcyr Meira, reunindo arquitetos, engenheiros e técnicos da própria UFPA. Esses planejadores apresentaram uma proposta considerada inovadora na época, sugerindo a adoção de um novo padrão de arquitetura regional. Os primeiros projetos arquitetônicos se propunham a unir princípios representativos dos padrões construtivos regionais com soluções arquitetônicas da época. Chamada “arquitetura ecológica” (XIMENES et. al., 2011). Esse projeto arquitetônico, marcado por um regionalismo incipiente, foi representado pela busca de técnicas construtivas que favorecessem o conforto térmico como ventilação cruzada, orientação de fachadas conforme a insolação, utilização de venezianas, beirais, entre outros (XIMENES et. al., 2011).

A implantação do campus da UFPA se daria a datar de 1964, com o nomeado “núcleo pioneiro do Guamá” o que conhecemos hoje como cidade universitária professor José da Silveira Netto. Desse modo, seu terreno é:

[...] às margens do Rio Guamá, a 10 km do centro da cidade de Belém, em uma área de aproximadamente 471 ha. Este era formado por uma área que pertencia ao Instituto Agrônomo do Norte, atual EMBRAPA, além de terrenos agregados do entorno que foram adquiridos através de compra ou de desapropriações até atingir a área ideal,

segundo seus planejadores, para implantar a Cidade Universitária (UFPA, 2007 apud XIMENES et. al., 2011, p. 03).

Partindo do pressuposto arquitetônico indicado acima, o Plano Diretor desenvolvido pela CONPLACU orientava a construção da cidade universitária seguindo os fundamentos contidos na “Carta de Atenas” de 1933. A distribuição das construções deveria estar afastada dos centros urbanos, a fim de proporcionar um ambiente propício ao desenvolvimento intelectual, sendo este afastado do *stress* cotidiano das cidades.

Ilustração 5 - Quadro comparativo do projeto geral do campus da UFPA e as recomendações da Carta de Atenas.*

PROJETO GERAL DO CAMPUS DA UFPA	RECOMENDAÇÕES DA CARTA DE ATENAS
Vias exclusivas para o uso de automóveis e separação da circulação de pedestres do tráfego de veículos mecânicos, com ausência de passeios adjacentes ao leito carroçável.	As vias de circulação devem ser classificadas conforme sua natureza, e construídas em função dos veículos e de suas velocidades (Art. 60). Orienta a criação de vias de circulação para pedestres separadas das vias para veículos, condenando as calçadas tradicionais devido à proximidade com o tráfego de veículos oferecendo perigo aos pedestres ao expô-los a diferentes velocidades (Art. 27) (Art. 62).
Circulações exclusivas para pedestres, em passarelas localizadas principalmente no miolo da quadra.	Orienta a criação de vias de circulação para pedestres separadas e preferencialmente proporcionando ao pedestre poder seguir caminhos diferentes do automóvel (Art. 62).
Desenho urbano estruturado por anel viário periférico sem ramificações.	Orienta que os cruzamentos de tráfego interno devem estar organizados em circulação contínua por meio de mudanças de níveis. Justifica-se que muitas paradas tornam lento o percurso, então deve se priorizar distâncias maiores entre os cruzamentos e favorecer a marcha contínua dos veículos (Art. 61).
Não é usado o alinhamento dos edifícios ao longo das vias de circulação, a maior parte dos edifícios no Campus possui o acesso voltado para o interior do miolo da quadra.	Proíbe o alinhamento das habitações ao longo das vias de comunicação justificando que as construções são prejudicadas pelos barulhos, poeiras e gases nocivos (Art.16) (Art. 27). Além disso, o alinhamento tradicional na beira das ruas não garantiria insolação adequada a todos os edifícios (Art. 17).
Os edifícios não estão próximos das vias de tráfego de veículos, com o uso de áreas vegetadas fazendo a separação.	Indica que as construções devem estar rodeadas por áreas vegetadas e que estas devem isolar, em princípio, os leitos de grande circulação dos edifícios (Art. 64).

Fonte: UFPA, 2009.

*Descrição do planejamento urbano que seria aplicado na produção do espaço da cidade universitária.

Portanto, seguindo os padrões expostos, o planejamento geral da cidade universitária foi formado, por anel viário, sistema de vias de penetração internas e bolsões de estacionamentos (XIMENES et al., 2011). Sua malha urbana seguiu padrões de menor densidade construída, e com edificações espaçadas, o que remonta aos espaços universitários ingleses e americanos do começo do século XX, os quais, segundo Gorovitz (1999) citado por Ximenes et al. (2011), exibiam em seus edifícios e articulações a tensão entre o claustro medieval da educação controlada e a aspiração universalizante liberal burguesa, da educação no capitalismo. Ainda sobre as concepções de Gorovitz, o autor descreve que é deste modelo americano que vem o conceito de “cidade universitária”, com diretrizes de planejamento que sugere espaços universitários que buscassem agregar as Faculdades e Institutos em torno de grandes espaços, dotados de monumentalidade e grande escala, caracterizando as articulações e dimensões

urbanísticas dos espaços livres à característica da própria cidade (GOROVITZ,1999 apud XIMENES et al., 2010).

Ilustração 6 - Ocupação do solo do Setor Básico. *



Fonte: UFPA, 2007 apud XIMENES et al., 2011.

*Produção do espaço da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto na década de 70, partindo inicialmente do Setor Básico, e ao fundo o processo de ocupação do Bairro Guamá.

Ilustração 7 - Evolução da expansão urbana da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto e dos bairros Terra Firme e Guamá. *



Fonte: Adaptado, CODEM, 1998 e GOOGLE EARTH, 2017.

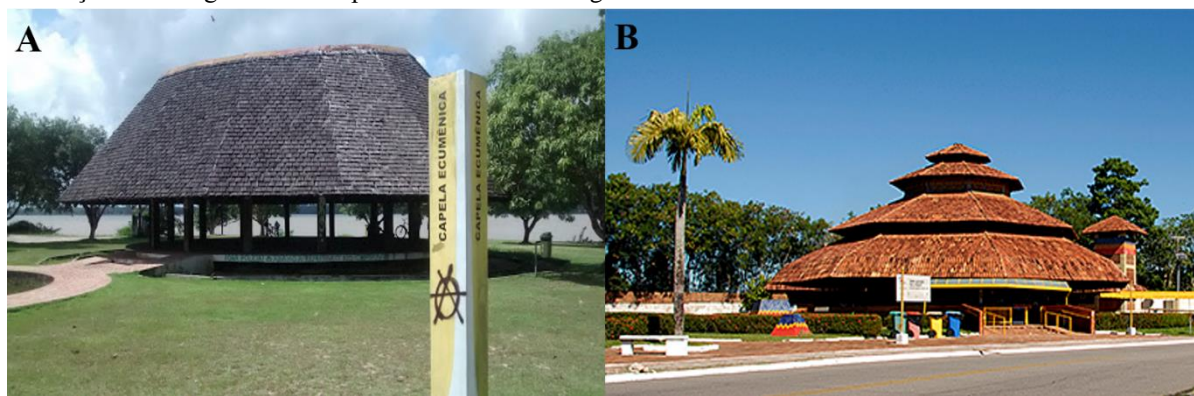
*Processo de expansão urbana que mostra a vasta cobertura vegetal e ocupação inicial do solo do campus a partir do setor básico.

Parte marcante a ser destacada no campus é a paisagem bucólica que representa muito bem o sentimento de pertencimento da comunidade acadêmica e de seus visitantes que frequentam o local. Assim, como é abordado por Barros (2017), este sentimento perpassa por diversas questões que ao longo do tempo foram sendo internalizadas na cidade universitária,

dentre elas, o ambiente tranquilo à beira de um rio, isso tudo dentro de uma grande cidade com todos seus problemas urbanos e agitação, comum de núcleos urbanos deste porte¹⁸.

À vista disso, na década de 1990, houve a construção de edifícios com certa carga simbólica, em outras palavras, adquirindo com mais força as referências visuais regionais, utilizando a porção territorial da orla do rio Guamá para introduzir instalações que imprimissem em sua arquitetura a identidade amazônica, a exemplo estão a Capela Ecumênica e o Restaurante Universitário, este último popularmente conhecido como RU, onde ambos tiveram a finalidade de reforçar aquilo que é local. Isso tudo num período que segundo Ximenes et al., (2011) alguns arquitetos, docentes da universidade, elaboravam projetos fortemente influenciados por uma linguagem em busca da apropriação mais orgânica do repertório formal regional, e de algumas de suas soluções de conforto ambiental e de concepção estrutural.

Ilustração 8 - Fotografia “A” Capela Ecumênica e fotografia “B” Restaurante Universitário – RU.



Fonte: UFPA, 2020. Elaboração: BARROS, 2020.

Dessarte, pelo aspecto histórico e considerando-o como parte importante para entender espacialmente e, portanto, as estratégias do crime, também é vital tratar do caráter institucional que permeia o território da cidade universitária professor José da Silveira Netto. Logo, veremos a seguir como essa particularidade beneficia a criminalidade, fazendo o levantamento das possíveis causas para tais ocorrências.

2. 1. 1. Sobre o caráter institucional

Um fator importante a ser levado em consideração para se fazer qualquer tipo de estudo sócio-espacial dentro da cidade universitária prof. José da Silveira Netto é o seu caráter institucional. Após compreendida a lógica conceitual sobre as particularidades apresentadas dentro da área de estudo, entendendo que os processos que ocorrem dentro do ambiente

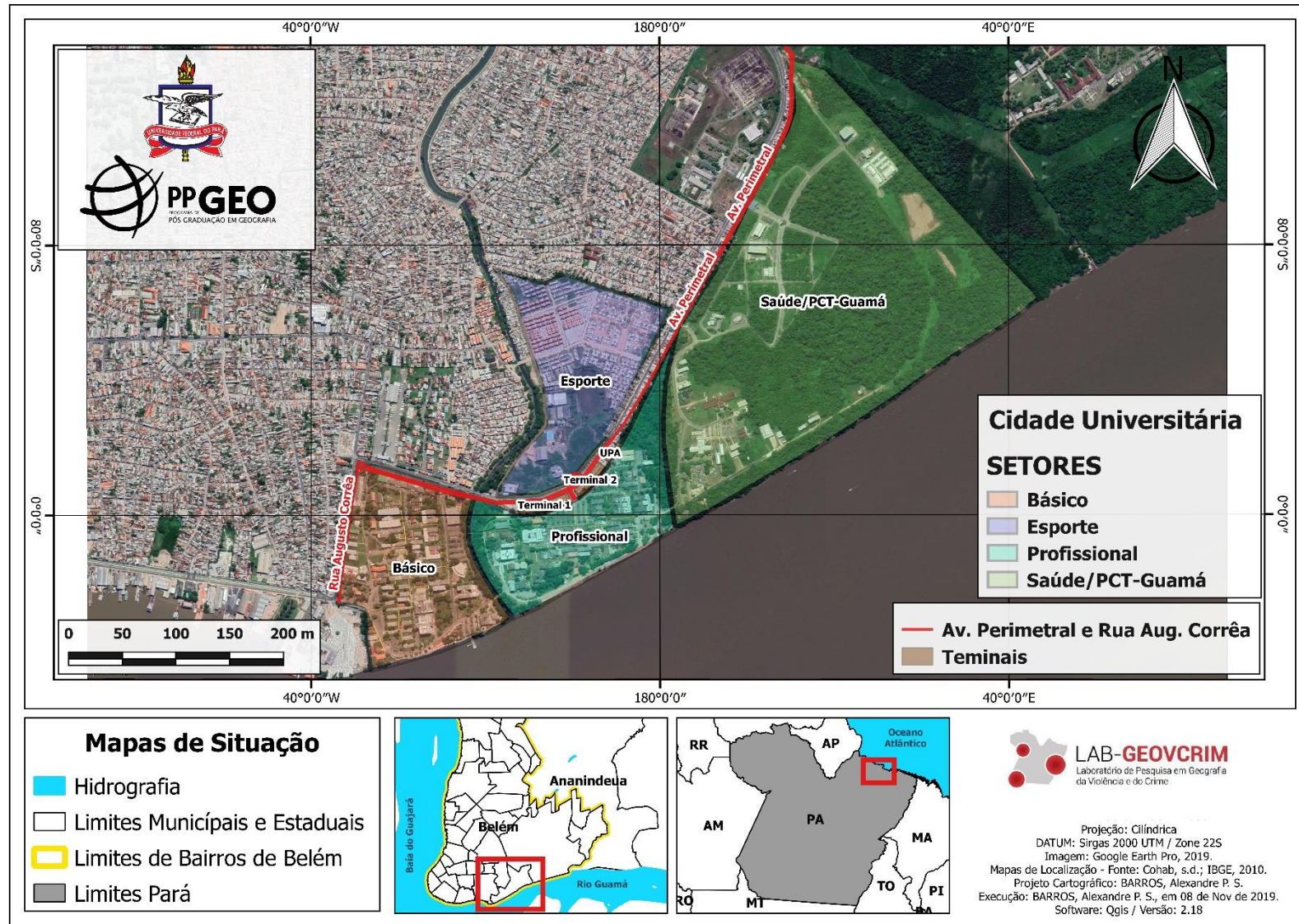
¹⁸ Sobre esse tema, Yi-fu Tuan (2012) chama atenção para o conceito de “topofilia” que representa essa relação dos sujeitos pelo ambiente, pelo lugar, sendo “[...] um neologismo, útil quando pode ser definido em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos pelo ambiente material [...]”.

universitário podem sofrer variações devido a característica do território, o estudo se torna mais cuidadoso, bem como seus resultados conseguem representar melhor a realidade analisada e, dessa forma, chegar a resultados mais consolidados sobre geografia da criminalidade no campus.

Para isso, o termo “instituição pública” se constitui como produto da ação política e reflexo das relações sociais. Segundo Barbosa e Rocha (2016), a criação desses espaços nas grandes cidades surge visando dar resposta a demandas sociais coletivas. A título de exemplo podemos citar: educação, segurança, saúde, transporte, proteção/conservação ambiental etc.

Dito sobre o fator institucional do território, sendo ele determinante para a pesquisa, faz-se necessário, também, compreender a distribuição territorial do espaço universitário, apresentando como este espaço está dividido e, com esse fundamento, identificar uma hipótese de causa e efeito para localizar as possíveis áreas com maiores índices de ocorrências de delitos. Neste caso cabe fazer uma caracterização da cidade universitária a respeito da sua organização territorial de acordo com o estudo de Barbosa e Rocha (2016) que mostra um espaço físico de aproximadamente 2.135.775 m², dividido em quatro setores.

Ilustração 9 - Divisão da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto. Setores Básico, Profissional, Esporte, Saúde e Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá.



Elaboração: BARROS, 2020.

- a) *Setor Básico*, primeira área do campus a ser ocupada. Este setor é constituído por pavilhões de sala de aula, Institutos da UFPA, Ginásio de Esportes, Restaurante Universitário, Reitoria, entre outras edificações. O uso desta parcela do campus é predominantemente voltado ao ensino, com uma taxa de 53%;
- b) *Setor Profissional*, a segunda área a ser ocupada na cidade universitária, devido à grande concentração de construções no Setor Básico, essa expansão se irradiou para a região do profissional, que passou abrigar as Faculdades, Institutos, Núcleos ligados às ciências aplicadas, às tecnologias e aos programas de pós-graduação das respectivas áreas. Seu uso predominante é o laboratorial com uma taxa de 41%;
- c) *Setor de Saúde*, que ainda dispõe de área de expansão. Em sua extensão ficam localizados o Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá (PCT), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e outros em fase de implantação como o complexo de Engenharia Naval. Predomina nessa porção da cidade universitária o uso laboratorial, com taxa de 78%;
- d) *Setor de Esportes*, uma área do campus pouco conhecida, de ocupação eventual, sofre com problemas de manutenção. A parte destinada a esse setor tem uma característica singular em relação as outras áreas da cidade universitária, pois esta área se integra a porção urbanizada dos bairros vizinhos. Assim, a taxa de uso é predominantemente de ensino, com 86%.

Com base nesses aspectos de divisão territorial da área de estudo, ela mostra o seu perfil institucional, pois segundo Barros, Vieira e Chagas (2017), a cidade universitária é uma instituição federal – um dos *campi* da Universidade Federal do Pará –, sendo assim, um território da União. Em decorrência disso, a ação da criminalidade se torna mais conveniente para os seus agentes territoriais por conta da facilidade de acesso e por não haver um trabalho mais efetivo de prevenção e combate dos órgãos de segurança pública e, também, da própria Diretoria de Segurança da UFPA que carrega a anos um *déficit* de servidores que prejudica a elaboração e desenvolvimento dessas ações.

2.1.1.1. Possíveis causas do crime no campus

É preciso, por outro lado, analisarmos para além de uma visão superficial dos fatores do crime na cidade universitária. Não devemos simplificar e determinar que a condição espacial com os bairros pobres passa a ser o motor determinante da criminalidade. Possivelmente as condições de contrastes e desigualdade sócio-espacial são importantes para melhor

compreender o problema. A relação de renda da comunidade universitária e, conseqüentemente, a atratividade para o crime, também devem ser levados em consideração.

Existe, apesar disso, a condição da “cultura do tudo pode” na universidade, e o maior poder aquisitivo e bens circulantes da população da UFPA, sendo todas essas origens possíveis potencializadores da totalidade de delitos que ocorrem no campus. Porém, é indiscutível que não se deve verificar isoladamente as causas e motivos para essas ocorrências, logo, fazer a correlação dos fatores para o desenvolvimento dos *modus operandi* da criminalidade é crucial para um diagnóstico.

Avançando nessa interpretação, pode-se dizer que a criminalidade na área de estudo se apresenta em vários momentos até a sua estruturação, isso significa dizer que essas atividades tem sua formação fora dos muros da universidade, pois se considerarmos, por exemplo, o fornecimento do tráfico de drogas, verifica-se que a fonte de onde vem os entorpecentes está ligada às localidades vizinhas à cidade universitária. Assim, uma das conjecturas no que se refere à venda e o consumo de drogas ilícitas no campus está intimamente relacionada com um dos locais mais visitados do setor básico, a orla. Tal situação é corroborada por conta da singularidade protecionista adquirida pela condição institucional do território.

Se considerarmos autores que tiveram uma reflexão a respeito de “espaços públicos concebidos” (SERPA, 2007) por agentes de gestão do espaço (como o do campus da UFPA), em especial aquele que é constitucionalmente visto como gestor maior do território, o Estado, percebemos que esses espaços são produtos para eliminar tudo aquilo que simboliza ameaça e resistência, isto é, abram caminho para que se estabeleça a homogeneização das diferenças. Logo, o espaço institucional carrega esta mesma carga de significado. Assim, o Estado, ao conceber os espaços públicos, utiliza-se dos instrumentos legais para afastar possíveis ameaças aos seus objetivos institucionais e estratégicos (BARBOSA e ROCHA, 2016).

Desse modo, a concepção aqui estabelecida para se compreender o território institucional, como espaço de atratividade para o crime, se baseia nas afirmações de Barbosa e Rocha (2016) que, a partir de trabalhos sobre a constituição da cidade universitária prof. José da Silveira Netto, contemplou este conceito como

[...] unidade formada pela ação estatal, resultante da delimitação física de parcela do bem público, patrimônio da União, formada por instituições governamentais civis e militares pertencentes a estrutura administrativa dos entes federativos: União, Estados e Municípios, investidos de funções estatais [...] (BARBOSA e ROCHA, 2016, p. 150).

Adicional aos argumentos feitos até aqui, há, ainda, características que percorrem a cidade universitária que podem ser contrastadas às abordagens feitas por Sposito e Góes (2013) sobre “espaços fechados” e Graham (2016) com seu “novo urbanismo militar”. Isso decorre por

conta do controle territorial aplicado dentro do campus, de modo que alguns métodos utilizados se aproximam daquilo que compreendemos como “novas estratégias de segurança urbana”, que se sobrepõem, em alguns casos, aos direitos individuais de privacidade em nome de um sentimento de segurança ou, até mesmo, um controle coletivo.

Buscando uma análise a partir do ponto de vista dos “espaços enclausurados” percebemos que diferente dos espaços residenciais fechados que são analisados por Sposito e Góes, a cidade universitária é um espaço aberto ao público, porém, existe um certo controle de acesso, nada comparado aos condomínios fechados estudados pelas autoras, mas que gera uma discussão sobre até que ponto a vigilância dos espaços públicos interfere no convívio social de seus usuários. Esse questionamento manifesta alguns traços importantes do urbanismo atual que segundo Sposito e Góes:

[...] revelam aspectos que nos mostram as identidades do mundo urbano contemporâneo. Separação e segmentação, individualismo e diferença criam condições objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas de redefinição do par espaço privado-espaço público [...] (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 133).

Conquanto, evidencia-se que nesse meio tempo de história em que os novos *modus operandi* que a criminalidade passou a utilizar, era de se esperar o acompanhamento evolutivo das técnicas de segurança para combater este avanço. Mesmo assim, quando pensamos que este avanço ultrapassou os muros de um campus universitário podemos vislumbrar um futuro preocupante que pode colocar em risco a aproximação de uma instituição de ensino superior com a população. Afastando cada vez mais a possibilidade de diálogo entre o ambiente acadêmico e a sociedade num todo.

Análogo a esse debate, vemos o confronto entre a expansão da violência e o urbanismo militar que Stephen Graham (2016) se debruça em sua obra “*Cidades Sitiadas*”. Nesse raciocínio, podemos inserir a área de estudo sobre a problemática que Graham se preocupou em mostrar, claro que em contextos diferentes. Sendo assim, podemos dizer que o território institucional da UFPA se torna um enclave, ou melhor, um espaço enclausurado dentro da cidade de Belém. Essa afirmação pode ser reforçada se considerarmos o planejamento urbano adotado na produção do espaço da cidade universitária em relação aos bairros vizinhos, o aparato tecnológico do sistemas de monitoramento de câmeras de segurança eletrônica, o “controle no acesso” (mesmo que esse não seja tão efetivo), a entrada de empresas privadas de segurança patrimonial e que também fazem rondas, e por último, mas não menos importante, a aproximação da DISEG com as forças policiais do Estado, trazendo para dentro do campus o debate sobre a militarização da questão urbana de Souza (2008), amplamente presente no combate à criminalidade feita no contexto dos bairros vizinho à universidade.

Para compreendermos melhor todos os elementos previstos para elaborarmos uma visão aproximada da abordagem sobre “novo urbanismo militar” que, com suas particularidades, é vista no contexto da cidade universitária, pode-se articular que, ao contrário dos debates convencionais dentro da política nacional e internacional, da ciência política e da história, é importante não ver os espaços, a infraestrutura, os aspectos culturais e sócio-espaciais da vida na cidade como mero pano de fundo para a imaginação e a propagação da violência ou da construção da “segurança”. Em vez disso, a maneira como as cidades e os espaços urbanos são produzidos e reestruturados são, de fato, essências para formar essas estratégias (SOUZA, 2008; GRAHAM, 2016.)

Neste ponto de vista, reforçar e apontar os fatores para melhor compreender a relação dos múltiplos territórios dentro da cidade universitária, baseado no cenário sócio-espacial, é fundamental, pois além de mostrar a esfera de oportunidades de atuação do crime no recorte espacial, nos revela, inclusive, uma direção de potenciais causas e consequências que a criminalidade pode gerar de um modo geral. Isto posto, veremos outros fatores que da mesma forma são determinantes para o crime no campus.

Ilustração 10 – Quadro com fatores considerados determinantes para o crime na cidade universitária. *

FATOR	CARACTERÍSTICAS
Baixa atuação do aparato policial e dos servidores da segurança interna.	Problemas de distribuição nas áreas de atuação; déficit do contingente; ausência de ações de prevenção e combate; término de aulas muito tarde no turno da noite; pouca segurança nas festas dentro do campus; e desativação dos postos da Polícia Militar nas entradas.
Deficiência no aparato tecnológico de segurança.	Dificuldade para cobrir toda área da cidade universitária; falta de investimento.
Medo e falta de informações sobre ações de segurança voltada a comunidade universitária	Medo de denunciar por retaliação e descaso em fazer boletim de ocorrência; falta de confiança no setor de segurança do campus e da Polícia; desconhecimento da existência da Diretoria de Segurança; mudança de comportamento por traumas sofridos em decorrência da violência e criminalidade na cidade em geral.
Vulnerabilidade social e econômica dos bairros vizinhos.	Baixos índices de desenvolvimento humano (IDH); aglomerados subnormais; atratividade para o crime na cidade universitária; perfil maior de renda da comunidade universitária.
Acesso ao campus.	Fácil acesso; entrada de drogas facilitada; deficiências na fiscalização nos portões.
Localização e contexto sócio-espacial	Condição de enclave; características de espaços fechados de Sposito e Góes (2013) e novo urbanismo militar de Graham (2016).

Fonte e elaboração: BARROS e CHAGAS, 2020.

*Tabela organizada com base no diagrama adaptado de Ramos e Araújo (2013) exibido na metodologia da pesquisa e em todos os estudos realizados no decorrer da pesquisa, apoiando-se em informações colhidas na DISEG/Prefeitura *Multicampi* através de pesquisa documental e entrevistas.

Ainda assim, salvo os elementos mencionados *a priori*, vale frisar o caso da comunidade acadêmica que é definida pela sua heterogeneidade, sendo esta composta por alunos, servidores administrativos, docentes etc. Por conseguinte, esse fator oferece uma oportunidade de possíveis vítimas (e mercado para o tráfico de drogas) para a prática de delitos dentro do campus devido à atratividade econômica que parte deste grupo (servidores administrativos e docentes) apresenta para os agentes da criminalidade. Mas, mesmo que a comunidade discente não disponibilize dessa atratividade devido ao seu menor poder econômico, o grande fluxo de estudantes faz com que essa parcela da população universitária seja a principal afetada pelo problema.

2. 2. PERFIL SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Cabe agora, uma descrição do perfil desses estudantes que se encontram na UFPA, por este motivo, segundo pesquisa sobre o “perfil socioeconômico e cultural dos estudantes”, realizada pela Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a comunidade estudantil vem, em sua maioria, de escolas públicas e são de famílias que recebem até 1,5 salários mínimos. Assim:

[...] Quase 90% dos alunos cursaram o ensino médio regular (89,7%) e 68,8% estudaram a vida toda na rede pública de ensino. Destes, 59% entraram pelo Sistema de Cotas e foram aprovados pelo vestibular anual (52,8%) ou pelo Sistema de Seleção Unificada – SiSU – (43,7%). Parte deles estudou sozinha para o vestibular (47,4%) enquanto o restante fez cursos pré-Enem (42,4%). Estar na UFPA, hoje, é uma grande conquista não apenas individual, para a maioria dos alunos. Isso porque a renda familiar *per capita* de 85% dos alunos é de até 1,5 salário mínimo e 70,2% são mantidos financeiramente pelos pais. Mais de 82% dos pais e mais de 75% das mães nunca tiveram acesso ao ensino superior, o que indica que, de cada quatro alunos da UFPA, três são os primeiros da família a cursar uma graduação [...] (ANDIFES, 2018).

Outro retrato importante é que, pela primeira vez o quantitativo de estudantes pretos (12,9%), pardos (61,3%), amarelos (2%), quilombolas (3,4%) e indígenas (0,9%) é superior ao de brancos nas universidades brasileiras, e essa realidade também marca a UFPA, em que 78,4% dos estudantes se autodeclaram PPI¹⁹ (UFPA/ANDIFES, 2018).

[...] Eles também são majoritariamente jovens. Cerca de 66% têm entre 18 e 24 anos. Por outro lado, 30,2% são adultos e economicamente ativos, na faixa etária entre 25 e 40 anos. Há quem tenha chegado à Universidade bem cedo, entre 13 e 17 anos (2,8%), mas também há aqueles que recomeçam a vida após os 50 anos e escolheram a UFPA (0,5% dos alunos matriculados) [...] (ANDIFES, 2018).

¹⁹ Sigla que engloba Pretos, Pardos e Indígenas.

Há, também, fatores que mostram o perfil de vulnerabilidade desses estudantes dentro e fora do campus, mostrando que: mais de 66% usam o transporte coletivo para chegar diariamente à Universidade e mais de 55% moram entre 5 km e 50 km de distância da Instituição. Mais de 10% demoram horas para chegar à UFPA, pois moram a mais de 50 km dela e 7,2% demoram mais de duas horas (UFPA/ANDIFES, 2018). Portanto, esse quadro coloca o estudante numa situação mais exposta a uma possível ação criminosa no caminho até à universidade, na descida do transporte ou mesmo na própria entrada do campus.

Por outro lado, existe na população universitária uma parcela (já mencionada antecipadamente) que adquire um padrão econômico bem mais elevado dentro do quadro populacional da cidade universitária. Nesta circunstância, este grupo pode ser inserido naquele que é consecutivamente atingido por crimes patrimoniais, como arrombamentos e furtos de/em veículos, conforme mencionado por vigilantes nas entrevistas feitas na Diretoria de Segurança da UFPA no decorrer dos anos de 2017, 2018 e 2019. Para tal fim, é possível verificar como esse grupo está dividido e distribuído no quadro de pessoal da instituição de acordo com o levantamento orçamentário salarial do Anuário Estatístico da UFPA do ano 2018.

Tabela 2 - Média de pessoal (servidores) por folha de pagamentos do ano de 2018.*

SITUAÇÃO	MÉDIA
Ativo CLT	1
Ativo RJU	5165,2
Cargo de Direção	6,2
Cdt Prof./Tut.M. Médico	2
Cedido	86,3
Colaborador PCCTAE	0,2
Estagiário	369,1
Exercício Descent. Carreira	5
Exerc. 7º Art. 93 8112	2,9
Exercício Provisório	5,2
Médico-Residente	156,3
Requisitado	2
Residência Multiprofissional	201,6
Substituto	240,5
Técnico Cont. Temporario Art.37	0,4
Temporário	1,5
Visitante	11,9
TOTAL	6257,3

Fonte: SIGRH/ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 2018. Elaboração: BARROS, 2020.

*Este levantamento considera o quadro de pessoal por situação em folha de pagamento mensal de todos os *campi* da UFPA.

Ao olhar esses indícios, é relevante o número de servidores que se encontram na cidade universitária, mesmo os dados da tabela 2 mostrem um panorama geral da Instituição UFPA,

dado que estamos falando do maior campus universitário da UFPA e isso significa dizer que o trânsito de pessoas diariamente é bem superior a outros campus universitários, proporcionando várias possibilidades de atuação do crime possuindo uma gama atraente de mercado para o tráfico de drogas e vítimas para o furto e roubo.

2. 3. OS BAIROS VIZINHOS E SEU CONTEXTO SÓCIO-ESPACIAL

Falar de crime na cidade universitária prof. José da Silveira Netto é, sem dúvida, um esforço hercúleo devido todas as dificuldades que se apresentam na pesquisa, desde compreensão da área de estudo e os processos sócio-espaciais que à permeiam, até os obstáculos no agrupamento de dados. Porém, uma necessidade que surgiu no decorrer dos levantamentos desses dados e informações foram a de relacionar as localidades vizinhas com a área de estudo para, assim, obter resultados que realmente se aproximem da realidade.

Então, como já colocado nas seções acima, a cidade universitária está localizada na porção sul da capital paraense, tem como vizinhança dois dos bairros mais populosos, e, com os mais baixos índices de desenvolvimento humano de Belém. Logo, o bairro Guamá, situado às margens do rio Guamá que dá nome ao mesmo, compreende, segundo a Lei 7.806, de 30 de julho de 1996:

[...] a área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da margem direita do Rio Guamá com a projeção da Pass. São Cristóvão, segue por esta até a Pass. Alvino, flete a esquerda e segue por esta até a Trav. 14 de Abril, flete a direita e segue por esta até a Pass. Paulo Cícero, flete à esquerda e segue por esta até a Pass. Albi Miranda, flete à direita e segue por esta até a Pass. Mucajás, flete a esquerda e segue por esta até a Trav. 3 de Maio, flete à direita e segue por esta até a Rua Silva Castro, flete à direita e segue por esta até a Trav. 14 de Abril, flete à esquerda e segue por esta até a Av. Conselheiro Furtado, flete à direita e segue por esta até a Trav. 2º de Queluz, flete à esquerda e segue por esta até a Pass. N. Srª das Graças, segue por esta até o Igarapé Tucunduba, flete à direita e segue a jusante até encontrar a Av. Perimetral, flete à direita e segue por esta até a rua Augusto Corrêa, flete à esquerda e segue por esta até encontrar o limite do terreno da UFPA, segue por este até a margem direita do Rio Guamá, flete à direita e segue por esta até o início da poligonal (BELÉM/SEGEP, *s.d*).

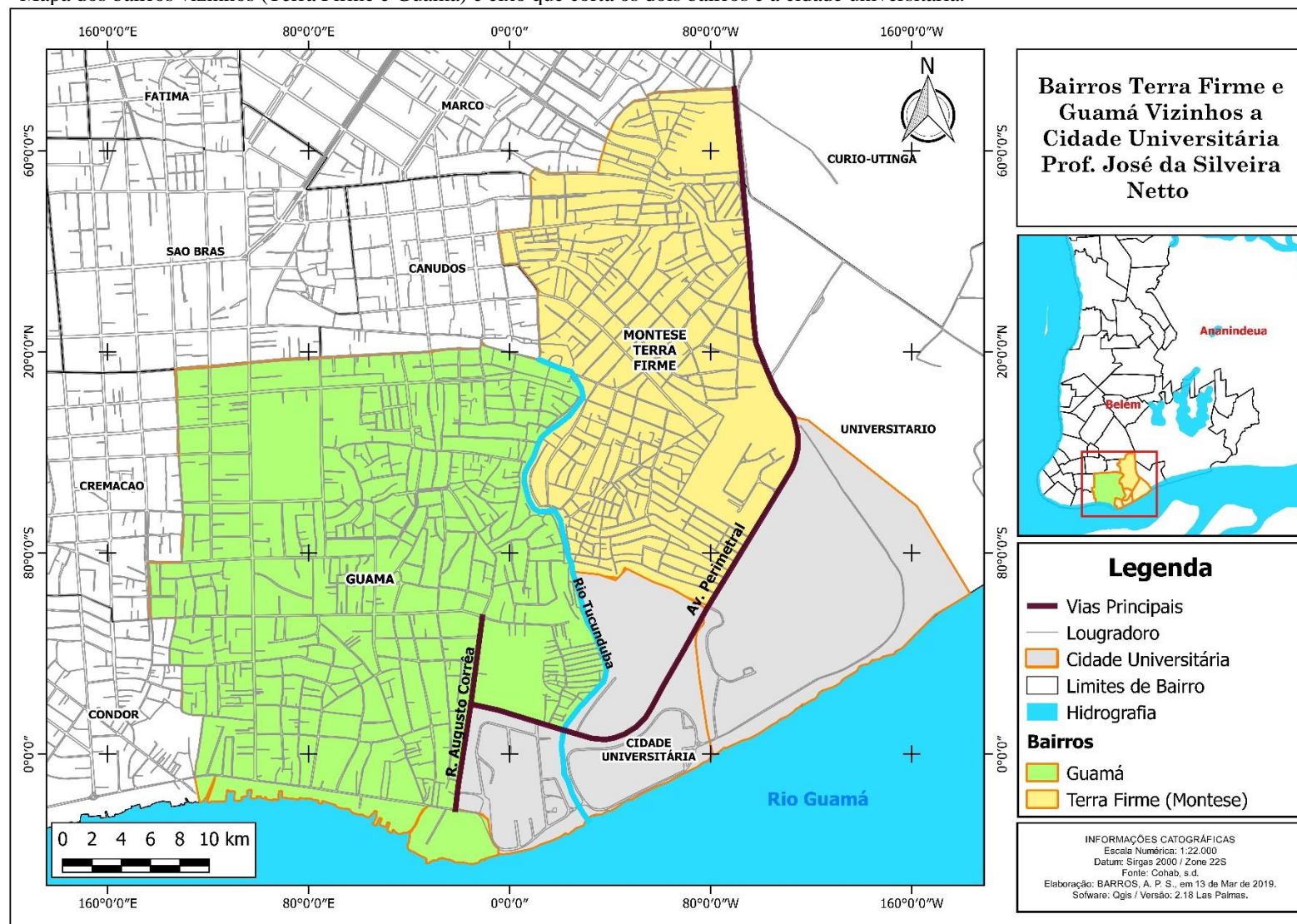
Agora, falando do bairro Terra Firme, que tem como principal característica o conjunto de instituições públicas ao longo da Av. Tancredo Neves, conhecida por Perimetral, mais conhecido como “cinturão institucional” de Belém. Possui essa denominação no nome como reflexo da ideia dos seus primeiros habitantes que fizeram uma brincadeira com a área alagada onde hoje é localizado o bairro. Desde então, apoiado na Lei 7.806, de 30 de julho de 1996, o bairro atinge:

[...] a área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da Av. Perimetral com as áreas da UFPA, segue contornando esse limite até a interseção com o Igarapé do Tucunduba, segue por este até encontrar a Pass. N. Sra. das Graças, flete à esquerda e segue por esta até a Rua da Olaria, flete à direita e segue por esta até a Rua Silva

Rosado, flete à esquerda e segue por esta até a Trav. Juvenal Cordeiro, flete à direita e segue por esta até a Rua Roso Danin, dobra à direita e segue por esta até a Pass. Nazaré, dobra a esquerda e segue por esta e por seu prolongamento até a confluência da Av. Ceará com a Pass. Sem Denominação, dobra à direita e segue por esta até a Rua Jabatiteua, dobra à direita e segue por esta até o Canal Tucunduba, flete à esquerda e segue por este até a Pass. Monte Alegre, flete à direita e segue por esta até a Av. Eunice Weaver (Av. Perimetral), flete a direita e segue por esta até o início da poligonal (BELÉM/SEGEP, *s.d*).

Desse modo, esses dois bairros são aqueles que englobam, junto à cidade universitária, situada no bairro Universitário, grande parte da zona sul de Belém, formando um eixo que começa na Av. Perimetral que corta os dois bairros até a Rua Augusto Corrêa no Guamá.

Ilustração 11 - Mapa dos bairros vizinhos (Terra Firme e Guamá) e eixo que corta os dois bairros e a cidade universitária.



Elaboração: Localização dos bairros Terra Firme e Guamá e sua posição dentro da cidade de Belém. BARROS, 2019.

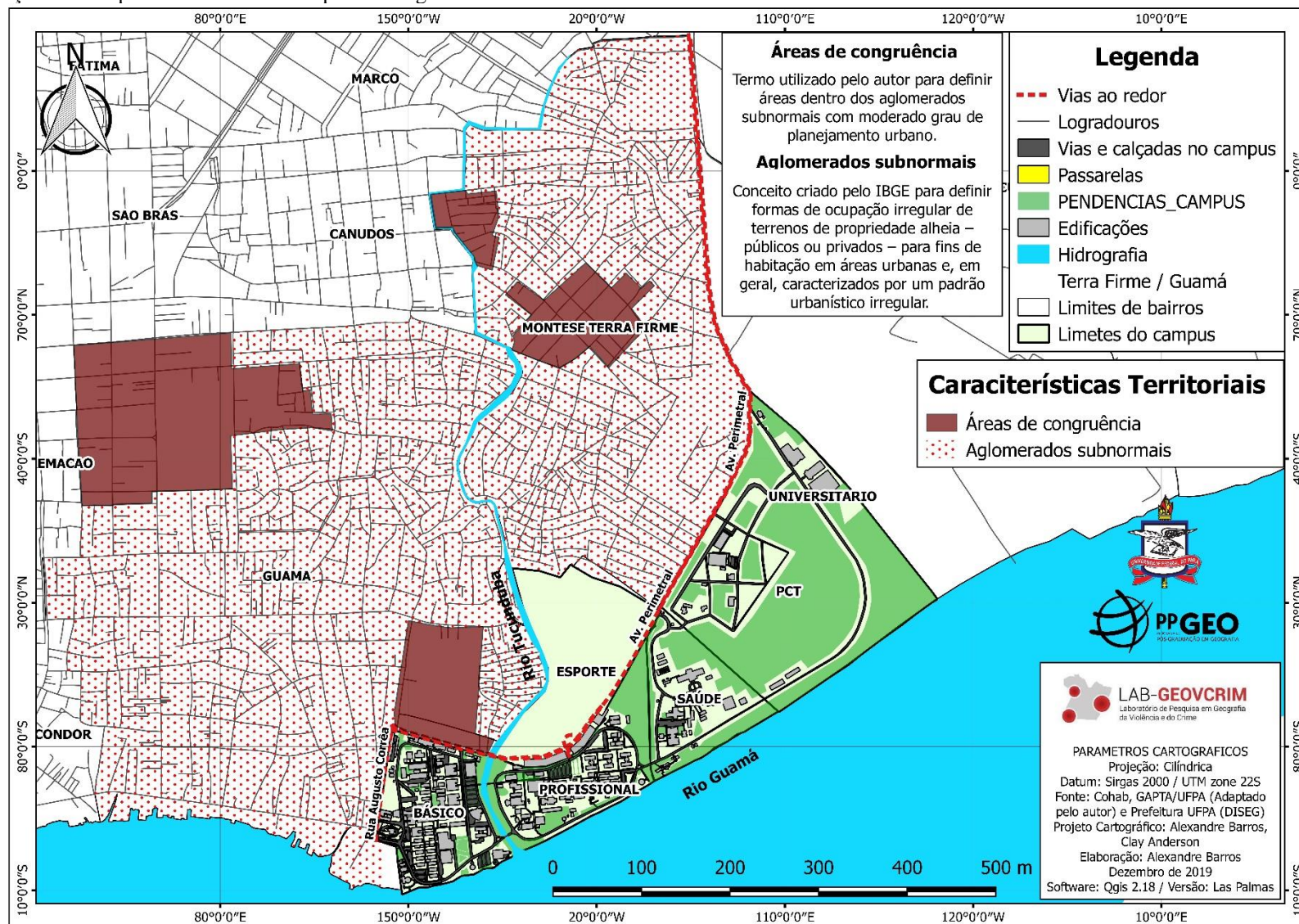
Confirmamos, então, que tanto o bairro Guamá, quanto Terra Firme são vizinhos da cidade universitária e, também, fazem fronteira entre ambos, caracterizada pelo rio Tucunduba. Neste ponto, analisando a própria organização espacial dos dois bairros, através dos mapas, percebemos que a produção do espaço foi sendo construída de forma espontânea, sem planejamento urbano e ordenamento. Lefebvre, já na década de 1970, debruçando-se numa visão dialética que vê o espaço como produto social, em que os aspectos físico/estrutural e social do espaço são produzidos em conjunto, dessa forma, esse processo se concretizou na produção do espaço dos dois bairros, ao ponto que os baixos índices de desenvolvimento e precariedade dos serviços básicos são reflexos, ou melhor, são resultados desse produto social desigual criado não apenas nesses bairros, mas em outras localidades no restante da cidade.

Partindo desse ponto de vista é notável que devido a sua proximidade, os dois bairros exercem uma influência sócio-espacial considerável, com isso, rebatimentos, que neste caso, o crime, ultrapassa os muros da cidade universitária e promove eventos cada vez mais comuns no dia a dia do campus. Em tal caso, sugere-se examinar o processo de ocupação desses dois bairros, partindo do pressuposto de corroboração para entender a criminalidade no contexto sócio-espacial da universidade.

Aqui, devemos entender que o processo de ocupação dos dois bairros se deu a partir de um processo de ocupação espontânea, ocorrendo na medida em que as áreas de baixadas de Belém começaram a ser ocupadas. Esse episódio foi corroborado pela explosão urbana que a cidade sofreu em seu centro, empurrando os menos privilegiados para a periferia e, então, acentuando uma rápida invasão das porções baixas da cidade, sendo a localização do Guamá e Terra Firme uma área que pertencia a União e, que fazia parte do que conhecemos hoje por Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Desse modo, Belém sofreu na década de 1950/60 um processo particular de dispersão urbana, contribuindo para o surgimento de vários bairros nas porções periféricas da cidade. Para Trindade (1998) esse processo é, dentro do espaço metropolitano, produto, condição e meio de reprodução das relações sociais. Trabalha-se com a noção de desconcentração para mostrar que a forma urbana compacta, característica do primeiro momento do processo de metropolização considerado, cede lugar a uma forma metropolitana dispersa, que reafirma a primazia da metrópole belenense no contexto da Amazônia Oriental e que é fruto de processos sócio-espaciais que combinam elementos da ação (coligações de agentes locais) e da estrutura (determinações gerais) (TRINDADE JUNIOR, 1998). Porém, junto a essa dispersão vem os problemas sócio-espaciais de planejamento urbano e ocupações precária que tendem a acompanhar o processo rápido de urbanização.

Ilustração 12 - Mapa de contexto sócio-espacial de aglomerados subnormais da cidade universitária com os seus bairros vizinhos Terra Firme e Guamá.



Elaboração: BARROS, 2019.

Percebe-se que de acordo com os dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), os bairros Terra Firme e Guamá, são praticamente todos caracterizados como aglomerados subnormais – com exceções de algumas porções espaciais que nomeamos (segundo análises dessas áreas) como áreas de congruências, ou seja, áreas em situação com melhores índices dos seus serviços essenciais básicos – e, conseqüentemente, são acompanhados de altos índices de violência e criminalidade (não que isto seja o único fator corroborante para tal afirmação), mas que acabam por extrapolar suas fronteiras.

Essa situação apresentada é atributo de referência para grande maioria de estudiosos que se preocupam em compreender o fenômeno da violência e criminalidade. Não obstante, entende-se que essa conjuntura não é particular da análise realizada até aqui, mas esse problema é realidade de muitas cidades pelo mundo, isso, principalmente em países do “Sul Global”, definição usada por Stephen Graham, que ainda conclui:

[...] Enquanto cidades de relativa igualdade, como as da Europa ocidental continental, tendem a oferecer uma sensação de segurança, sociedades altamente desiguais são, com frequência, marcadas pelo medo, por altos níveis de crime e violência e pela militarização cada vez mais intensa (GRAHAM, 2016, p.52).

Acompanhando mesma linha de pensamento, essa questão é intensificada pelos modelos de economias neoliberais que penetram na administração pública e, por conseguinte, na segurança criando uma tendência mercadológica da violência, contribuindo para o surgimento de mais empresas de segurança privada e de tecnologia, expandindo ainda mais esse mercado.

Igualmente, modelos que seguem essa tendência neoliberal, combinado com a difusão de modelos punitivos e autoritários de policiamento e controle social (FOUCAULT, 2014b [1975]), exacerbou as desigualdades urbanas. Como resultados, os pobres da cidade são muitas vezes confrontados com redução nos serviços públicos, de um lado, e uma palpável demonização e criminalização, do outro (GRAHAM, 2016).

As afirmações colocadas na segmentação anterior só enrijecem tudo aquilo que foi visto com o problema dos “Aglomerados Subnormais” relacionados intimamente com a criminalidade e violência urbana. Isso expresso na escala de análise em que consideramos a cidade universitária da UFPA como objeto de estudo e os bairros vizinhos como um potencializador da criminalidade do campus, atesta-se aquilo que foi observado nas hipóteses, que na proporção que populações de regiões periféricas desprivilegiadas são inseridas precariamente na vida urbana, mais esses “pobres” são estigmatizados como selvagens que devem ser segregados do restante da cidade. Assim, veremos como essa criminalidade se comporta no entorno do campus.

2.1.3. O crime no entorno da cidade universitária

Uma parte importante a ser abordada neste momento é a questão da criminalidade instalada no entorno da área de estudo. Sabemos que – por todas as colocações feitas anteriormente – os bairros Terra Firme e Guamá, vizinhos ao campus, sofrem historicamente com altos índices de crimes e precariedades na sua estrutura urbana que, por conseguinte, propiciam o avanço da violência urbana.

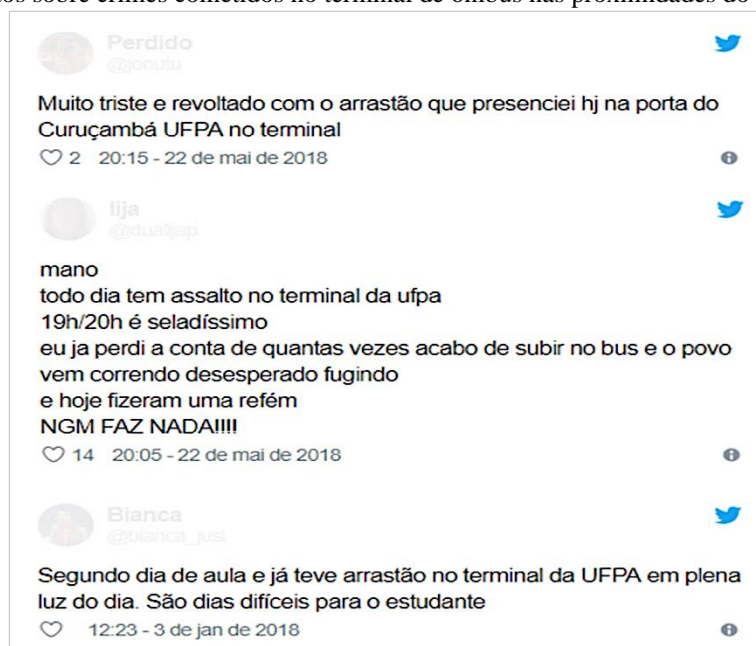
Concorrente a isso temos a cidade universitária que difere estruturalmente dos seus vizinhos em relação ao planejamento urbano e no olhar do Estado quando relacionado a segurança pública, pois conta com seu próprio instrumento de segurança e, em alguns casos, busca aproximação com as entidades policiais para ajudar no combate à criminalidade. No entanto, mesmo com essas particularidades e com um “melhor controle” sobre a criminalidade, ainda assim, a universidade sofre com casos de crimes em suas dependências.

Em matéria publicada pelo Diário do Pará Online no dia 22 de maio de 2018, foi relatado o seguinte: “Estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA) denunciaram ao DOL na noite desta terça-feira (22) a insegurança vivida dia e noite, sem trégua, dentro e fora do campus da instituição”. E continua:

[...] Hoje mesmo, três homens armados 'tocaram o terror' e assaltaram um grupo de pessoas que estava no terminal rodoviário. Mesmo quem estava longe procurou um local para se abrigar e não ser alvo de criminosos. Correria e gritaria deixaram todos em pânico. De acordo com relatos, a polícia foi chamada, uma viatura esteve no local, mas não teria ficado por muito tempo (DOL, 2018).

Nas redes sociais é observado ainda alguns relatos de estudantes e pessoas que frequentam a região e expressam seu sentimento de indignação com as ocorrências cada vez mais presente no seu cotidiano. Em postagens na internet se percebe que um dos locais mais visados pelos criminosos é o terminal rodoviário da cidade universitária que, pelo grande fluxo de pessoas, especialmente, de estudantes da UFPA e de moradores dos bairros vizinhos, capacita uma atração para a ocorrências de crimes.

Ilustração 13 - Relatos sobre crimes cometidos no terminal de ônibus nas proximidades do campus.



Fonte: Twitter, 2018.

Sobre esses casos podemos fazer um pré-diagnostico considerando a questão da criminalidade nos dois bairros vizinhos. De acordo com a PM e a DISEG, grande parte dos sujeitos que praticam crimes no campus tem algum vínculo com os bairros (reforçando que, não é nossa intenção estigmatizar os bairros Terra Firme e Guamá).

Os casos, principalmente, de roubo que sempre ocorrem no caminho de quem precisa acessar os serviços da UFPA é um problema que vem galgando a anos como um fenômeno normal do dia a dia dos estudantes, professores, servidores e população em geral que frequentam o campus. De acordo com matéria veiculada no ano de 2018 sobre os crimes que ocorrem rotineiramente nas vias de acesso ao campus:

[...] De janeiro a maio deste ano, 33 assaltos a ônibus foram registrados só nas linhas que operam para o campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), no bairro do Guamá em Belém, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Pará [...] a ação dos bandidos ocorre geralmente no ponto próximo à Universidade Federal, segundo os alunos. Enquanto um bandido ameaça os passageiros com uma arma o outro recolhe celulares e outros pertences das vítimas [...] (G1 PARÁ, 2018).

Segundo um aluno universitário entrevistado nessa mesma matéria, essa estatística pode ser bem maior por conta da subnotificação de dados que acontece devido a não prestação de queixa e boletim de ocorrências, reflexo da ignorância de muitas vítimas que negligenciam este fato por acharem que “não vai dar em nada” a notificação desses crimes.

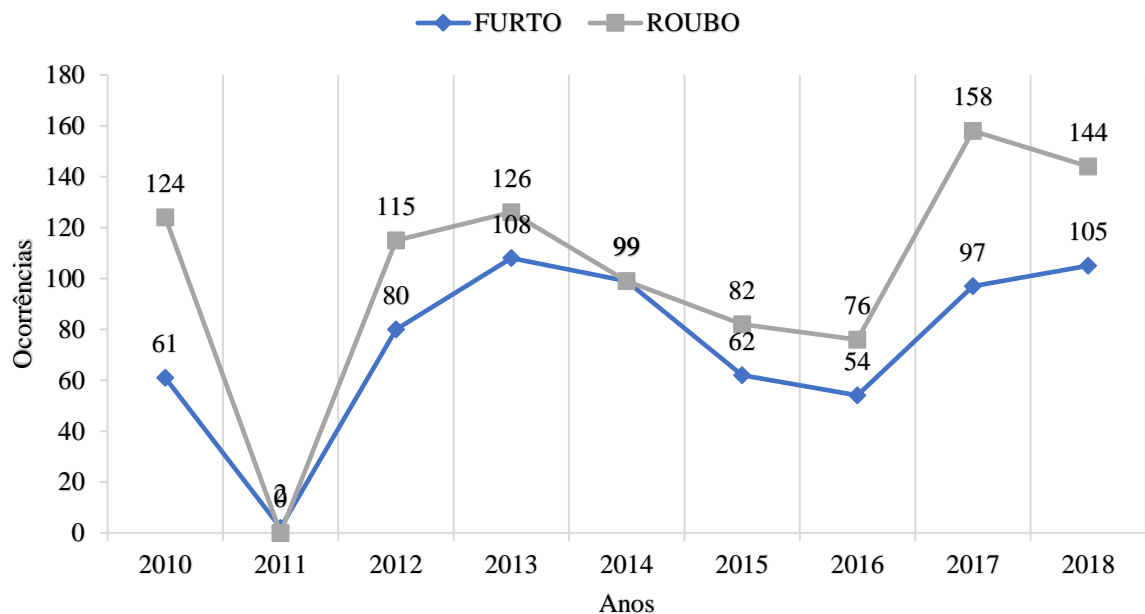
Junto com esses índices de crimes nas proximidades da universidade, existe a sensação de medo que penetra no convívio e no comportamento dessa população, recorrendo a formas de proteção, mudando a rotina dessas pessoas. Em relatos de estudantes da instituição, em entrevistas realizadas no decorrer do ano de 2019, explicam que [...] *eu passei a vir de bicicleta*

para a universidade por conta dos assaltos que estavam acontecendo nos ônibus. Outro esclarece [...] que mesmo com as rondas da Polícia os assaltos continuam acontecendo, é só o tempo da viatura passar e eles agirem. Outro relato colhido em levantamento documental um aluno testemunha:

[...] era o meu primeiro semestre na época e, quando eu peguei um ônibus que fazia o trajeto da universidade até a UFPA, dois homens subiram e assaltaram o ônibus. Levaram os celulares de todos os passageiros [...] É muito ruim ter essa insegurança todo dia e não é uma escolha nossa [...] (G1 PARÁ, 2018).

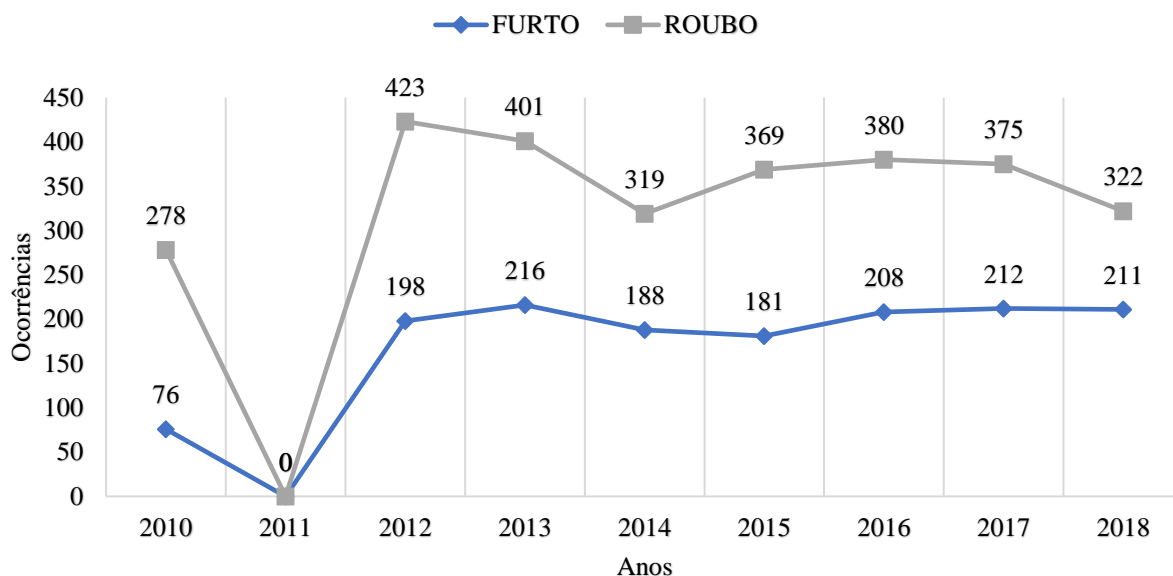
Avaliando e considerando que grande parte do fluxo de pessoas que usam das vias que cercam a cidade universitária são de pessoas que tem algum vínculo com o campus, sejam esses institucional/estudantil/trabalhista e, até mesmo, simbólico, faz com que esse circuito seja visado como um potencial trecho de circulação de bens moveis e de consumo, atraindo a prática de pequenos furtos e roubos na região. Assim, vias como a Avenida Perimetral, como a principal, e a rua Augusto Corrêa, como acesso alternativo, apresentam grandes volumes de ocorrências criminais.

Ilustração 14 – Gráfico com o quantitativo de ocorrências de Furto e Roubo na Av. Perimetral nos anos de 2010 a 2018.



Fonte: SIAC/NGR, 2019. Elaboração: BARROS, 2020.

Ilustração 15 – Gráfico com o quantitativo de ocorrências de Furto e Roubo da Rua Augusto Corrêa dos anos 2010 a 2018.



Fonte: SIAC/NGR, 2019. Elaboração: BARROS, 2020.

Fazendo uma breve análise sobre os dados que possibilitaram a produção dos gráficos, pegando uma escala temporal de 2010 a 2018²⁰, percebe-se que eles sofrem uma perda no ano de 2011, erro esse que ocorreu no sistema da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) quando os dados foram extraídos. Segundo a Coordenadora de Resultados do Núcleo de Gestão por Resultados (NGR) da Secretária de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP), os dados do ano de 2011 tiveram um problema por erros no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) que resultou nessa discrepância se comparado aos outros anos. Semelhante a esse contratempo, também houve a dificuldade na coleta de dados sobre o tráfico de drogas no entorno da área de estudo. Tais dados não puderam ser disponibilizados, pois não se encontravam agrupados por ano, impossibilitando a coleta.

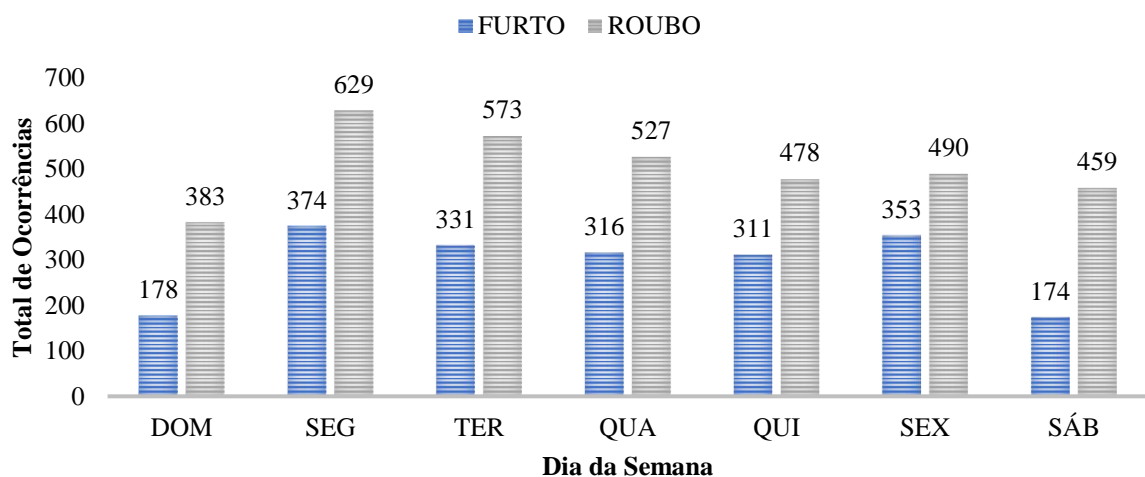
Entretanto, os dados disponibilizados proporcionaram uma ampla impressão de como a criminalidade está presente no cenário espacial da cidade universitária, sobretudo nas duas vias que dão acesso ao campus. Neste sentido, a ilustração 14 indica as ocorrências de furto e roubo da Av. Perimetral que apresenta um pico de furto no ano 2013 e de roubo no ano de 2017. Sua linha de tendência para os dois delitos representa um desenho de altas e pequenas baixas (sem considerar o ano de 2011), sendo a mais expressiva no ano de 2016. No caso da Rua Augusto Corrêa, a ilustração 15 aponta a maior baixa de roubo e furto no ano de 2010, já no ano de 2012

²⁰ Infelizmente os dados do ano de 2009 não foi disponibilizado pela Secretária de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), pois não se encontravam agrupados igual ao problema que ocorreu com o ano de 2011. No entanto, os dados que serão utilizados para mostrar a criminalidade dentro da cidade universitária terá a escala temporal de dez anos - 2009 a 2018 -, assim como foi exposto na metodologia da pesquisa.

foi registrado o maior pico de roubo e em 2013 de furto e, a parti de então, ambos seguiram uma tendência semelhante até o ano de 2018.

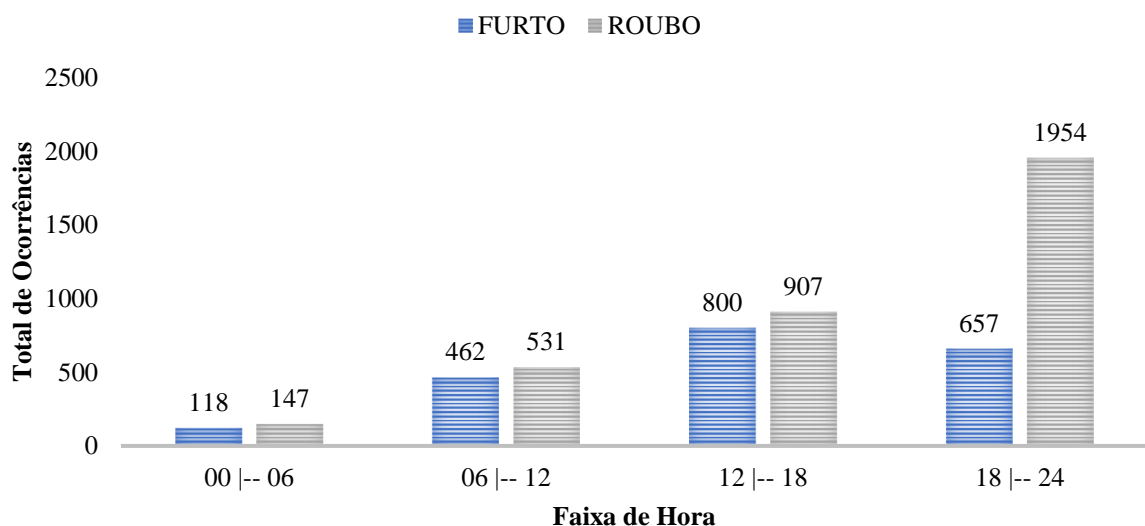
Por outro lado, é importante verificar os dias da semana que essas ocorrências intercorrem, conjuntamente a isso, verificar a faixa de hora desses delitos. Deste modo, essas informações sustentarão ainda mais o comportamento do crime nas adjacências da cidade universitária.

Ilustração 16 - Demonstrativo total de Furto e Roubo no dia da semana da Av. Perimetral e Rua Augusto Corrêa dos anos de 2010 a 2018.



Fonte: SIAC/NGR, 2019.

Ilustração 17 - Demonstrativo total de Furto e Roubo na faixa de hora da Av. Perimetral e Rua Augusto Corrêa nos anos de 2010 a 2018.



Fonte: SIAC/NGR, 2019.

Estabelecendo um diagnóstico dos gráficos expostos, deve-se deixar claro alguns pontos importantes. Em primeiro lugar devemos considerar que em ambos os gráficos (ilustrações 16 e 17) foram considerados os dados gerais de furto e roubo dos anos 2010 a 2018 (recordando a situação dos dados de 2011 que tiveram uma baixa, devido a um erro no SISP) das duas

principais vias que dão acesso a cidade universitária, a Av. Perimetral e Rua Augusto Corrêa. E, em segundo, a característica dos dois gráficos em colunas e barras, em que um mostra o quantitativo geral de ocorrências considerando o atributo “dia da semana” e o outro a “faixa de hora”.

Com isso, a ilustração 16 mostra uma disposição bem maior de roubo se comparado ao furto, onde o roubo segue uma tendência de segunda-feira a sábado, acontecendo na segunda-feira um pico e sofrendo uma leve queda até chegar ao sábado. No caso do furto, nas duas extremidades – domingo e sábado – apresentam as duas maiores baixas, mas de segunda-feira a sábado o gráfico faz uma leve curva, mostrando dois picos: na segunda-feira e na sexta-feira. Em ambos os delitos, é visto que o maiores casos de ocorrência aparecem no intervalo de segunda a sexta-feira, sendo a explicação mais plausível para esse fato é o grande fluxo de pessoas que trazem consigo bens moveis de consumo e maiores oportunidades de potenciais vítimas disponíveis, devido as instituições que estão em pleno funcionamento nestes dias da semana.

Na situação da ilustração 17, temos quatro faixa de horários, a saber: 1) de 00:00 horas às 06:00 horas; 2) de 06:00 horas às 12:00 horas; 3) de 12:00 às 18:00 horas; e 4) de 18:00 horas às 24:00 horas. Assim, o gráfico retrata que à medida que o fluxo de pessoas circulando vai aumentando no decorrer do dia a tendência é que se verifique mais ocorrências de crimes nas duas vias de acesso ao campus. Sendo que, no horário da noite esses crimes passam a ter um maior número de registro. Em conversas com algumas pessoas que frequentemente precisam se deslocar nesse horário para a cidade universitária, elas afirmam que uma das principais causas desses crimes durante esse horário de 18:00 às 24:00 horas é que aquela região vai ficando soturna, e, uma vez que as horas vão passando, essa situação tende a se agravar. Além disso, existe a falta de iluminação que propicia um território vantajoso para a criminalidade atuar, em especial, achando-se uma comunidade universitária saindo geralmente nesse horário do campus.

2. 4. O FLUXO POPULACIONAL DO CAMPUS

Falar da população da cidade universitária, requer filtrar o que vamos considerar população com vínculo institucional e população flutuante. Nessa ótica, é importante saber que, segundo informações colhidas em entrevistas realizadas no DISEG, no decorrer do ano de 2017, em dezembro de 2018 e março de 2019. Um dos dados que foram concedidos foram o volume de pessoas que frequentam o campus num dia normal de funcionamento de todos os departamentos da instituição. Esse montante gira em torno de 50 mil pessoas.

Assim, se for feito um levantamento baseado apenas no setor de saúde que compreende, dentre os Institutos e faculdades, o Hospital Universitário Bettina Ferro, nota-se que o número de serviços prestados só no ano de 2017, são: 21 leitos ativos; 2.056 cirurgias ambulatoriais; 50.524 consultas médicas em atenção especializada; 31.980 consultas de profissionais de nível superior não médicos; 36.548 outros procedimentos (administração de medicamentos, anestesia, etc.); e 15.182 exames complementares de diagnóstico e tratamento (UFPA, 2018).

Há, também, outros setores de serviços que promovem um grande fluxo populacional na cidade universitária, pois conta com atendimentos nas clínicas de psicologia, assistência jurídica no Instituto de Ciências Jurídicas, auxílio fiscal, cursos técnicos ofertados pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), serviços bancários entre outros.

A partir desses dados, podemos ter uma noção do fluxo de pessoas que frequentam os setores da cidade universitária. Todavia, vale lembrar que essa exposição numérica sobre os serviços hospitalares prestados cobre duas parcelas da população do campus, com vínculo e sem vínculo institucional, a primeira, os técnicos que prestam esses serviços; e a segunda, que vão em busca de consultas médicas, exames, cirurgias etc.

Não é possível neste primeiro momento precisar o quantitativo exato das parcelas populacionais por conta da falta de dados oficiais específicos, já que o anuário estatístico não nos dar essa precisão, mas que será realizado logo a seguir com a soma dos discentes, técnicos e servidores.

Tabela 3 - Quantitativo por gênero de estudantes matriculados na graduação.

INSTITUTOS	Matriculados em cursos regulares na Graduação (2017)		
	Feminino	Masculino	Total
Instituto de Ciências Biológicas – ICB	468	364	832
Instituto de Ciências da Arte – ICA	455	452	907
Instituto de Ciências da Educação – ICED	738	276	1.014
Instituto de Ciências da Saúde – ICS	2.032	1.128	3.160
Instituto de Ciências Exatas e Naturais – ICEN	559	1.369	1.928
Instituto de Ciências Jurídicas – ICJ	558	613	1.171
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA	1.776	1.258	3.034
Instituto de Educação Matemática e Científica – IEMCI	154	86	240
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH	810	953	1.763
Instituto de Geociências – IG	260	344	604
Instituto de Letras e Comunicação – ILC	959	492	1.451
Instituto de Tecnologia – ITEC	1.230	2.747	3.977
Total	9.999	10.082	20.081

Fonte: Adaptado, ANUÁRIO UFPA Ano Base 2017, 2018.

Outro fator importante, além do número de alunos matriculados em cursos regulares de graduação, é o montante de alunos regularmente matriculados na pós-graduação. Esses considerando cursos de especialização, mestrado acadêmico, mestrado profissional, doutorado, residência médica e residência multiprofissional.

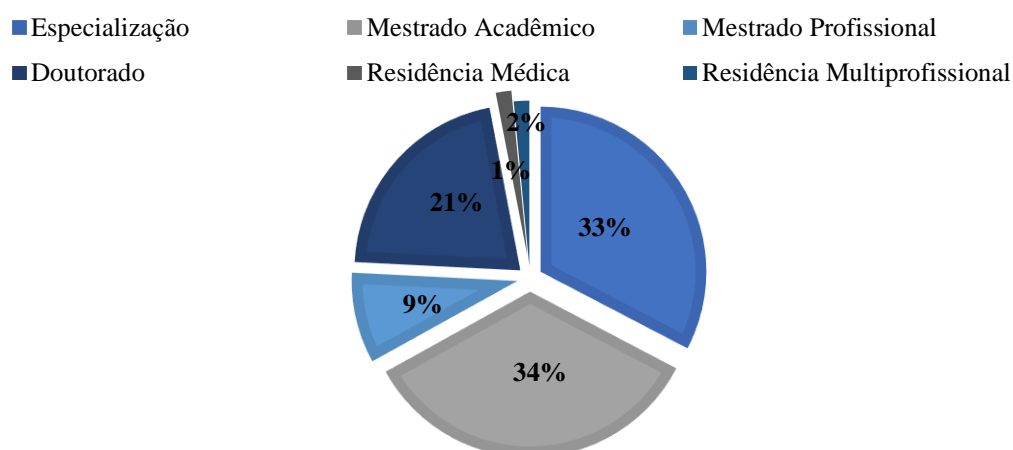
Tabela 4 - Números de alunos de pós-graduação dos anos 2013 a 2017.

Pós-Graduação	2013	2014	2015	2016	2017	MÉDIA
Especialização	2.612	3.634	3.321	2.475	2.239	2.856,2
Mestrado Acadêmico	2.419	2.779	3.204	3.266	3.326	2.998,8
Mestrado Profissional	414	582	891	890	1.085	772,4
Doutorado	1.315	1.598	1.929	2.166	2.271	1855,8
Residência Médica	110	123	127	141	145	129,2
Residência Multiprofissional	68	116	100	187	183	130,8

Fonte: Anuário Estatístico da UFPA, ano base 2017, 2018.

Em representatividade, usando a média de alunos, pode-se observar que os cursos de especialização e os de mestrado acadêmico são os cursos de pós-graduação com maior volume em proporção gráfica de discentes matriculados.

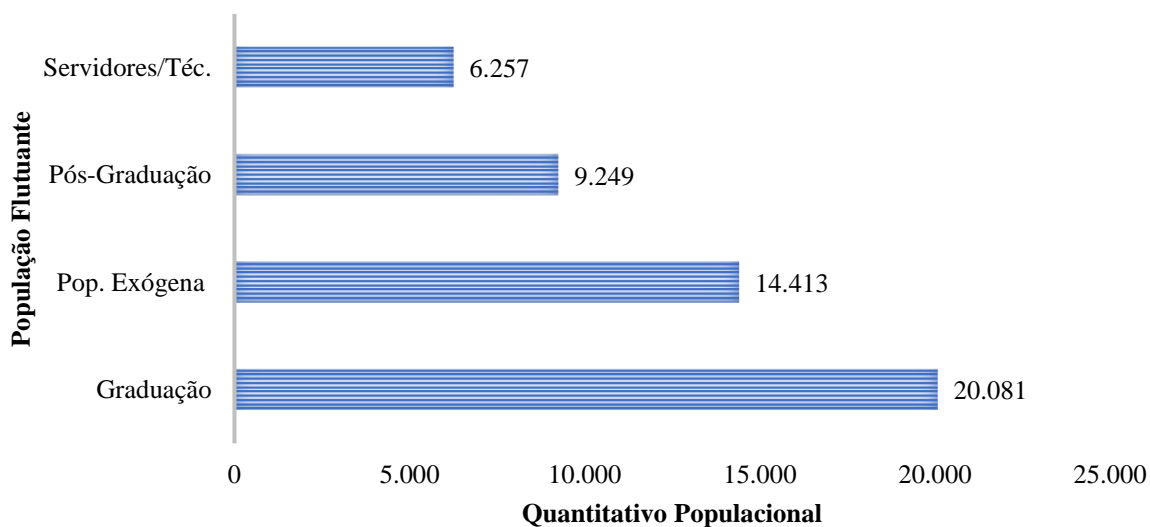
Ilustração 18 - Percentagem de alunos matriculados em cursos regulares de pós-graduação.



Fonte: Anuário Estatístico UFPA, ano base 2017, 2018.

A partir do quantitativo mostrado dos alunos de graduação, de pós-graduação e de servidores que foram expostos nestas seções, por meio dados alicerçados em informações colhidas a partir dos diálogos com servidores da Diretoria de Segurança sobre a população flutuante da cidade universitária e do anuário estatístico UFPA ano base de 2017/2018, obteve-se um número aproximado de parte dessa população que chamamos de exógena, baseado na parte que não tem nem um tipo de vínculo institucional com a instituição UFPA. Então, veremos que essa população gira em torno de 14 mil e 400 pessoas, em números aproximados, que frequentam a cidade universitária diariamente.

Ilustração 19 - População flutuante diária da cidade universitária em números aproximados*.



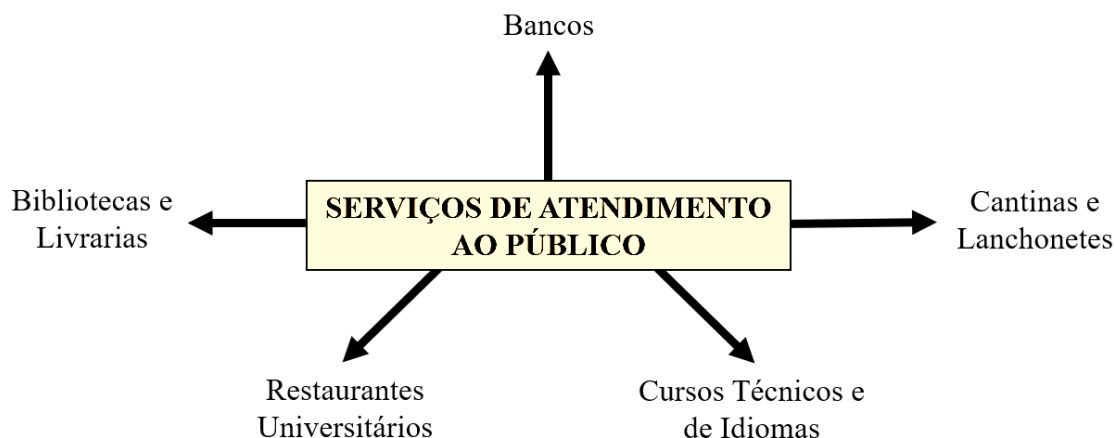
Fonte: Anuário Estatístico UFPA, 2018; 2019. Elaborado: BARROS, 2020.

*O gráfico foi produzido com base no quantitativo total de alunos de pós-graduação do ano de 2017, no quantitativo total de alunos de graduação por institutos também do ano de 2017, da média do quantitativo de servidores/técnicos em atividade do ano de 2018 e de informações colhidas na DISEG sobre a população flutuante diária que possibilitou chegar no número aproximado da população exógena do campus.

Fazendo um breve exame sobre a população flutuante, contata-se que somente os alunos da graduação e pós-graduação englobam um quantitativo de aproximadamente 29 mil e 500 discentes matriculados em cursos regulares no campus, representando quase 59% da população total. Por outro lado, com uma representatividade menor com um pouco mais que 12%, temos a classe dos servidores e técnicos com um quantitativo de um pouco mais que 6 mil. E por último, a parte da população que chamamos de exógena, com um percentual aproximado de 29%, chegando a quase 14 mil de 500 visitantes diariamente.

Dentro de todas as classes populacionais que foi levantada, como por exemplo a área de saúde, mais os técnicos, professores e população no geral que frequentemente utilizam os serviços da cidade universitária. Existem ainda, outros serviços de atendimento ao público que devem ser levados em consideração para representar esse fluxo populacional.

Ilustração 20 - Serviços de atendimento ao público.



Fonte e elaboração: Barros, 2019.

Também podemos destacar a ampla gama de serviços para o funcionamento da instituição, em razão da diversidade de suas atribuições, dimensão dos espaços físicos, espaçamento das instalações e variedade de atividades desenvolvidas na Universidade (UFPA, 2017).

Ilustração 21 - Lista de serviços básicos para o funcionamento da cidade universitária.

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA	DIRETORIA DE ESPAÇO FÍSICO	DIRETORIA DE SEGURANÇA
Gerenciamento de frota e transporte de pessoas para atendimento as atividades da UFPA.	Desenvolvimento de projetos de engenharia.	Gerenciamento dos serviços de segurança patrimonial, de vigilância e das portarias da UFPA.
Gerenciamento do contrato de coleta, transporte, tratamento e destino dos resíduos de serviço de saúde.	Acompanhamento de execução de obras.	Avaliação pontos vulneráveis de segurança na UFPA, determinando a localização, o tipo e a intensidade.
Manutenção de transformadores, postes, rede de alta tensão, subestações e iluminação pública.	Elaboração de planejamento de obras.	Registro e controle dos comerciantes informais, que utilizam os espaços da UFPA.
Manutenção de bebedouros e aparelhos de ar-condicionado.	Coordenação da operação de serviços de manutenção predial.	Registro e controle dos Centros Acadêmicos que utilizam espaços da UFPA para atividade comercial.
Realização de serviços de Engenharia, relativos à manutenção de muros, cercas, passeios, passarelas, sarjetas, vias e redes de água fria, drenagem e esgoto.	Elaboração de orçamentos relacionados a espaços físicos.	Fiscalização dos contratos referentes as atividades comerciais na área da UFPA.
Capinação, roçagem, retirada de plantas desnecessárias em áreas externas e corte de grama.	Avaliação econômica de espaços físicos.	Vistorias diárias dos espaços comerciais, a fim de atender as normas da Vigilância Sanitária.
Limpeza de áreas internas (edificações e suas salas).	Avaliação da contratação de serviços destinados a espaços físicos.	Controle da entrada e da saída de cargas, mercadorias e materiais nos espaços da UFPA.

Limpeza das calhas dos prédios, providenciando a remoção de detritos e folhagens.	Controle da qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados para espaços físicos.	Condução e apresentação de pessoas a autoridade policial, em casos delituosos.
Limpeza de bueiros e caixas de gordura.	Elaboração de normas e documentação técnica.	Instalação, manutenção e expansão do sistema de monitoramento da UFPA.
Controle de pragas e vetores.	***	Supervisão referente ao controle e a segurança do trânsito na área interna da UFPA.
Serviços de Paisagismo.	***	Combate, inicial, a focos de incêndio.
Agendamento do serviço de Coleta de Material Reciclável nas Unidades.	***	Indicação de equipamentos de monitoramento para as unidades da UFPA.
***	***	Controle de situações que possam colocar a vida e a integridade física de pessoas em risco.

Fonte: UFPA, 2017.

Sublinha-se que em todos os serviços básicos para o funcionamento da cidade universitária, existe a contratação de empresas privadas de limpeza e conservação, infraestrutura dos espaços físicos, sejam na parte elétrica, hidráulica ou de coleta de lixo. Em destaque, repara-se a presença de empresas de segurança privada patrimonial, que em conjunto com a DISEG formam a base do modelo de segurança usado no campus.

Além disso, existe o fluxo populacional que utiliza o espaço universitário para prática de exercícios físicos e atividades de recreação no geral. Vale lembrar, também, a presença de pessoas que entram no campus atraídos pelos eventos que ali ocorrem. Dentre esses eventos se destaca os “fórrós do vadião”, famosa festa universitária organizada nas quintas e sextas-feiras pelos próprios estudantes para arrecadação de fundos para formaturas. Entretanto, essa festa havia sido barrada no ano de 2016 e 2017 devido algumas ocorrências que foram registradas que, segundo a DISEG, ameaçavam a segurança, o controle e a defesa social da cidade universitária. Mas, devido reivindicações dos próprios estudantes através dos centros acadêmicos estudantis e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) as festas voltaram a ser organizadas no campus, porém só as sextas-feiras.

Portanto, com base nos levantamentos de dados apresentados e dos comentários realizados, para se ter uma noção do volume populacional caracterizado por fluxos permanentes e flutuantes de pessoas na área de estudo e levando as particularidades do recorte espacial para o desenvolvimento das atividades ilícitas, apresenta-se, agora, como essas mesmas atividades se territorializam e atuam, além de analisar os processos e dinâmicas. No entanto, através dessa

caracterização podemos compreender o grau de dificuldade de indicar os fatores responsáveis pelo registro de crimes na cidade universitária.

CAPÍTULO III – A GEOGRAFIA DO CRIMINALIDADE NO CAMPUS: A MULTITERRITORIALIDADE DO CRIME NA CIDADE UNIVERSITÁRIA **PROFESSOR JOSÉ DA SILVEIRA NETTO (UFPA)**

Historicamente a existência de ocorrência de crimes em *campi* universitários é um fator que vem a cada ano sofrendo um aumento nas universidades brasileiras. Entretanto, diferente dos casos do passado (em meados da década de 1990) em que eram rotineiros os delitos de teor patrimonial, como furto e roubo, tornaram-se, hoje, corriqueiro o registro de ocorrências de crimes contra a vida dentro de instituições de ensino superior públicas. Na cidade universitária prof. José da Silveira Netto, principal campus da UFPA, destaca-se, dentre os crimes de maior ocorrência, o furto e o roubo. Todavia, houve em algumas situações, como nos anos de 2010 e 2016²¹, duas tentativas de estupro, crimes se consumados, são de caráter hediondos. Mas, crimes de teor sexual servem, aqui, apenas para contextualizar a realidade de crimes nas universidades.

Sabe-se, ainda, conforme Barros (2017) e Barros, Vieira e Chagas (2017), que o comércio de substâncias ilícitas também se faz presente no campus e constantemente pode ser observado – o consumo – com uma simples caminha na orla do setor básico do campus. Contudo, o objetivo do estudo não entra no mérito da legalidade ou ilegalidade do consumo de drogas e se ele traz algum malefício para quem consome. O problema em relação ao tráfico de drogas e, seu comércio em geral, são os rebatimentos que esta prática pode causar dentro da cidade universitária da UFPA.

Neste sentido, os três crimes que propusemos analisar: furto, roubo e o comércio de drogas ilícitas; identificando seus territórios e territorialidades. Assim, esse levantamento nos traz uma miríade de relações que a criminalidade desempenha no território institucional da cidade universitária.

Entretanto, é importante evidenciar a estrutura que segue esta seção da pesquisa, a qual duas formas metodológicas estão no cerne da análise: a cartografia e a estatística. Dessa forma, na geografia, quando destacamos e delimitamos um recorte espacial para assim desenvolver um trabalho, a produção cartográfica, com ajuda dos dados estatísticos, possibilita extrair ao máximo todas as nuances que determinada realidade exprime no contexto sócio-espacial.

Assim, à análise geográfica pode servir para auxiliar no combate à criminalidade e orientar os gestores públicos à promoção de políticas públicas eficazes. Por isso, um dos instrumentos utilizados – além da estatística – é o uso da cartografia, que junto dos dados

²¹ Fonte: ORM, 2006; Diário do Pará, 2010; G1 PARÁ, 2016.

estatísticos permitem georreferenciar as ocorrências de crimes e trabalhá-las espacialmente, mostrando as áreas com maior potencial para receber à atuação de políticas de segurança pública, ou seja:

[...] A cartografia como ferramenta de análise no processo das políticas de segurança pública tem como caminho metodológico a coleta de dados e envolve a composições, representações de observações, de fatos, fenômenos e dados de diversos campos científicos associados ao modo de viver das sociedade (CHAGAS, SILVA, PALHETA DA SILTA, 2014, p. 16).

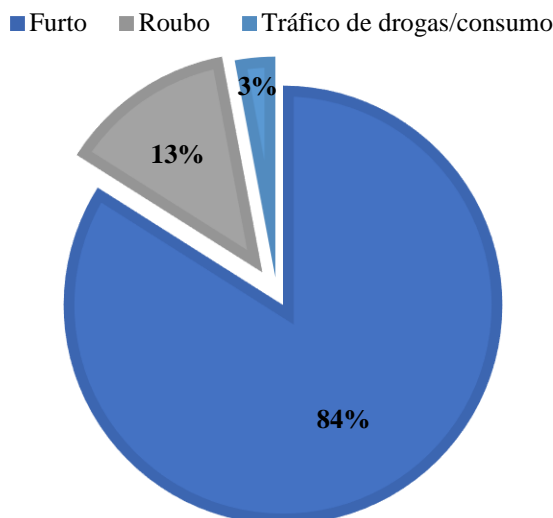
Logo, caberá neste momento, mostrar os dados pertinentes aos crimes de furto, roubo e tráfico/consumo de drogas na cidade universitária professor José da Silveira Netto – UFPA – que serviram para dar um consolidado embasamento na produção cartográfica e, a partir de então, identificar os territórios do crime no campus.

3. 1. A CRIMINALIDADE EM NÚMEROS NA CIDADE UNIVERSITÁRIA

A criminalidade, como qualquer outra atividade desempenhada pela sociedade, precisa se apropriar do espaço através de suas relações para seu desenvolvimento, possuindo uma única diferença: a sua legitimidade/legalidade. No entanto, essa apropriação, na maioria das vezes, não acontece de forma aleatória, sem estratégias pré-estabelecidas. Ela precisa de indicadores que viabilizem a melhor forma de atuação das práticas espaciais, seguindo uma seletividade espacial, como descreve Corrêa (2011). Dessa forma, na cidade universitária esse processo ocorre partindo do princípio da territorialidade que cada delito cria no território institucional da UFPA.

Em vista disso, o quantitativo total desses crimes observados sobre o lapso temporal de 2009 a 2018, colhidos por meio do banco de dados da Diretoria de Segurança da UFPA (DISEG), possui num universo total de ocorrência 612 registros, englobando os três delitos em estudo.

Ilustração 22 - Representatividade dos delitos dentro da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto (UFPA) nos anos de 2009 a 2018.



Fonte: DISEG, 2019. Elaboração: BARROS, 2020.

Examinando o gráfico de representatividade de furto, roubo e tráfico/consumo de drogas na cidade universitária, percebemos que, assim como exposto em parte deste estudo, os delitos que ocorrem dentro do campus são em sua grande maioria voltados aos crimes patrimoniais – de furto e roubo – sendo, entre eles, os de furto representam 84% (514 registros), e os de roubo e tráfico de drogas que se diluem nos outros 16% restantes, sendo 13% (80 registros) e 3% (18 registros), respectivamente.

As análises dos dados de crimes de furto, realizadas na base de dados da DISEG, possibilitou identificar que ele se desmembrava em três principais modalidades, a conhecer: arrombamento e furto em veículos; arrombamentos e furtos em dependências da cidade universitária; e furtos de objetos pessoais, como aparelhos celulares, bicicletas, mochilas etc. Um ponto importante a ser destacado que pode revelar a grande quantidade de registros de furto é que esses tipos de delitos são mais comunicados devido a tentativa de tentar recuperar os objetos furtados e possível identificação os agentes criminosos através das filmagens da ação, registrada pelo setor de segurança e com esse suporte tomar as providências legais.

Entretanto, em relação a baixa nas ocorrências dos crimes de roubo e tráfico de drogas/consumo, em comparação com a realidade do lado de fora dos muros do campus (que mesmo com índices menores não deixa de ser preocupante) estão relacionadas, segundo informações da DISEG, pela falta de denúncias/prestação de queixa e registro de boletins de ocorrências, causando a subnotificação relativa a esses crimes. Então, neste caso, essa subnotificação acontece basicamente de três formas: em primeiro lugar, pelo medo que paira na comunidade universitária em receber alguma retaliação por parte da criminalidade; em segundo, pela descredibilidade dos instrumentos de segurança pública; e, por último, pela

negligência e “pouco caso” da comunidade universitária em prestar queixa contra os crimes cometidos.

Já o caso do tráfico de drogas é bem mais complicado, no sentido em que a notificação nesses casos, torna-se mais difícil pelo *modus operandi* utilizado, dado que para essas ocorrências serem registradas é necessário toda uma preparação de investigação por parte da Diretoria de Inteligência e, em algumas ocasiões, da própria polícia. Diante disso, a questão dos registros de ocorrências de tráficos de drogas sofre, geralmente, subnotificação uma vez que na ocasião que são comunicados, o consumo sempre está relacionado, não caracterizando tráfico. Dessa forma, serve entender qual a dinâmica da criminalidade e por quais processos elas passam para desenvolver suas práticas espaciais no campus.

3.2. DINÂMICAS E PROCESSOS DO CRIME

Falar de violência e criminalidade percorre por entender como os agentes desse fenômeno social atuam. Assim, identificar os *modus operandi*, ou seja, as estratégias e práticas que fazem com que o crime possa se desenvolver se faz necessário para a concepção dos territórios que essas atividades constroem.

Importa saber agora, que os processos presentes nas significações associadas ao território oferecem uma gama de resultados que provocam, de um lado, o medo aos excluídos e, pelo outro, promove satisfação para aqueles que dele se valem ou se identificam, como descreve Haesbaert (2004a). Para tanto, a criminalidade na cidade universitária se prevalece pelas características territoriais que são especiais de instituições de ensino superior públicas, com esse perfil que beneficia, de certo modo, o avanço dessas práticas.

Com tal particularidade, distinguir as diferenças de controle para se chegar a uma causalidade voltada ao âmbito de poderes territoriais e, assim, determinar o teor dos “paradigmas” de abordagens que se desdobram dentro do campus, é considerado pertinente. Imediatamente a isso, seguem-se fatores que colocam o Estado e o crime, dentro do processo urbano, em posições de conflito. Com isso, quando o controle espacial do Poder estatal sofre algum abalo, prontamente, controles paralelos entram em ação. Então, sobre esses processos é viável dizer,

[...] que se desdobram pelo menos dois grandes “paradigmas” de abordagem das questões territoriais, um podemos denominar de hegemônico, capitaneado sobretudo pelas grandes empresas (com frequente apoio do Estado), e outro, contra-hegemônico, liderado sobretudo, numa linguagem gramsciana, pelos grupos subalternos [...]” (HAESBAERT, 2014, p. 53).

Similar aos argumentos de Haesbaert (2014a), podemos construir uma analogia com a realidade do campus da UFPA e fazer uma aproximação direta das dinâmicas sociais que

realizam a mediação dessa realidade. Nesse caso, um dos “paradigmas”, o hegemônico, no campus, é o próprio Estado junto aos seus sistemas de controle e instrumentos de segurança, como as empresas privadas de segurança patrimonial que agem usando o espaço como forma de dominação. E, a criminalidade, como o modelo contra-hegemônico que altera a realidade social do campus e, também, se utiliza de métodos que vê, antes de tudo, o espaço como um ambiente vivido, simbólico, que interage com a comunidade universitária, especialmente, no caso do comércio de substâncias ilícitas e nos crimes de furto e roubo. Sendo que, os agentes territoriais do crime têm uma relação íntima de vivência com a região da cidade universitária, e atuam com maior facilidade por conhecerem a área, como declara a DISEG e a polícia.

Reconhecendo essas informações a respeito dos atores territoriais que permeiam a cidade universitária, determinar essas práticas e suas atuações, na área de estudo, tornam-se cada vez mais esclarecedoras e sua delimitação mais aparente no substrato material do trato territorial-institucional do campus. Sem demora, interessa dizer que esses aspectos se entrelaçam com a realidade espacial exposta no capítulo anterior, e os três tipos de delitos aqui expostos, seguem cada um suas dinâmicas e processos estratégicos para o aperfeiçoamento de seus *modus operandi*.

Chegando neste ponto, será realizada uma explanação para se chegar aos múltiplos territórios do crime de furto, roubo e o comércio de substâncias ilícitas na universidade. Assim, as considerações serão focadas em fazer um exame quantitativo e qualitativo alicerçados nos dados da Diretoria de Segurança da UFPA que possibilitou as análises gráficas e espacial/cartográfica da criminalidade.

3.1.2. O crime de furto e sua concentração territorial

A situação do crime de furto na área de estudo, alcança todos as suas porções territoriais, claro que em alguns pontos mais que outros, no entanto, se projetam na sua vizinhança e penetram os limites do campus. Desse jeito, os altos índices de crimes fora do ambiente universitário, junto ao grande fluxo de bens móveis e bens fixos na universidade – e o abrigo institucional do território –, propicia a grande quantidade de delitos de natureza patrimonial, como por exemplo, o furto. Assim, garantindo o detalhamento dos dados da Diretoria de Segurança da UFPA, localizada na cidade universitária, tais informações mostraram o importante cenário sobre a realidade do crime de furto, sobretudo a sua concentração nos setores. Logo, neste momento é essencial indicar o quantitativo de ocorrências considerando algumas variáveis analíticas (anos e meses).

Ilustração 23 - Quantitativo total de ocorrências de furto por ano (2009 a 2018).

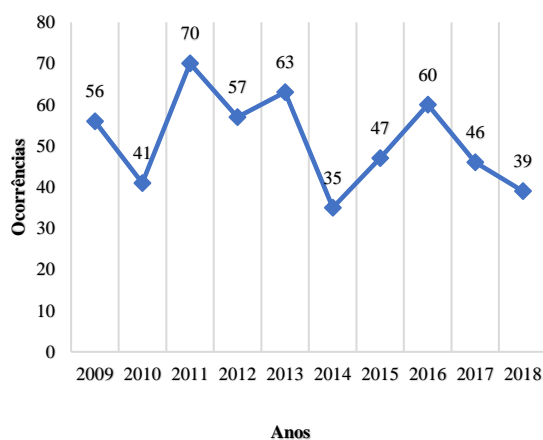
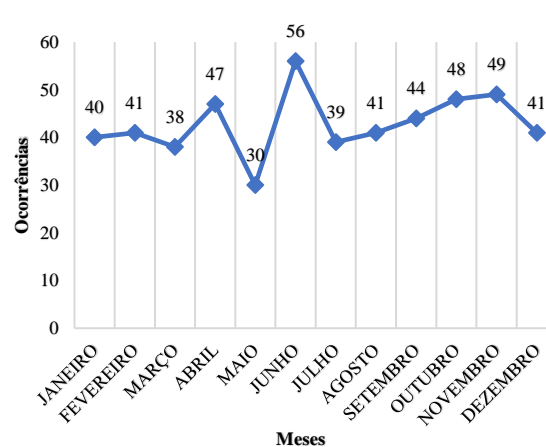


Ilustração 24 - Quantitativo total de ocorrências de furto por mês (2009 a 2018).

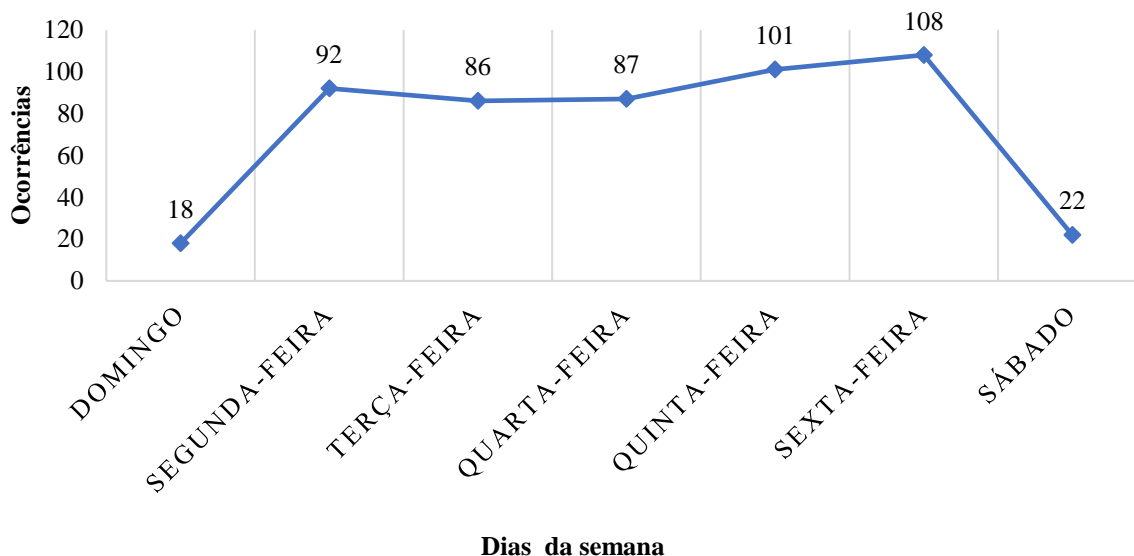


Fonte: DISEG/UFPA, 2019. Elaboração: BARROS, 2020. Fonte: DISEG/UFPA, 2019. Elaboração: BARROS, 2020.

Refletindo sobre as variáveis dos dados apresentados, percebe-se algumas predisposições bem delineadas que apontam tendências sobre o crime de furto na cidade universitária e passam a nortear um arranjo gráfico bem distribuído. Deste modo, partindo do quantitativo total estatístico deste delito, que se distribuem dentro de intervalos, a escala temporal dos dados é examinada, considerando uma escala mais *macro*: anos e meses. E, revelam um espraiamento diferenciado, com uma linha de pico no ano de 2011 e uma tendência de queda a partir deste ponto (ilustração 23). Na ilustração 24, há a ocorrência de estabilidade com alguns ruídos de baixas e altas nos meses de maio a junho. Todavia, é importante notar que os dois picos encontrados no gráfico se encontram, ambos, em períodos anteriores aos meses de férias e recesso da cidade universitária, sendo o maior com 56 ocorrências no mês de junho e 49 ocorrências no mês de novembro.

Começados a partir das ilustrações 23 e 24 que seguem uma escala temporal em anos e meses, neste momento a investigação percorre uma escala mais *micro*. Considerando um espaço de tempo em dias da semana distribuídos de Domingo a Sábado e as faixas de hora com quatro intervalos, que são: 00:00h às 06:00h; de 06:00h às 12:00h; de 12:00h às 18:00h; e de 18:00h às 00:00h. Divididos entre os setores da cidade universitária: Básico, Profissional; Esporte; e Saúde, junto ao Parque de Ciência e Tecnologia.

Ilustração 25 - Quantitativo total de ocorrências de furto por dias da semana (2009 a 2018).



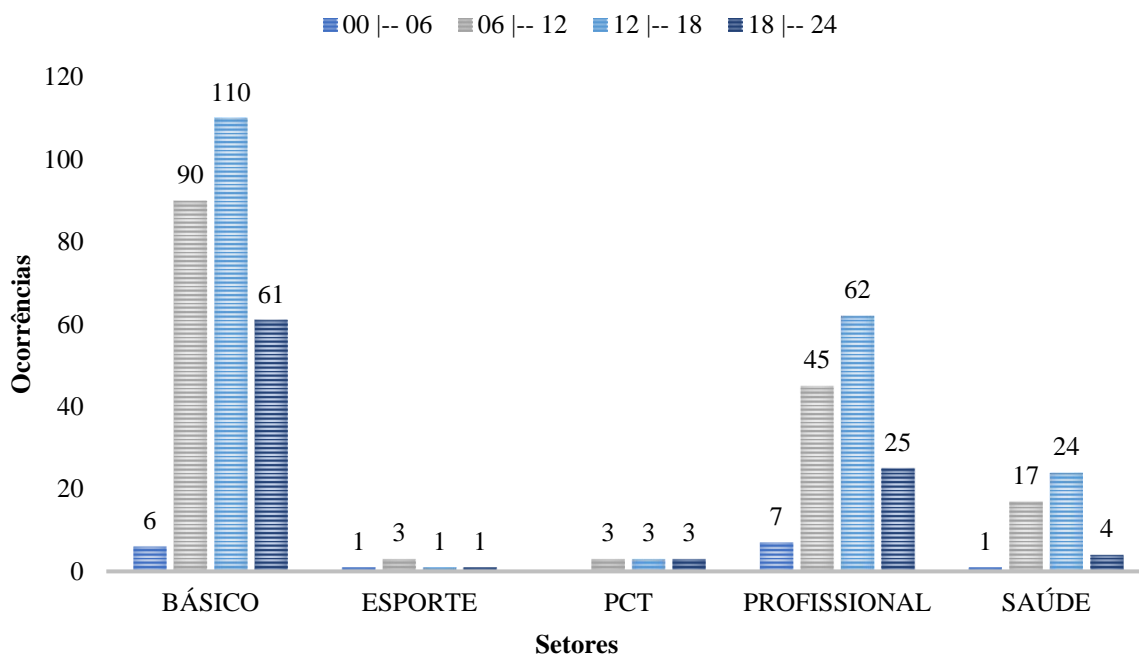
Fonte: DISEG/UFPA, 2019. Elaboração: BARROS, 2020.

Na ilustração 25 há uma conjuntura que se estabelece avançando, nitidamente, uma tendência contínua de maiores registros de ocorrências de furto no período de segunda a sexta-feira, alcançando o seu pico na sexta-feira. Isso evidencia – aquilo que foi constatado nos dados de crimes do entorno da cidade universitária – onde este fenômeno acontece devido ao grande fluxo de pessoas presente nesse intervalo de dias (de segunda a sexta) no campus. Isso favorece a atuação da prática ilícita na medida que, com uma maior quantidade de pessoas circulando, maior será a probabilidade de vítimas a serem escolhidas pelos criminosos. Além de tudo, quanto maior esse trânsito, maior será o fluxo de bens. Sendo assim, todas essas potencialidades se tornam atrativas para a prática de furto na cidade universitária.

Dentro desse mesmo raciocínio, é importante especificar que nas quintas e sextas-feiras o aumento na quantidade de ocorrências está associado às festas no complexo do “Vadião” (neste caso até o ano de 2016 quando elas foram suspensas pelo Conselho Superior de Administração da Universidade Federal do Pará – CONSAD, voltando-as apenas no ano de 2019). Esse fator amplia a população flutuante, com maior concentração de pessoas, consumo de álcool, drogas ilícitas e, conseqüentemente, maiores registros de crimes no campus.

Mas, outro fator para melhor explicar tal realidade é a diminuição dessa escala para melhor delimitar a forma de atuação da prática de furto, portanto, como explicitado anteriormente, a faixa de hora trará uma visão mais detalhada de parte da criminalidade na área de estudo, contribuindo para a metodologia utilizada até aqui, com a pretensão de partir das “partes” para se chegar em um possível “todo”.

Ilustração 26 - Quantitativo de ocorrências de furto por faixa de hora (2009 a 2018).



Fonte: DISEG/UFPA, 2019. Elaboração: BARROS, 2020.

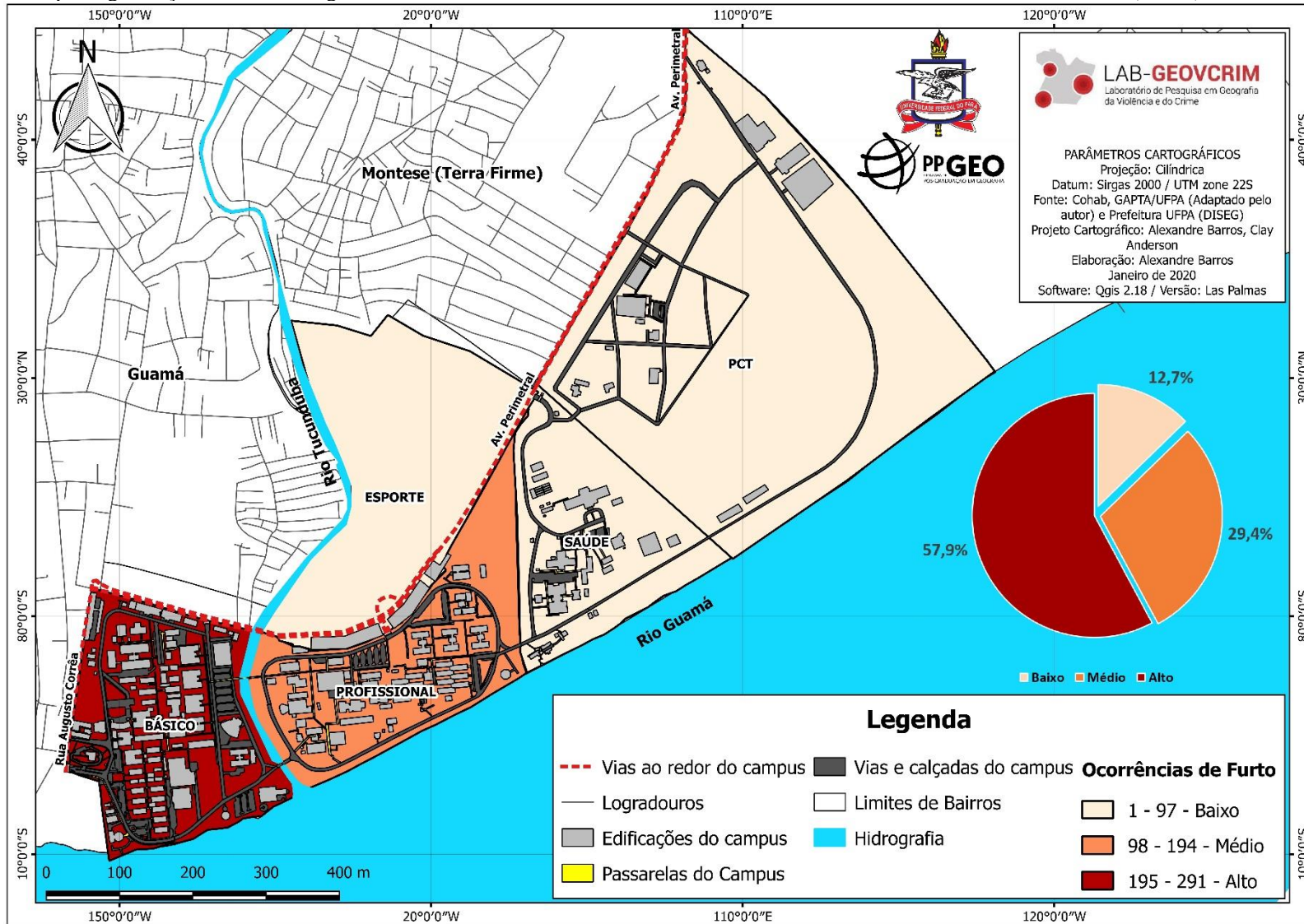
Examinando a ilustração 26, percebe-se que a maior incidência de registros de furto se encontra no setor Básico, seguidos do Profissional e Saúde. Deste modo, dentro dos intervalos de faixa de horas é identificado que os índices mais elevados se encontram durante o horário que vai de 12:00 às 18:00 horas, acompanhado pelo período de 06:00 às 12:00 horas e 18:00 às 24:00 horas, respectivamente.

Uma explicação mais aproximada da realidade dos registros das ocorrências nos setores da cidade universitária, é que: no Básico existe uma maior quantidade de serviços, bancos, reitoria, mais fácil acesso e as festas no complexo do “Vadião”; no profissional a uma circulação de pessoas considerável voltada aos cursos de ciência jurídicas que prestam serviços à comunidade e, também, é onde está situado o portão do terminal rodoviários, ocasionando um fluxo populacional muito grande nos horários de pico que se estende das 08:00 horas da manhã até às 18:00 horas, e na saída das aulas às 22:00 horas e; no setor de saúde, que estão relacionado à quantidade de pessoas que procuram os serviços de saúde e, ainda, o isolamento apresentado pela sua localização, comparado ao restante da cidade universitária.

Considerando os horários apontados, pode-se analisar com apoio das entrevistas realizadas na DISEG, que o maior registro de furto de 12:00 às 18:00 horas é fruto do maior fluxo de pessoas e, conseqüentemente, de bens na cidade universitária, que começa a partir das 08:00 horas e alcança o seu pico pelo período da tarde. Já a faixa de hora que contempla o período noturno tem uma outra dinâmica, pois além de ainda ocorrer pequenos furtos, por exemplo, celulares, mochilas bicicletas etc., existe a ocorrência de arrombamentos de veículos

e prédios dos setores, resultando na consumação de furtos. Esse tipo de *modus operandi* no crime de furto no período da noite, tem esse padrão em razão do baixo fluxo de pessoas circulando pelo horário avançado do dia que facilita a ação da criminalidade, especialmente em locais com pouca iluminação que dificulta a segurança, seja ela patrimonial feita por vigilantes, ou eletrônica realizada por câmeras. Diante desses aspectos, é interessante espacializar esses dados e identificar sua distribuição no território da cidade universitária.

Ilustração 27 - Mapa de graduação mostrando os graus de ocorrência de furto nos setores da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto (UFPA).



Fonte: Dados adquiridos na Diretoria de Segurança da UFPA, que possibilitou graduar em cores a incidência de registros de furtos. Elaboração: BARROS, 2020.

Ilustração 28 – Quadro com descrição das diferenciações dos setores da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto (UFPA).

SETOR	GRAU DE REGISTRO	CARACTERISTICA
Básico	Alto	Setor do campus com maior área urbanizada, com maior incidência de edificação, duas rotas de acesso terrestre e uma hidroviária, serviços bancários, complexo recreativo do vadião e orla.
Profissional	Médio	Setor do campus com segunda maior área urbanizada, com uma rota de acesso terrestre (terminal rodoviário) e uma hidroviária, caracterizado pelo alto índice de arrombamento de laboratórios, principalmente da área da engenharia.
Esporte	Baixo	Setor do campus com menor área urbanizada, com acessos terrestres, caracterizado por ser utilizado pela Fundação ProPaz, como uma das suas unidades integradas.
Saúde/PCT	Baixo	Setor do campus com terceira maior área urbanizada, com uma rota terrestre para seus usuários e outras de cargas que estão situadas no Parque de Ciência e Tecnologia, é caracterizado pelo alto fluxo de pessoas à procura de serviços de saúde por conta do Hospital Universitária Bettina Ferro de Souza localizado nessa parte do campus.

Elaboração: BARROS, 2020.

O quadro acima representado pelo mapa de graduação (representado nos setores por 57,9% com alto índice de registros, 29, 4% com médio e 12,7% com baixo) das ocorrências de crimes de furto respeita um padrão que é caracterizado pela urbanização da cidade universitária. Nesse ponto vista, a tendência estratégica que o *modus operandi* dos agentes territoriais que operam o crime de furto são atraídos pelo grau de bens e serviços que as áreas mais urbanizadas do campus oferecem. Essa disposição, como já atentado, a área de estudo faz divisa com dois dos bairros com altos índices de pobreza e vulnerabilidades social, sendo eles aglomerados subnormais, como afirma o IBGE de acordo com o Censo de 2010.

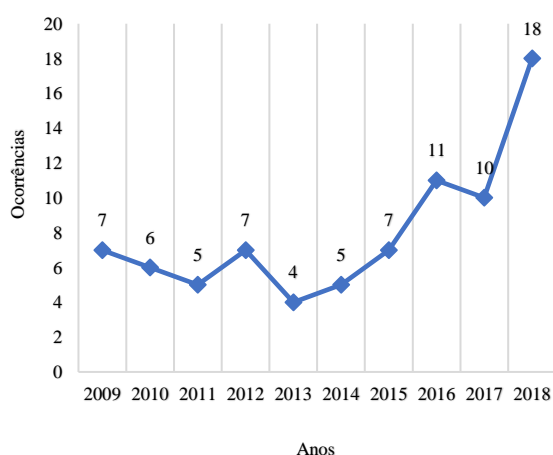
A cidade universitária por apresentar um grau de urbanização com um certo planejamento é de se supor que a incidência de crimes em suas dependências seja registrada. Esse processo pode ser definido em partes por aquilo que Santos (2012c, p. 23) chama de *efeito demonstração*, próprio do processo de urbanização que denota “[...] a inclinação dos pobres no sentido de consumir da mesma maneira que os ricos [...]” típico da atratividade que as cidades oferecem para a absolvição de populações vindas dos interiores rurais sem perspectivas e que acabam inchando bairros periféricos. Esse processo acaba por evidenciar os enclaves territoriais que possuem um perfil socioeconômico com melhores condições e que, por diversas situações – que incluem, principalmente, a falta de políticas públicas voltadas a melhorias do bem-estar social – ocorre o choque de realidades, onde de um lado existe uma realidade negligenciada pelo Estado e, do outro, uma que é bem mais acurada por ele. Dessa forma, o problema da criminalidade na cidade universitária é o reflexo desse contexto sócio-espacial que vem sendo perpetrado durante muito tempo nas cidades brasileiras.

Igualmente importante as questões mencionadas *a priori*, a realidade do território dos crimes de furto, também expressam o seu caráter *sine qua non* quando sua compreensão é condição para explicar a geografia da criminalidade no campus. Desta maneira, é relevante dizer que o território do crime de furto é marcado pelo seu padrão zonal, isto é, com delimitações bem definidas (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004a; SOUZA, 2011), que se cristaliza quando se vê o comportamento dos seus agentes seguindo um padrão de atratividade por áreas com extensões mais urbanizadas e bem definidas, sugerindo um maior leque de opções para atuarem.

3.1.1.2. A mancha criminal dos crimes de roubo

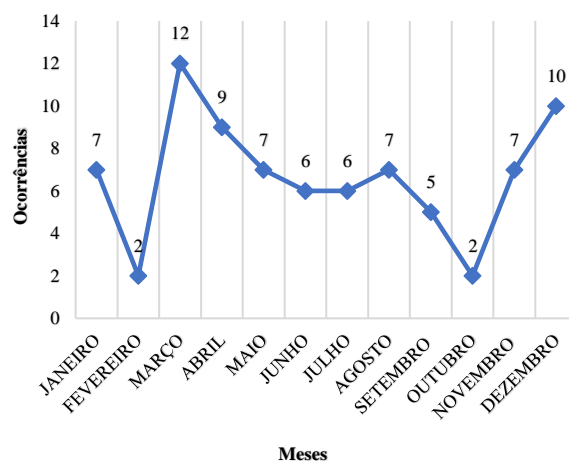
Neste trecho do trabalho, seguindo a mesma metodologia de análise gráfica, é realizado o exame dos dados sobre as ocorrências de roubos na cidade universitária, que é segundo dados da DISEG/UFPA, o segundo tipo de crime mais presente no campus. Essas ocorrências se distribuem no território institucional da UFPA acompanhando aquelas mesmas características de protecionismo e facilidade de acesso ao campus, de “abrigo e oportunidade”. Como visto no caso do furto, que tem seu problema de espraiamento dentro de um modelo de “fora para dentro”, o roubo também pode ser pontuado dessa forma, seguindo um padrão de ocorrências em escalas de anos e meses.

Ilustração 29 - Quantitativo total de ocorrências de roubo por ano (2009 a 2018).



Fonte: DISEG/UFPA, 2019. Elaboração: BARROS, 2020.

Ilustração 30 - Quantitativo total de ocorrências de roubo por mês (2009 a 2018).



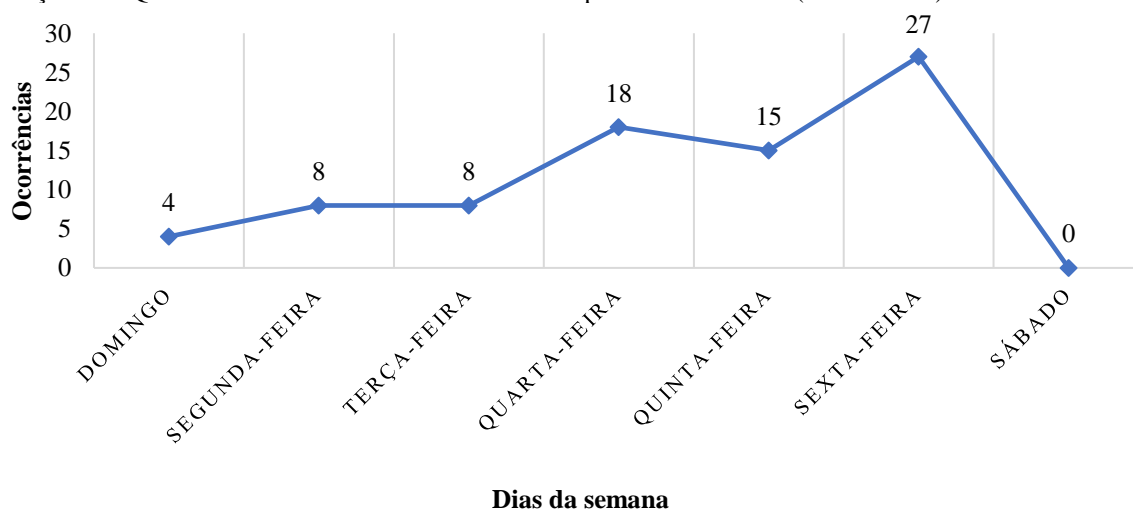
Fonte: DISEG/UFPA, 2019. Elaboração: BARROS, 2020.

Sobre o quantitativo total de ocorrências de roubo demonstrado inicialmente em duas escalas (anos e meses), nota-se que no primeiro caso (ilustração 29) há uma tendência nítida de

crescimento dos registros, partindo de 7 ocorrências no ano de 2009 para 18 no ano 2018. Isso indica que mesmo com o aumento na segurança – sendo essa patrimonial com empresas terceirizadas, revitalização do sistema de monitoramento eletrônico de câmeras de vigilância no ano de 2013, que também contou com rondas de vigilantes em motocicletas e a construção de postos da Polícia Militar, no pórtico 2 e 4 no campus (que se encontram fechados atualmente devido a mudanças na estratégia de atuação da Secretária de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social - SEGUP) – não inibiu o registro de roubo.

No caso do extrato mensal dos dados – apresentado na ilustração 30 – a curva gráfica exhibe dois picos, sendo o primeiro nos meses de março que mostra nos meses anteriores menores índices e logo em seguida ao pico volta a ter uma queda, chegando no mês de outubro com uma incidência de 2 ocorrências e, a partir desse ponto, volta a subir para 10 ocorrências no mês de dezembro. Dessarte, algo interessante a ser ressaltado é a situação do segundo pico apresentado no mês de dezembro, no qual mesmo sendo um período que começa a ter menos movimentação na cidade universitária devido os feriados de final de ano, as ocorrências deram um salto. Essa tendência pode ser explicada pela procura dos serviços bancários e pelos próprios locais e dependências do campus, que tem a tendência de perder a movimentação e se esvaziar na metade do mês, corroborando para a consumação desses delitos, pois se torna mais fácil os agentes do roubo vitimarem a comunidade universitária que ainda se encontra no campus. Todavia, vale apresentar outros instrumentos de análise para confirmar as condições para a realidade de roubos.

Ilustração 31 - Quantitativo total de ocorrências de roubo por dias da semana (2009 a 2018).



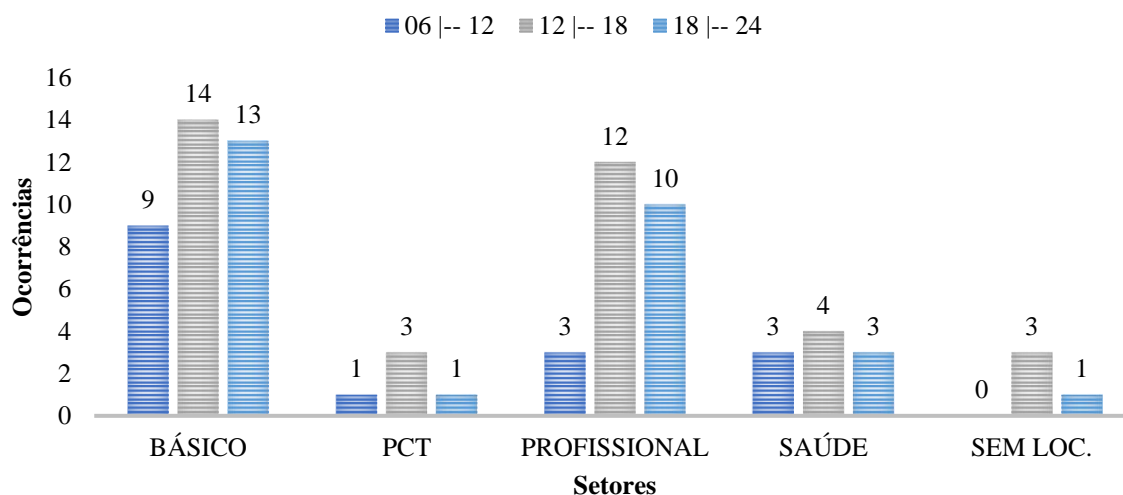
Fonte: DISEG/UFPA, 2019. Elaboração: BARROS, 2020.

O gráfico que mostra o comportamento dos dados de roubo por dia retrata uma disposição bem explicativa quanto a realidade da cidade universitária. Isso significa dizer que uma vez que os dias vão se passando e se aproximando do final de semana, as ocorrências de

roubo têm um direcionamento de subida com índices de registros mais altos, chegando em seu ápice na sexta-feira. Existe ainda, a questão dos registros que ocorrem no final de semana relacionados aos roubos de vigilantes, onde a criminalidade procura cometer esses assaltos em momentos de distração, buscando subtrair armamentos e munição da segurança terceirizada. Esses profissionais por estarem na linha de frente da proteção do campus, acabam sendo vitimados pelo valor que essas armas possuem para o crime.

Outra indicação que deve ser salientada é as festas que ocorrem nos dias de quinta e sexta-feira (que ficou deliberado com o CONSAD, DISEG e DCE, depois de um período de suspensão, que as festas só ocorreriam as sextas-feiras no complexo recreativo)²² são, da mesma forma, uma atratividade a mais para os registros de roubo no campus, dado que nesses dias existem um significativo fluxo de pessoas (alunos e moradores de comunidades próximas) nas dependências da universidade no turno da noite para frequentarem os chamados “fórrós do Vadião”, assim, mesmo com algumas medidas de segurança da vigilância, por exemplo, a verificação de documentação para inibir possíveis menores de idade nas festas, entretanto, os registros de roubo são frequentes. Dessa forma, em relação ao horário do dia, cabe analisar a faixa de hora dessas ocorrências.

Ilustração 32 - Quantitativo total de ocorrências de roubo por faixa de hora (2009 a 2018).



Fonte: DISEG/UFPA, 2019. Elaboração: 2020.

Esmiuçando os dados de roubo partindo da premissa de faixa de hora – tentando fazer a relação entre a temporalidade-espacialidade – pode-se perceber que a prática de roubo teve os maiores índices na faixa de hora de 12:00 às 18:00 e 18:00 às 24:00 horas, localizando-se, em especial, nos setores Básico e Profissional. Essa tendência explica as ocorrências de roubo na

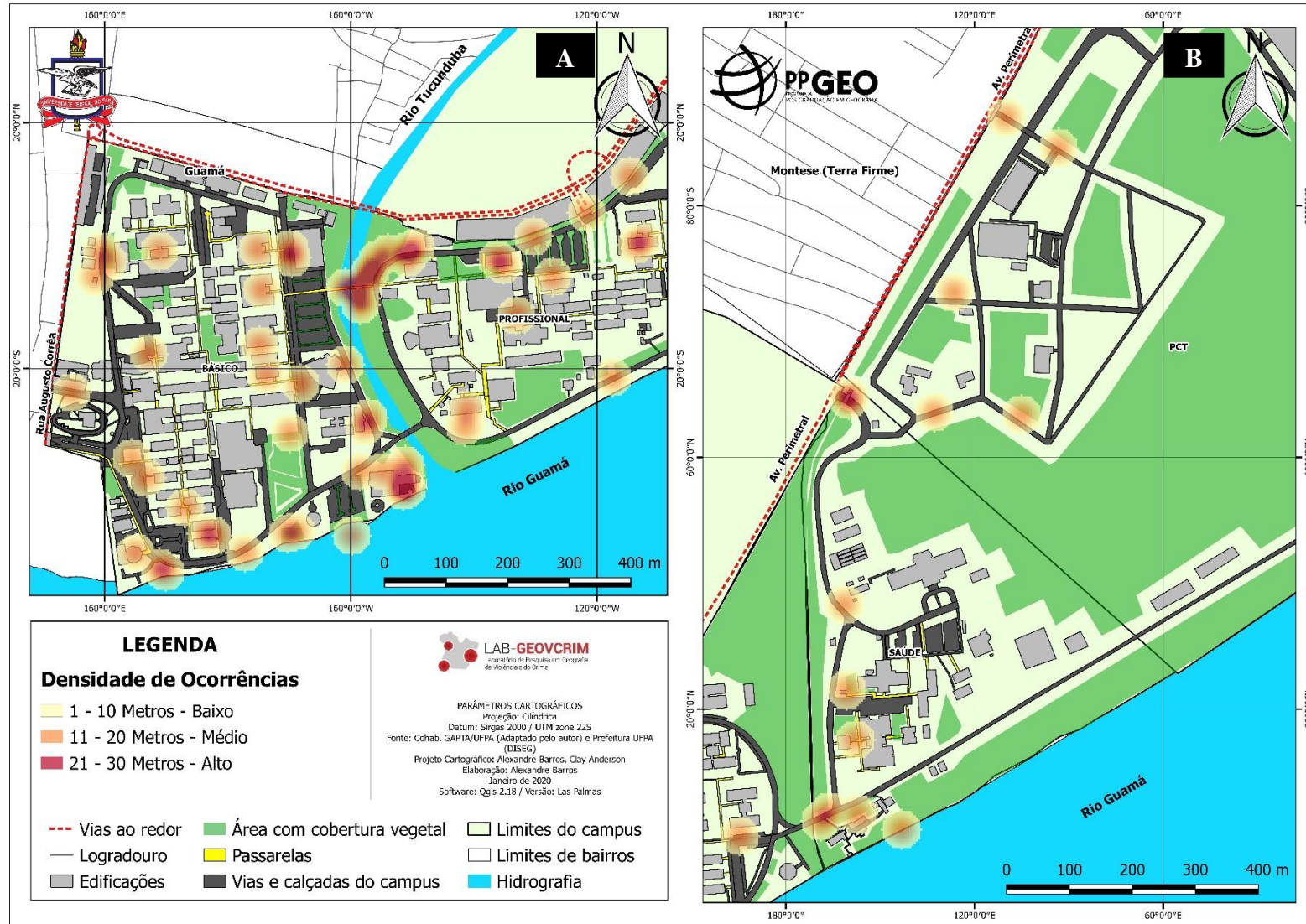
²² E na presente data, junho de 2020, estão suspensos por conta do fechamento da cidade universitária devido a pandemia de COVID-19.

entrada e saída das aulas no turno da noite, onde são constantemente registrados os conhecidos “arrastões” (citados em umas das seções do segundo capítulo), que começam na parte de fora e, em certos casos, acabam se desenrolando nas dependências da cidade universitária. Tal atividade tem esse *modus operandi*, pois ocorre, geralmente, quando há relativa quantidade de pessoas reunidas e fácil rota de fuga, acontecendo num curto espaço de tempo, sem chance de defesa das vítimas. Isso pode ser observado, pois,

[...] Um grupo de alunos da Universidade Federal do Pará foi vítima de um arrastão na noite desta sexta-feira, em frente ao portão 3, próximo ao terminal de ônibus.[...] A prática, que segundo os acadêmicos é habitual, aconteceu por volta das 21h, quando muitos alunos deixavam a universidade.[...] De acordo com o estudante Jhonatta dos Santos, que estava próximo ao portão no momento do crime, o grupo de ladrões juntou-se rapidamente e causou pânico nas pessoas [...] [e ainda] conseguiram levar vários pertences das vítimas, se dispersando em direções diferentes logo em seguida [...] (DOL, 2019).

Nesta realidade, o intuito aqui é fazer a espacialização desses dados e observar onde essas práticas estão ocorrendo com maior incidência. Dessa forma, usando dessa metodologia, pode-se verificar a localização que mais apresenta o registro de roubo, sendo possível compreender as possíveis causas de escolha dessas porções espaciais e, com base nisso, identificar a territorialização do crime de roubo na cidade universitária.

Ilustração 33 - Mapa da mancha criminal das ocorrências de roubo na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto – UFPA (2009 a 2018).



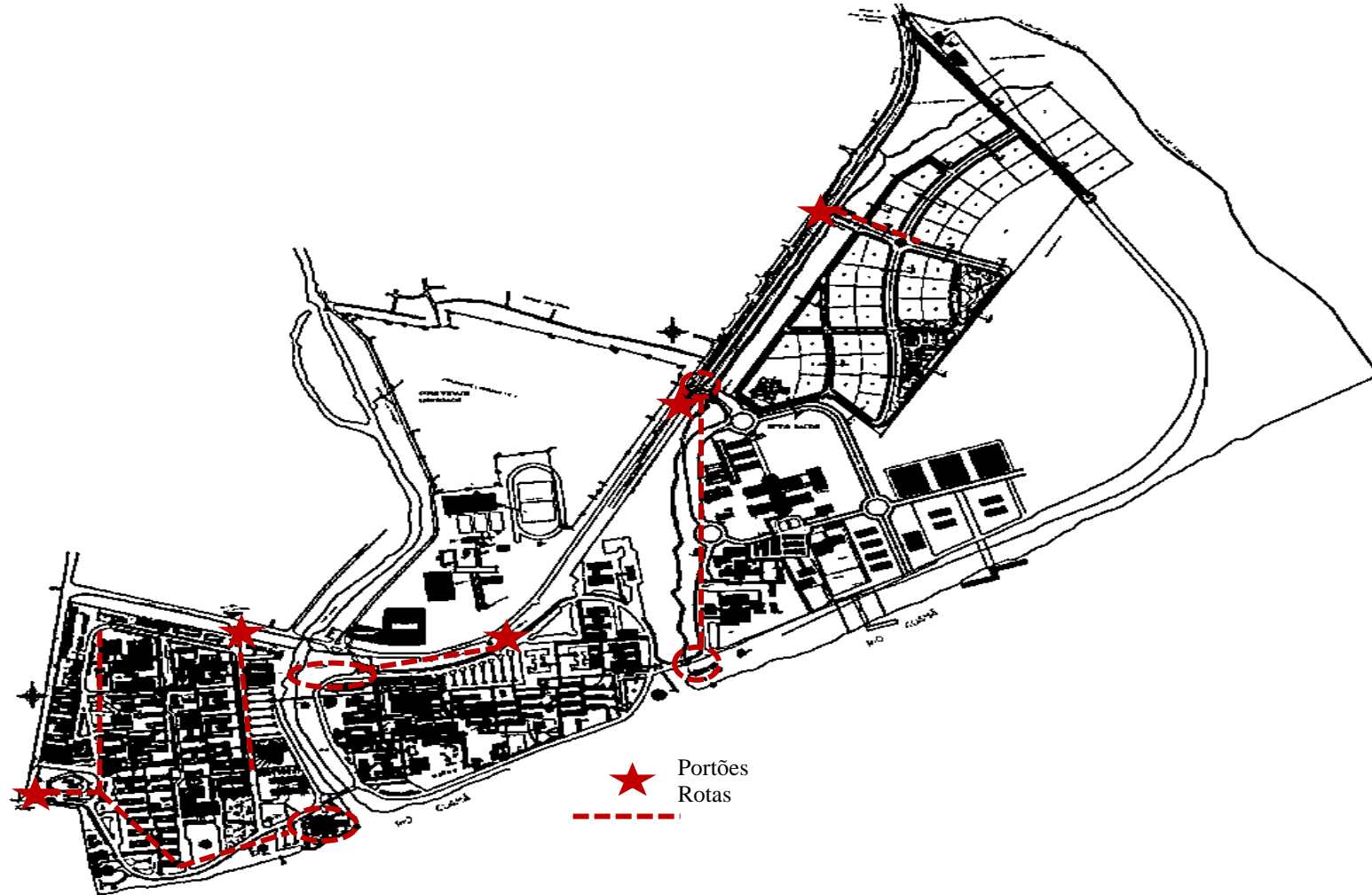
Fonte: O mapa “A” apresenta os focos de roubos no setor Básico e parte do profissional e o mapa “B” mostra os focos da outra parte do setor Profissional e os setores Saúde e Parque de Ciência e Tecnologia (DISEG/UFPA, 2019). Elaboração: BARROS, 2020.

Dentro da realidade espacial do crime de roubo mostrado, a espacialização da criminalidade na universidade percorre um padrão estratégico voltado, essencialmente, a seletividade de certas porções territoriais para esses agentes. De acordo com a mancha criminal apresentada no mapa, ela possui características, que segundo Corrêa (2011) é definida seletivamente por suas práticas espaciais desenvolvida pelo homem, que

[...] estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais (CORRÊA, 2011, p. 35).

Assim, os agentes territoriais “[...] decide[m] sobre um determinado lugar segundo este presente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos [...]” (CORRÊA, 2011, p. 36). Não diferente a este respeito, a criminalidade comporta-se territorialmente seguindo este princípio. Dessa forma, podemos dizer que a espacialização da prática de roubo na cidade universitária adquire as qualificações estratégicas fundamentadas na escolha de localidades que dispõem de: rotas de fuga; longe dos olhos da segurança interna; e, que melhor apresenta situações de oportunidade.

Ilustração 34 - Planta urbana da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto e a territorialidade do crime de roubo.



Fonte: Ilustração baseada no mapa de mancha criminal da figura 13 que mostra às rotas de fuga e os círculos de maior concentração de roubo no campus (Adaptado Prefeitura UFPA/DISEG, 2019). Elaboração: BARROS, 2020.

Realizando um exame na estrutura territorial que a criminalidade exerce na cidade universitária, pode-se reconhecer que o crime de roubo busca sempre uma aproximação de rotas que facilite a prática ilícita. Logo, de acordo com a mancha criminal, existem dois principais focos. Um localizado na área dos Bosques Camilo Viana e Benito Calzavara, mais conhecido como “Bosquinho da UFPA”, que margeia o rio Tucunduba – com características de arborização densa com uma ponte de pedestre que liga os setores Básico e Profissional –, sendo uma das principais rotas de acesso do campus. E outro no complexo do “Vadião”, às margens do rio Guamá no setor Básico. Todavia, as formas de atuação dessas ocorrências nesses dois lugares são executadas de formas diferente.

No caso do “Bosquinho da UFPA”, o *modus operandi* do crime de roubo, é realizado, em geral, no fim da tarde e no período da noite pela baixa movimentação e pelas próprias características do local que servem de abrigo para os sujeitos que praticam o roubo, ocultando-se no meio das arvores, e atuando quando surge uma vítima ou grupos de vítimas, além de ser uma rota dos “arrastões” registrados pela segurança interna do campus. Segundo relato²³ de um estudante do curso de Geografia, vítima de um desses arrastões, o crime ocorreu,

[...] no bosquinho, uma amiga e eu estava a caminho do terceiro portão, numa sexta-feira, estava saindo da aula, era umas 20:00 horas, mais ou menos. Estava com meu notebook, celular e todas às minhas coisas [...] num final de semestre. Sai cedo justamente porque estava com as coisas [...] aí rolou um super arrastão na UFPA inteira, estava tendo uma festa que não era o Vadião [...].

Dessa forma, verifica-se que essas ações são executadas, normalmente, no turno da noite e quando estão ocorrendo festas no campus a uma propensão de intensificação desses tipos de crimes, pois como a movimentação de frequentadores aumenta, a segurança interna não consegue suprir de forma ampla toda a extensão do campus, colaborando para a prática ilícita.

No caso dos roubos registrados no complexo do “Vadião”, esse foco pode ser explicado pelas festas que acontecem no local. As ocorrências se consumam no horário em que essas festas estão acontecendo, seguindo duas formas de atuação: a primeira, que pratica o delito no meio das pessoas nas festas; e segunda, que busca se afastar da aglomeração e vitimar pessoas na orla do campus.

Contudo, existem, também, outras concentrações secundárias de roubo, dentre a localização, estão: o ponto de ônibus circular do ginásio de esportes do setor básico; a área que compreende o departamento de ciências biológicas, geologia e garagem da UFPA; a guarita de segurança do pórtico 4 (portão do Hospital Bettina Ferro); e local situado próximo ao Programa

²³ Relato colhido no dia 09 de janeiro de 2020.

Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA), na divisa entre os setores Profissional e Saúde.

Portanto, através dessas análises podemos considerar que a espacialização que compreende os crimes de roubo na cidade universitária tem as características de territorialidades móveis ou flutuantes, sugerida por Souza (2011). Estes territórios têm a propriedade de ter seus limites estáveis, com áreas de influência deslizando por sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças; a criação de identidade territorial é apenas relativa, digamos, mais propriamente funcional que afetiva. Mas, “[...] não significa, em absoluto, que “pontos” não sejam às vezes intensamente disputados [por sua simbologia afetiva], podendo a disputa desembocar em choques entre grupos rivais [...]” (SOUZA, 2011, p. 91).

Então, baseado no desenho que a mancha criminal apresenta a territorialidade do crime de roubo sempre acompanha as vias de circulação, se movimentando de acordo com os interesses e estratégias de atuação, avançando numa direção sempre no sentido próximo às saídas da cidade universitária. Depois, a conflitualidade desses territórios surge sempre que possível quando se chocam com outra atividade, entre ela o tráfico de drogas na orla do setor Básico.

3.1.1.1.2. A rede do comércio de substâncias ilícitas

A problemática do comércio de substâncias é um contexto que está inserido desde muito tempo na realidade da cidade universitária. Segundo entrevista realizada com o Coordenador de Inteligência da Diretoria de Segurança, que desempenha suas funções a mais de 20 anos, o tráfico e o consumo de drogas são uma atividade ilícita que acompanha historicamente o campus, mas que no decorrer dos anos vem sofrendo mudanças no seu *modus operandi*.

Dentro dessa conjuntura, essa prática se mistura com o processo de urbanização da cidade universitária e dos dois bairros vizinhos, enquanto que no passado o consumo se dava apenas através da maconha, atualmente pode-se encontrar alguns casos de apreensão de outros tipos de drogas potencialmente mais fortes, como: *skank*²⁴, oxi, cocaína, entre outras.

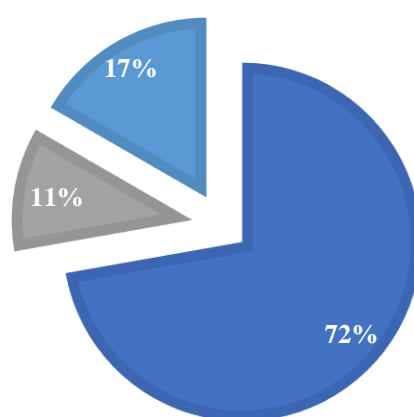
No entanto, o local para o desenvolvimento dessa atividade sempre se manteve consolidado, mesmo com todas as mudanças urbanas que ocorreram no decorrer dos anos na cidade universitária, em especial na orla. Dessa forma, essa porção espacial do campus que compreende os setores básico e profissional é um local cobiçado para aqueles que tem o desejo,

²⁴ Maconha *skank* é variedade de *cannabis* que tem um cheiro muito mais forte, com maior concentração de princípios psicoativos, produzida através do cruzamento de várias espécies de *cannabis* (a sativa, a indica e a ruderalis)

tanto de consumir, quanto de comercializar drogas. Obedecendo uma pequena diferença: ao passo que pontos específicos do setor profissional são geralmente utilizados somente para o consumo, como descreve Barros (2017), o setor Básico serve tanto para o consumo como para a comercialização, indicando que a concentração dessa prática está basicamente toda no setor Básico.

Ilustração 35 - Percentual de localização de Tráfico/Consumo de drogas na cidade universitária (2009 a 2018).

■ BÁSICO ■ PROFISSIONAL ■ SEM LOC.



Fonte: DISEG/UFPA, 2019. Elaboração: BARROS, 2020.

Partindo do gráfico de percentual de onde mais se localiza as ocorrências relacionadas ao crime de comércio ilegal de drogas, elas estão concentradas em sua maioria no setor Básico, onde se encontra a maior parte da circulação de pessoas na orla do campus. Segundo trecho de uma reportagem sobre prisão de suspeito de tráfico de drogas na UFPA no mês de abril de 2019, verifica-se esse fato.

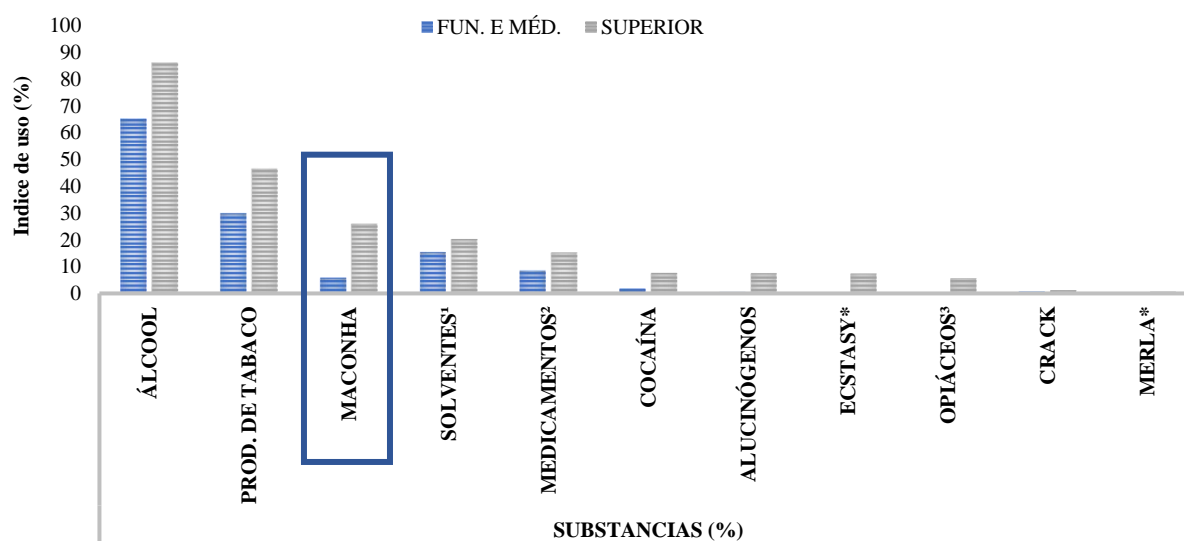
[...] Um traficante foi preso em flagrante nesta quinta-feira (11), dentro da Universidade Federal do Pará (UFPA), situada no bairro do Guamá, em Belém. [Ele] [...] foi denunciado por testemunhas anônimas, que o apontaram como traficante, responsável pela comercialização de substâncias entorpecentes no interior da instituição de ensino superior. [...] Com o acusado, a Polícia Civil encontrou cerca de 25 petecas de drogas, do tipo maconha prensada. Outros cinco usuários de substâncias ilícitas também foram detidos junto com o traficante no momento da abordagem policial. Os usuários de drogas assinaram Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) e foram liberados em seguida. Eles responderão por uso de entorpecentes. [O acusado] [...] estava vendendo maconha perto do Complexo Recreativo Vadião, no Campus Básico, na orla da UFPA. Ele foi preso por volta de 11h [...]” (O LIBERAL.COM, 2019).

Esse fragmento de reportagem pode confirmar aquilo que o gráfico da ilustração 35 mostra quanto a representatividade espacial das ocorrências de tráfico/consumo de drogas na área de estudo, no qual o setor Básico aparece com 72% das ocorrências, seguido pelo extrato de dados que não foi possível especificar sua localização, pelo fato que essas informações não estavam contidas no boletim de ocorrências da Diretoria de Segurança. Por último, encontra-se

o setor Profissional, que segundo análises dos dados, tem sua relação mais com o consumo do que com tráfico de drogas em si.

Outro ponto que vale destacar é que quando se fala em tráfico de drogas dentro do campus da UFPA, essa atividade é praticada em sua modalidade varejista, pois geralmente os suspeitos que são pegos empregando essas ações estão com pequenas quantidades de drogas, na maioria das vezes maconha, que é a substância entorpecente mais consumida dentro dos *campi* universitários segundo a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD). Entretanto, segundo a segurança interna, outros tipos de drogas podem ser encontradas em determinadas situações na cidade universitária, principalmente as chamadas drogas sintéticas ou manipuladas em laboratório, por exemplo, a cocaína e o *skank*. Essas situações estão relacionadas as festas que são realizadas no campus, na maioria das vezes no complexo do “Vadião”, onde esses tipos de entorpecentes acabam passando pela visão da segurança junto ao grande fluxo de visitantes que frequentemente se deslocam de várias localidades para participarem desses eventos.

Ilustração 36 - Índices de uso de drogas entre estudantes do ensino fundamental, médio e superior. *



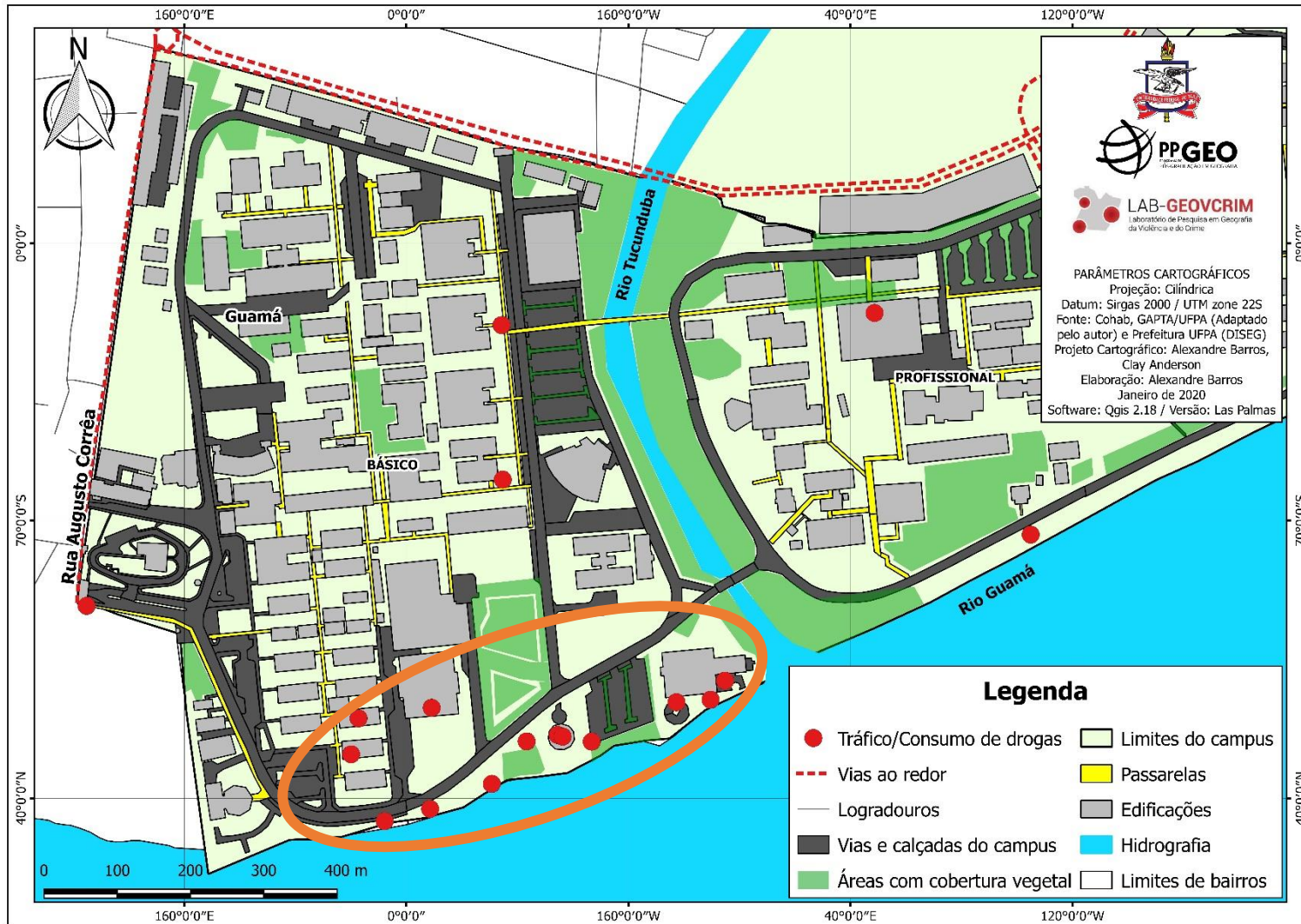
Fonte: SENAD/CEBRID/SENADO.GOV, 2010. Elaboração: BARROS, 2020.

*V Levantamento Nacional sobre o consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino das 27 Capitais Brasileiras, 2004; I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool, Tabaco e outras drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras, 2010.

Assim, consecutivos dos crimes de furto e roubo (relatados anteriormente), o tráfico de drogas é o terceiro crime mais presente no ambiente universitário. Esse fato advém pela singularidade que permeia essa atividade ilícita, ou seja, é um crime que se infiltra nas classes sociais de forma ampla – claro que afetando-as de forma diferente –, assim como outros crimes que não distinguem raça ou cor, o tráfico vai além, sua variedade de estratégias, e a diversificação de substanciais ilícitas fazem com que ele consiga alcançar todos os perfis de

mercado consumidor, expandindo o seu raio de ação. Consequentemente, faz-se necessário uma abordagem mais detalhada sobre esta atividade para compreender como o crime se comporta espacialmente no cenário universitário.

Ilustração 37 - Mapa de pontos de tráfico e consumo de drogas na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto (2009 a 2018).



Fonte: Cartografia produzida com base nos dados da Diretoria de Segurança UFGA sobre as ocorrências de tráfico e consumo de drogas (DISEG/UFGA, 2019). Elaboração: BARROS, 2020.

Acompanhando as características de distribuição espacial que o mapa apresenta, fica claro a concentração dos pontos de venda e consumo de drogas em sua maioria na orla do setor Básico – mostrado através da marcação em cor alaranjada no mapa. Esta atratividade se dá em duas formas: de um lado, o consumo, pelas particularidades bucólicas que estão inseridas na orla voltadas ao sentimento de pertencimento, explanado com maestria na obra do geógrafo Yi-Fu Tuan (2012 [1980]), que gera uma afetividade simbólica pelo lugar, onde mesmo estudantes que se formaram a tempos continuam frequentando o lugar; e do outro, pela venda, sendo aquele território estratégico para a comercialização de substâncias ilícitas, visto que ali se concentra grande quantidade de visitantes do campus e, como resultado, pessoas em busca de drogas, portanto, para o tráfico, o território é usado tanto no seu caráter funcional de dominação pelos princípios de exclusividade e simbólico pelo processo de apropriação, abordado por Lefebvre (2000; 2006 [1974]) e Haesbaert (2004b).

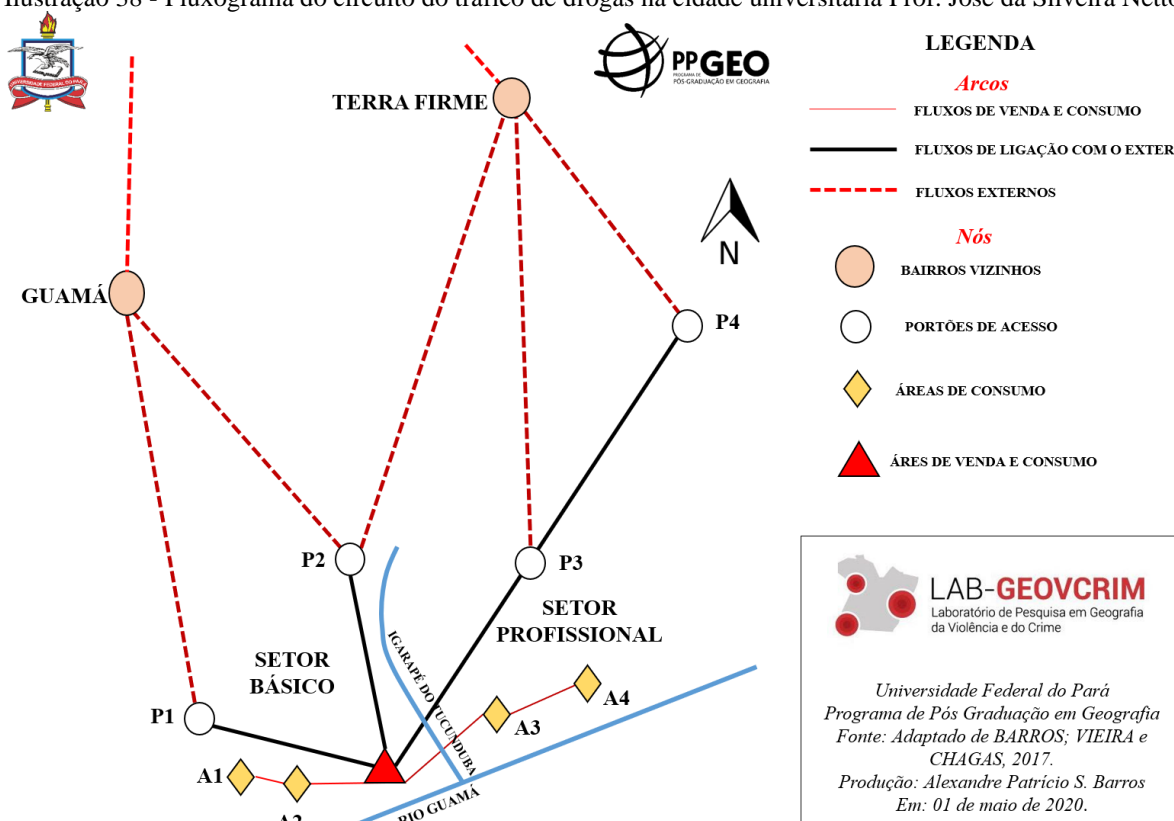
Nesse contexto da criminalidade no campus universitário da UFPA, existem estruturas e modos de operação de agentes territoriais do crime que passam a desenvolver suas atividades através do seu caráter espacial desempenham práticas de como, onde e quando essas ações ocorrem. Isto acaba formando uma teia de relações, assim, redes territoriais se consolidam no espaço universitário, criando múltiplas territorialidades, como o caso das rotas do tráfico de drogas, analisado por Barros, Vieira e Chagas (2017).

Conduzindo-se está lógica de redes territoriais que compreende as rotas do tráfico de drogas numa *micro-escala* (se comparado às redes transnacionais do tráfico de drogas no atacado), a rede desta atividade na cidade universitária (explorado por nós em trabalhos passados) construiu um circuito que compreende os pontos de entrada e saída, os pontos de venda e consumo e os fluxos que interligam estes pontos. Assim, a respeito deste aspecto é importante destacar que:

[...] As rotas do tráfico de drogas dentro da cidade universitária são fatores de análise importantes a serem discutidos. Seu caráter conectivo, traz ao território o movimento das relações sociais da atividade ilícita dentro [e fora] do campus. Pensando dessa forma, seu papel se torna o elo entre os pontos remetentes de drogas [de fora], com os pontos destinatários [de dentro] [...] (BARROS, 2017, p. 64).

Cabe informar que na construção do circuito do comércio de drogas na cidade universitária foi construído sobre à luz das abordagens de Souza (2011) que usa uma representação do território baseada em redes abertas. Neste sentido, o conceito de território descontínuo que são abertos, zoneados por pontos (fixos) e arcos (fluxos-conexões), formando uma rede de relações, sem um limite real, palpável, sem uma delimitação exata.

Ilustração 38 - Fluxograma do circuito do tráfico de drogas na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto.



Fonte: Adaptado de BARROS; VIEIRA e CHAGAS, 2017.

Refletindo sobre as conexões do fluxograma com a representação da rede do tráfico de drogas na cidade universitária, podemos notar que ela não se limita apenas ao território institucional do campus, compreendendo áreas do lado de fora. Nesta perspectiva o circuito do tráfico de drogas se inicia pelos pontos e fluxos externos (Bairros Terra Firme e Guamá), sendo ligados pelos pontos fronteirizos representados por P1, P2, P3 e P4 (portões de acesso), que por sua vez são ligados pelos fluxos internos até as áreas de venda e, por fim, aos fluxos internos conectadas com as áreas de venda e consumo (A1, A2, A3 e A4).

Assim, o mercado varejista de drogas no campus universitário, em especial a maconha e seus derivados, como o *skank*, é alimentado por pontos que estão para além dos muros da instituição, sugerindo uma característica que, tal qual Souza (2000) constatou, são subsistemas de um sistema maior, dentro de uma escala internacional, nacional, regional ou local, isto é, redes ilegais que vão se superpondo à rede urbana brasileira e abrangendo desde de articulação com redes externas (internacionais) até o desdobramento em circuitos de curto alcance (local).

Em vista disso, a situação do tráfico de drogas não é algo particular das grandes cidades, essa atividade, com o passar dos anos conseguiu penetrar em todos os principais núcleos urbanos do mundo. A quebra de paradigma relacionado as novas metodologias de distribuição,

a logística que os grupos e facções conseguiram alcançar, fizeram com que a atividade seja hoje uma das mais lucrativas dentro daquilo que chamamos de “economia ilegal do crime”.

Em meio a chamada “guerra as drogas” que foi encabeçada pelos Estados Unidos, o tráfico de drogas conseguiu se sobressair sobre os estados que disponibilizaram verbas para combater esta atividade, porém, esse conflito serviu apenas para fortalecer ainda mais o comércio de substâncias ilícitas (LABROUSSE, 2010). Neste sentido, autores como Rodrigues (2012) avalia até em que ponto a “Guerra as Drogas” gerou efeito para solucionar o problema do tráfico. No entanto, assim como o citado autor, mas também grande parcela do arcabouço de linha marxista que se debruçou sobre o tema, afirmam que o combate as drogas da forma que vem sendo deflagrada está num processo de falência e que o problema deve ser visto de outra forma, em outras palavras a chave deve ser virada para o lado que as drogas sejam tratadas como “problema” não apenas de segurança pública, mas também de outros seguimentos da sociedade, como saúde e educação.

Portanto, as rotas que caracterizam a rede de fluxos do tráfico que percorre vários quilômetros até chegar nos grandes centros urbanos (lugar onde a cidade universitária está inserida) para assim serem comercializados. Conforme afirmou Machado (2003), as redes ilegais ocupam os lugares, mas não são definidas pelos lugares que ocupam, cada lugar é tão importante quanto qualquer outro para organização do espaço-de-fluxos por meio do qual a dispersa comunidade ilegal controla o sistema, o que denuncia os interesses geopolíticos das grandes potências em associar uma atividade que sabidamente opera em rede transnacional ao nome de um lugar geográfico específico, como a Amazônia.

Deste modo, a Amazônia sendo uma das portas de entrada do mercado de drogas em escala transnacional, nacional e regional, a cidade de Belém, localizada na região, serve como ponto estratégico para manter a rede do comércio ilícito de drogas interligada. Logo, a manutenção realizada através dos fluxos do mercado é um dos indícios para se compreender o tráfico de drogas dentro da cidade universitária prof. José da Silveira Netto, que mesmo inserida em um mercado local, adquire uma relação direta dentro dessa rede, no sentido que a mercadoria (droga) chega em Belém por meio de rotas transnacionais, desenrolando-se na distribuição por toda a cidade até chegar ao campus.

3.3. A RELAÇÃO DA MULTITERRITORIALIDADE DO CRIME

No processo de formação de territorialidades na cidade universitária prof. José da Silveira Netto, deve-se, em primeiro momento, distinguir as modalidades de espacialização encontradas na universidade, indicando as práticas espaciais que se territorializam no campus.

Dessa forma, inicialmente, é importante dizer que todas as atividades que são desempenhadas na área de estudo se desenvolvem sobre o substrato material de um território institucional, gerenciado pelo Estado, que tem o Poder originário de gestão espacial.

Os processos territoriais que envolvem a criminalidade no campus se dividem em três momentos: o zoneamento espacial empregado pela prática de furto que segue uma tendência inclinada para as áreas mais urbanizadas; os territórios moveis/flutuante do crime de roubo que buscam pela seletividade espacial que preferem áreas que possibilitem rotas de fuga e oportunidades de atuação; e o circuito do comércio de substâncias ilícitas que é definido por um circuito territorial que liga a cidade universitária com outras áreas para além das fronteiras do campus.

Isto posto, arrisca-se dizer que a conjuntura territorial da área de estudo é um emaranhado de relações que se sobrepõem, construindo e desconstruindo territorialidades. Como disseram Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 131), “[...] a ordem (territorial) mundial é na verdade, sempre, uma des-ordem, ou seja, caminha dialeticamente num processo concomitante de destruição e reconstrução de territórios – ou seja, num processo de des-territorialização”.

Em correspondência com o quadro da criminalidade de furto, roubo e tráfico/consumo de drogas na cidade universitária, a co-relação entre essas territorialidades bem distintas se encontram de forma direta e indireta ao ponto da existência do choque entre esses agentes. No entanto, relacionado ao crime de furto, através das análises realizada nos produtos construídos com base nos dados da Diretoria de Segurança de 2009 a 2018, a prática atua deliberadamente de forma isolada, sem uma relação pré-estabelecida com outros crimes. Ela procura sempre acompanhar os lugares com maior concentração de bens moveis e fixos, por isso sempre procura se localizar nos setores com maiores fluxos urbanos: os setores Básico e Profissional.

Na situação da relação entre o roubo e o comércio ilegal de drogas, suas territorialidades acabam por algumas vezes se chocando, principalmente quando relacionada à área da orla onde existem ocorrências tanto de roubo como de tráfico/consumo de drogas. Porém, normalmente essas atividades não entram em conflito, pois suas territorialidades, além de possuírem características bem estabelecidas, como rede de relações (tráfico/consumo de drogas) e relações moveis/flutuantes (roubo), elas atuam de forma cíclica, normalmente o roubo quando existe às festas do “Vadião” no período noturno, e o tráfico que está mais consolidado durante o período do dia.

Quando essas ciclicidades se colidem, gerando atenção da segurança interna e da própria polícia, quando ela é convocada, devido uma alta nos registros de roubo, começam os conflitos

entre as outras atividades ilícitas com o tráfico pelo controle territorial da área da orla. Outra relação que pode ser evidenciada que confirma este fato é o fluxo de consumidores de drogas que procuram a tranquilidade e a segurança do campus. Essa fluidez traz consigo agentes oportunistas que cometem pequenos furtos e, também, assaltos (roubo), provocando conflitos. Mas, em suma, dentro de um parâmetro geral, a criminalidade no campus universitário atua de forma “harmônica”, cada crime dentro das suas territorialidades, com eventuais choques.

3.4. A SECURITIZAÇÃO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO

A criminalidade e violência que alcança os núcleos urbanos atingem não só as áreas comuns citadinas, mas também locais particularmente independentes aos processos que ocorrem no âmbito da cidade num todo. Isto quer dizer que ambientes como espaços fechados, como por exemplo, condomínios residências e áreas confinadas em geral, sofrem esses rebatimentos da criminalidade como um reflexo dos problemas que as cercam. Dessa forma, expõem-se dizer que o problema da criminalidade na cidade universitária é consequência de todo um contexto sócio-espacial que historicamente acompanha o campus da UFPA.

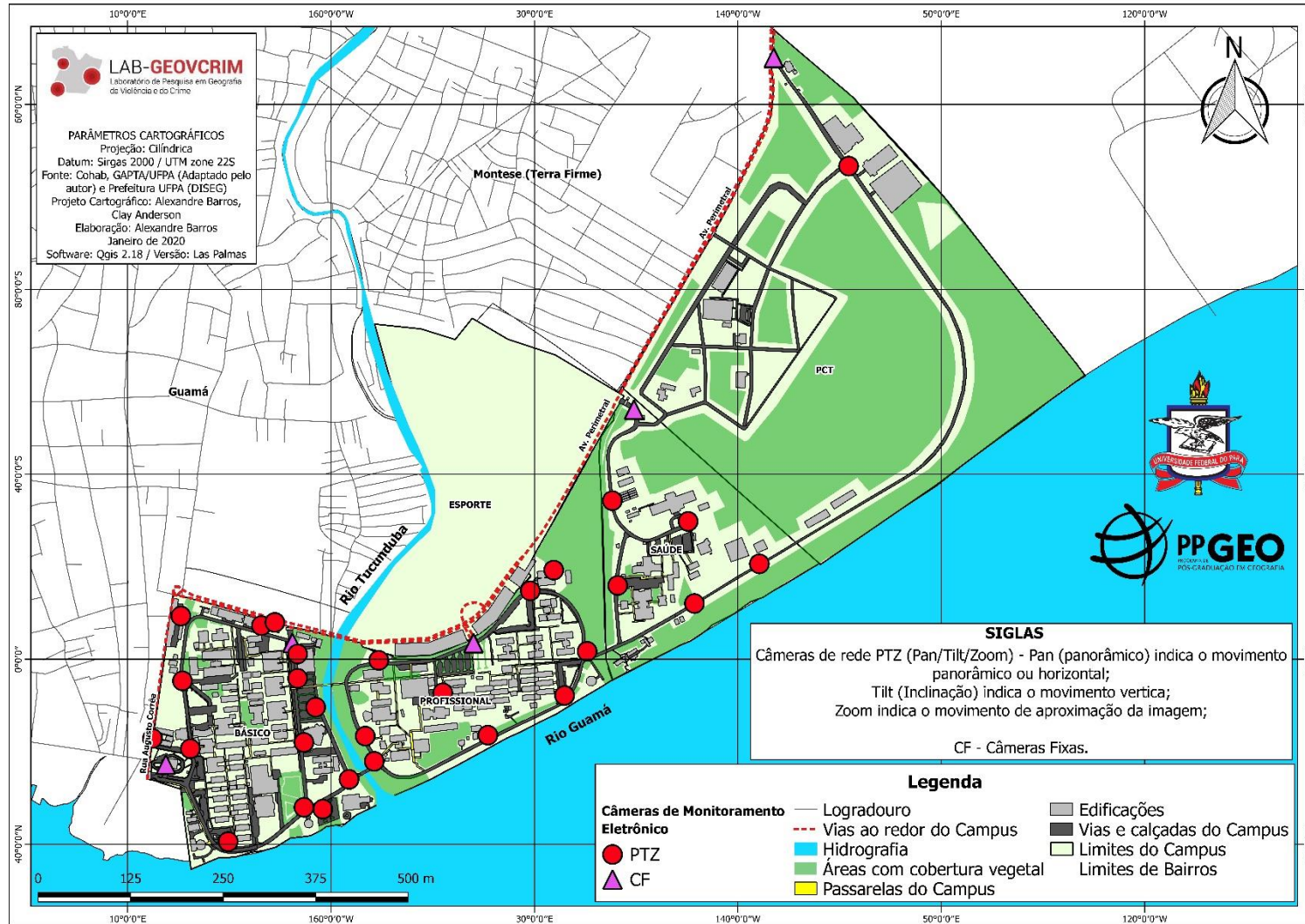
Contudo, não é pretensão deste esforço afirmar que apenas essa proximidade com bairros com altos índices de violência e criminalidade é o problema do crime na cidade universitária. É importar reafirmar que visões desse tipo só problematizam mais do que solucionam a situação, pois essa exposição gera um estigma da população desses lures, dificultando ainda mais uma abordagem colaborativa entre os órgãos de segurança com a sociedade civil. Além de tudo, fazendo esse tipo de análise pode retirar simbolicamente a responsabilidade que o Estado tem perante essas comunidades, uma vez que todos os problemas relacionados à criminalidade e violência urbana é reflexo de anos de negligência estatal que anos após anos vem corroborando para o resultado de crimes nesses bairros.

Por esse ângulo os instrumentos de segurança que são usados pelos gestores para combater a criminalidade no campus tem uma relação-problema gerada pelo próprio Estado. Em outras palavras, essa conjuntura seria uma tentativa de solucionar um problema do Estado que é resultado das suas próprias políticas.

Esses recursos de proteção são implementados a partir de ações, que segundo entrevista realizada em 23 de setembro de 2019 com um dos Inspetores de Segurança, são “[...] *um plano operacional ostensivo que envolve a Diretoria de Segurança (DISEG), a segurança terceirizada, agentes de portaria, equipe de monitoramento eletrônico, todos em conjunto com a Polícia Civil (PC) e Polícia Militar (PM) [...]*” – em casos raros com Polícia Federal (PF), pois a jurisdição do campus se encontra sob sua responsabilidade. Vale destacar novamente que

a entrada da PC e da PM, só ocorre, usualmente, quando há um chamado da segurança interna ou de outro departamento, como a reitoria. Assim, atualmente uma das principais ferramentas de segurança da cidade universitária é o monitoramento eletrônico de câmeras de vigilância.

Ilustração 39 – Mapa de pontos de monitoramento eletrônico de câmeras de vigilância da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto (UFPA).



Fonte: Produção cartográfica desenvolvida com base em dados da Prefeitura *Multicampi* e Diretoria de Segurança (UFPA). Elaboração: BARROS, 2020.

Dentro desses aspectos de proteção do território universitário, a segurança interna que engloba todos os vigilantes com vínculo institucional, apresenta, no passar dos anos; uma baixa bem significativa no seu contingente devido os casos de aposentadoria, falecimento de servidores e falta de concurso público. Este último, sendo consequência das mudanças administrativas e jurídicas que vem cada vez mais terceirizando a segurança do campus, colocando-a na mão da iniciativa privada. Logo, dentro desse cenário a proteção da cidade universitária é organizada – conforme entrevistas com a direção – a partir de projetos de segurança que são executados de acordo com a demanda de eventos e necessidade do campus. Essa organização é desmembrada em três seguimentos: operacional, investigativo e preventivo. E conta com os critérios de levantamento de informações e identificação de possíveis ameaças, prezando sempre pela legalidade das ações, visando o período diurno que vai de segunda a sexta-feira, onde apresenta os maiores registros de ocorrência.

Dessa forma, o contingente de pessoal que trabalha com a segurança interna do campus gira em torno de 180 trabalhadores, incluindo os servidores com vínculo institucional e os da iniciativa privada. Todavia, dentre esses 180 servidores, apenas 160 estão efetivamente desenvolvendo suas funções, por conta dos problemas já citados anteriormente e, em sua maioria, relacionados com o quadro de servidores institucionais, os chamados concursados.

Voltado à questão do monitoramento de câmeras, segundo os diálogos com dois vigilantes da DISEG, o sistema utilizado é do tipo DIGIFOR, sendo ele um *software* inteligente de videomonitoramento, com alta tecnologia e performance, que tem dentro das suas muitas funções a capacidade de fazer a leitura de placas de automóveis, análise forense, análise avançada de vídeos, controle móvel, entre outros. Esse sistema conta com uma licença de 40 câmeras baseado em dois modelos: as panorâmicas (PTZ) e as Fixas. No entanto, das 40 câmeras com licenças, apenas 33 estão devidamente instaladas e em funcionamento, deixando grandes áreas territoriais do campus sem monitoramento. Segundo os vigilantes o ideal para cobrir toda a cidade universitária seria o dobro das que já estão em funcionamento, suprimindo todas as necessidades espaciais de vigilância eletrônica.

Ainda sobre o monitoramento eletrônico, outro projeto que está em processo de licença é o sistema analítico fácil dos pórticos (portões de acessos), que através de rostos inseridos no seu banco de dados, ele consegue identificar pessoas com antecedentes criminais, neutralizando possíveis ameaças antes mesmos de adentrar no campus. Logo, esses instrumentos de defesa podem ser comparados aos mesmo utilizados em espaços fechados com aparato de segurança que mais se parecem com áreas de fronteiras prontas para eliminar as ameaças que surgem do

exterior, assim como escreve Graham (2016) ou Sposito e Goés (2013), gerando ainda mais sentimento de medo do que sensação de segurança em sua população.

3.5. SEGURANÇA *VERSUS* MEDO

O fator protecionista que o território universitário tem, já nos deixou claro que é uma das causas pela qual o campus é um atrativo a mais para a criminalidade se fixar e projetar as suas práticas na instituição de ensino superior. Assim sendo, mesmo com o meio atual em que o crime se desenvolve com maior fluidez e mobilidade ilimitada, criando e (re)criando, até mesmo construindo e desconstruindo os territórios, seus limites vão para além de uma simples escala local (mesmo que a situação da área de estudo esteja inserida nesta circunstância). Apesar disso, nossa sociedade reflete múltiplas e complexas formas de i-mobilidade, caracterizadas pela contenção territorial.

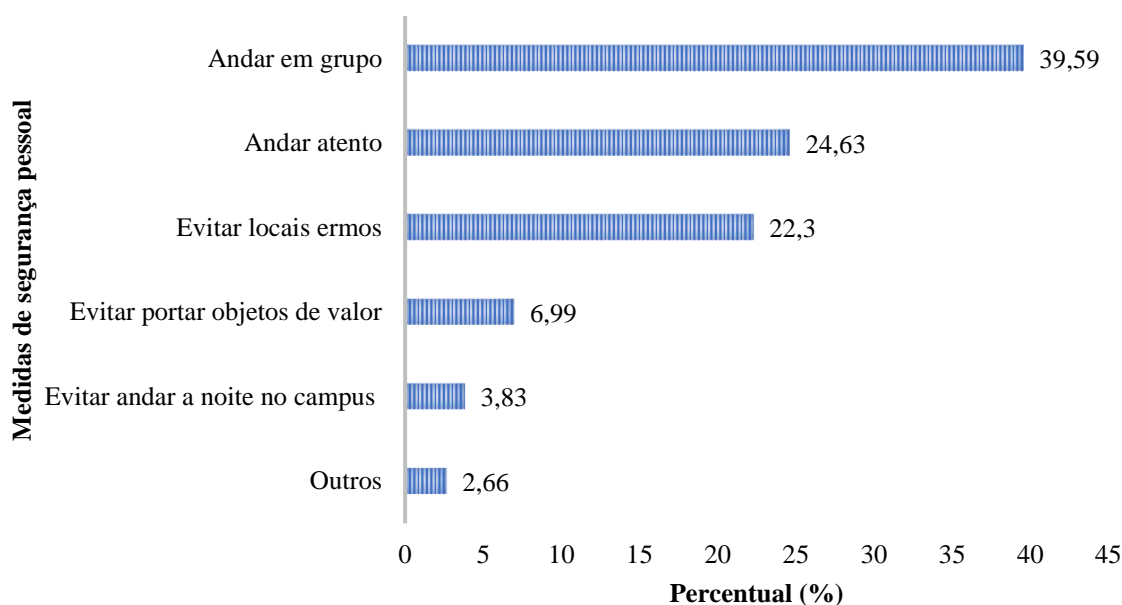
[...] Apenas para um exemplo mais concreto, nunca tivemos tantas pessoas viajando, tantos deslocados, mas também nunca tivemos tantos muros, estejam eles nos limites internacionais ou no interior das cidades. A mobilidade geográfica se tornou um enorme instrumento de poder. Quem é capaz de desencadeá-la e/ou de controlá-la, seja de modo virtual ou concreto, detém muito do poder que construímos na atualidade. Não é à toa que uma das conceituações mais operacionais e difundidas de território é aquela que o associa ao controle da acessibilidade (HAESBAERT, 2015, p. 84).

Dessa forma, a segurança da cidade universitária que é, basicamente, estruturada dentro dá chamada i-mobilidade territorial explorada por Haesbaert (2015), nem sempre gera o efeito efetivo de segurança, isto é, relacionado a sensação de proteção que seus frequentadores que na maioria das vezes não a usufruem. Por conseguinte, uma interpretação que mais se aproxima dessa realidade é a que, na mesma ocasião que de um lado o território institucional acaba protegendo certas práticas ilícitas em seu âmbito (pela dificuldade de acesso de outros órgãos de segurança pública que só ocorre quando a um chamado vindo de dentro do campus), a não ser a própria segurança interna e, do outro, a insegurança da comunidade universitária que pelas brechas deixadas pelos mecanismo de segurança, acabam sendo vítimas por ações criminosas, gerando um sentimento de medo generalizado, que por muito é colaborado pela campanha de publicidade sensacionalista exposta pela imprensa, que:

[...] também tem um papel decisivo na hora de dimensionar a violência existente. Os noticiários de telejornais e impressos exploram demagogicamente um assunto bastante sério. Colaboram para propagar o medo e o sentimento de insegurança entre as pessoas, por meio da divulgação de dados e estatísticas que, na maioria das vezes, superestimam a criminalidade. A tendência dominante nas grandes redações é individualizar o problema, pela produção de reportagens espetaculosas, que não vão ao fundo do tema. Não se percebe na imprensa comercial o interesse de promover o esforço no sentido de debater alternativas eficazes para contornar a violência que solapa as estruturas da sociedade (NERY, 2009, p. 05).

Neste ponto de vista, medidas de segurança que tem rebatimentos baseado no sentimento de medo inseridos na sociedade, não são de toda maneira para sua defesa, e sim para vender seus sistemas de vigilância dentro de um mercado bilionário de segurança que cresce na retaguarda de alternativas de segurança que realmente se tornem eficazes para contornar o problema que assola nacionalmente a estrutura social. Pensando dessa forma e usando da opção metodológica que se tornou mais viável²⁵ para o desenvolvimento do presente estudo, pois como foi explanado no trecho que aborda os procedimentos metodológicos, optamos por usar dados da pesquisa publicada em Ramos e Araújo (2013) obtidos em meados 2010 e 2011, que aborda a problemática do sentimento de medo e insegurança no campus. Dessa forma, o gráfico demonstra as medidas de segurança que a comunidade estudantil se utiliza para sentirem-se mais protegidas quando se encontram nas dependências no campus da UFPA.

Ilustração 40 - Percentual de discentes matriculados em cursos regulares na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto, no ano de 2011, por tipo de medidas de segurança pessoal.



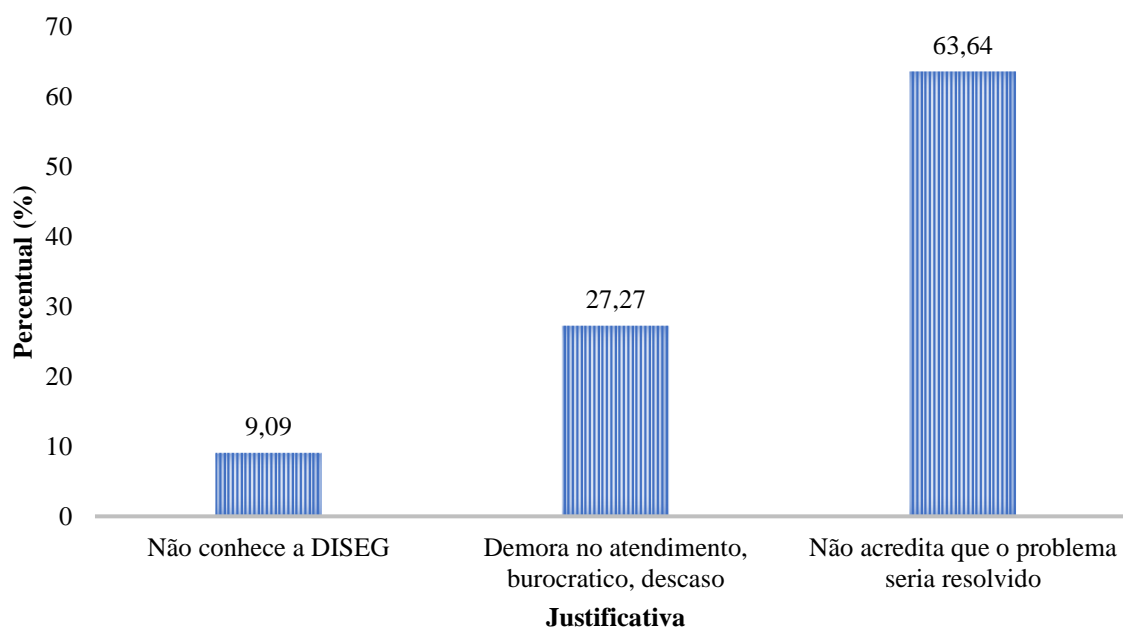
Fonte: RAMOS e ARAÚJO, 2013.

Os dados na pesquisa de Ramos e Araújo (2013) mostram que do extrato total de 427 alunos, 84,36% afirmaram tomar medidas preventivas de segurança dentro da cidade universitária. Assim, das ações declaradas como medidas de proteção: 39,59% declararam que andam em grupo; 24,63% andam atento; 22,3% evitam locais ermos; 6,99% evitam portar objetos de valor; 3,83% evitam andar à noite no campus; e entre essas 2,66% alegaram que tomam outros tipos de medidas de segurança.

²⁵ Devido ao fechamento da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto em razão da pandemia da COVID-19 que começou no Brasil em meados de fevereiro de 2020.

Dentro do horizonte de ocorrências registradas no campus, mesmo que esse quantitativo tenha, relativamente altos índices, 612 ocorrências de furto, roubo e tráfico/consumo de drogas durante os anos de 2009 a 2018, por exemplo, tudo indicada que esses dados tenham sofrido subnotificações, como afirma a Diretoria de Segurança. Esse problema é fruto de anos de sucateamento e descaso com os órgãos de segurança, refletindo na política de segurança que é aplicada na cidade universitária. Então, segundo Ramos e Araújo (2013), o gráfico da ilustração 41 revela alguns dos fatores que causam essa subnotificação nos dados da segurança interna do campus.

Ilustração 41 - Percentual de crimes sofridos sem comunicação ao Setor de Segurança no período de janeiro de 2010 a Agosto de 2011 pelos discentes matriculados em cursos regulares na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto no ano de 2011.

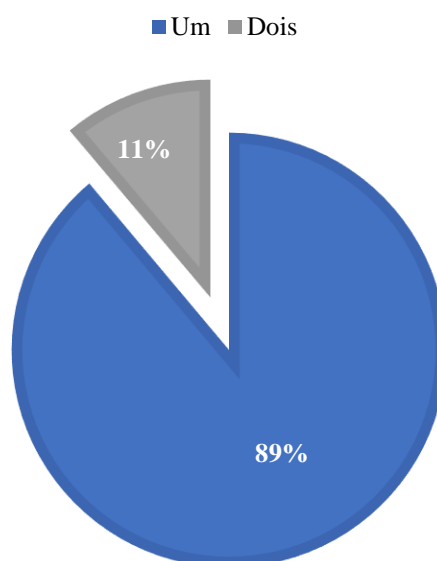


Fonte: Ramos e Araújo, 2013.

Considerando os motivos de subnotificações de crimes registrados no campus universitário, o gráfico 19 aponta que dos 427 alunos entrevistados 57,89% não comunicaram o fato, dado que, destes 63,64% não acreditam que o problema seria resolvido pela Diretoria de Segurança; 27,27% alegam muita demora no atendimento, burocracia e descaso, não gerando resultado na resolução dos crimes; e 9,09% dos discentes desconhecem a existência da Diretoria de Segurança (RAMOS e ARAÚJO, 2013).

Dentre esses aspectos, existe ainda, o número de vezes que cada discente foi vítima de algum tipo de crime na cidade universitária. Logo, no universo total de alunos que foram aplicado os questionários, 88,89% apontaram que já sofreram pelo menos uma vez algum tipo de crime; e 11,11% já foram vitimados pela criminalidade pelo menos duas vezes na cidade universitária da UFPA (RAMOS e ARAÚJO, 2013).

Ilustração 42 - Percentual de discente matriculados na cidade universitária prof. José da Silveira Netto (UFPA), no ano de 2011, por número de vezes que foram vítimas de crimes no período de Janeiro de 2010 a Agosto de 2011.



Fonte: RAMOS e ARAÚJO, 2013. Elaboração: BARROS, 2020.

A partir da condição de enclave territorial que a cidade universitária exerce em meio ao contexto sócio-espacial de Belém do Pará, onde as suas fronteiras são diariamente protegidas por projetos de segurança e parte de sua população flutuante comporta-se mais especificamente como aquelas encontradas em ambientes privados dos espaços fechados, murados (SPOSITO e GOÉS, 2013) – definidos pelo poder de quem pode ou não entrar nesses ambientes, retrato da contenção e i-mobilidades desses territórios (HAESBAERT, 2014a; 20014b; 2015) que esses espaços adquirem – o campus universitário se projeta como um “espaço conveniente” para certas práticas ilícitas, indo na contra mão das alternativas de segurança usadas.

Portanto, territórios usados como forma de dominação pela criminalidade passam a ser constantemente vistos como espaços de riscos, gerando medo naqueles que cotidianamente precisam transitar por ele. Em vista disto, neste percurso final do trabalho, alicerçado em tudo que foi levantado, identificado e examinado sobre as três práticas ilícitas mais evidentes (furto, roubo e tráfico/consumo de drogas) na cidade universitária, constatou-se que mesmo ela sendo um território vigiado, a criminalidade conseguiu se moldar nas fissuras deixas pelo seu aparato de segurança, utilizando-a como substrato material, paradigma expostos por Souza (2011), sendo capaz de construir suas territorialidades, atuando cada uma de forma independente.

CONCLUSÃO

Ao decorrer às considerações finais acerca deste trabalho, vale salientar antes de tudo, que deve-se reconhecer que as muitas descobertas e saberes produzidos envolvendo as atividades ilícitas na cidade universitária prof. José da Silveira Netto (UFPA), seus espaços e territorialidades, sua relação com os bairros vizinhos e a questão de como é tratado o problema da criminalidade de um espaço institucional federalizado (áreas da união), saltam miríades de questionamentos mais amplos e abordagens mais aprofundadas em diversos aspectos analíticos da ciência que envolvem o estudo do crime, isto porque nem um trabalho precursor possuem elementos que consigam sintetizar todos os fatores que abarcam as dinâmicas correspondentes a essas atividades com um grau de complexidade elevado, de tal modo, que se torna difícil abranger todos os seus ramos de estudo, desde a forma que se comporta no espaço até como se utiliza dele.

Para uma síntese mais apurada, o todo deve ter sido apropriado e experimentado, o que não é o caso deste esforço, por todos os empecilhos que surgiram em seu decorrer. Portanto, esta é uma nota introdutória de um problema real das universidades brasileiras. E, além disso, é um estudo que reconhece a heterogeneidade do tema, os limites teóricos, metodológicos e temporais que nele contém.

A questão da criminalidade – que se torna violenta dependendo do crime pelo qual e tipificado – em terras institucionais, tal como os *campi* universitários, é um conteúdo novo que cobre poucos trabalhos tratando desta problemática. No caso do campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), localizado no bairro Universitário, situado num contexto sócio-espacial de vulnerabilidade social e pobreza em Belém do Pará, sua conjuntura, torna-se mais difícil de ser explorada já que, além dos agentes internos que dão a estrutura dos territórios, existem os agente externos, aqueles responsáveis por parte da manutenção do ilícito, pois quando há operações de combate à criminalidade nas dependências do campus, os sujeitos que estão envolvidos nas práticas delituosas tem na maioria das vezes relação com as comunidades vizinhas.

Porém, relacionado à atividade do comércio ilícito de drogas e suas áreas de consumo no campus, os indivíduos que usufruem desses espaços têm outras características, pois além de ter indivíduos que mantêm um vínculo institucional, acha-se também, pessoas que não tem este tipo de relação com a UFPA, mas conquista uma conexão simbólica com o lugar que por ter uma característica bucólica (já mencionada) por estar às margens do rio Guamá, essas áreas são pontos de encontro de pessoas com visões de mundo, costumes variados, perspectivas filosóficas e políticas distintas. Além do fator socioeconômico diferenciado de muitas delas.

Dessa forma, ao propor este estudo com enfoque na multiterritorialidade que é exercida na área de estudo, este trabalho teve o objetivo de desvendar os múltiplos territórios do crime, isto é, uma sobreposição de relações de poder e dominação que se formam no território institucional da cidade universitária, muitas vezes de forma relacional, usando uma base teórica, dentro de uma perspectiva *materialista-histórica-dialética-geográfica*, passando por diversos autores, que reconhecem a importância de compreender os fenômenos sociais dentro de uma visão material de lutas de classes, a luz do *marxismo*.

Portanto, construiu-se dentro de um processo histórico a estrutura do território zonal do furto, a mobilidade do território flutuante do roubo e as conexões/rede do território descontínuo do comércio ilícito de drogas, usando uma metodologia que se baseia na compartimentação das “partes” para compor um “todo”, formando a organização espacial dessas atividades, compreendendo suas localizações, seus fluxos e *modus operandi*, levando em consideração a condição de enclave territorial da área de estudo, sua securitização, seu fluxo populacional, as possíveis causas de crimes no campus, entre outras situações que foram encaradas importantes para esta dissertação.

Neste ponto, os resultados obtidos através desta abordagem mostram como a Geografia do Crime se apresenta no cotidiano da maior instituição de ensino superior do Estado do Pará e, também, sua relação com seu contexto sócio-espacial. Assim, mesmo este problema dispondo de uma causa social muito forte, não se pôde descartar o fator situacional do lugar dentro da capital paraense, que assegura para o crime várias opções de estratégias que servem como facilitador de acesso para dar continuidade a práticas consideradas ilícitas.

Outro ponto a ser destacado é a atratividade econômica que a cidade universitária exerce sobre estes sujeitos que veem no crime um dos, ou se não, o único modo de sustentação e reprodução da vida, isto é, de subsistência. Isso sem banalizar o que é ilícito e que, sim, deve ser combatido. Deste modo, em contra mão, dentro do caso do tráfico, existem os indivíduos que não necessitam deste método para subsistir, porém usam-no exclusivamente para manter um ganho/lucro, visando outras finalidades (neste caso pessoas de classe média, com um poder aquisitivo considerável que, mesmo assim, passam a desenvolver práticas ilícitas) e outros que transformam o comércio de substâncias ilícitas, visando as áreas de consumo, num trampolim de oportunidades, ou seja, de “fator oportuno” para o furto e roubo.

No entanto, não compete a este trabalho julgar as causas pelas quais pessoas entram no chamado “mundo do crime”, pois seu dever principal foi mostrar as relações que estão entrelaçadas com esse fenômeno social que perdura na realidade brasileira, sem se deter em

fazer um juízo de valor, seguindo uma abordagem de apresentar as consequências no cotidiano do campus universitário.

De todos os modos, fazer este estudo na cidade universitária prof. José da Silveira Netto perpassa por várias inquietações, pois a violência e a criminalidade dentro do campus é um assunto que muitos sabem que ocorre, porém pouco se discute sobre o tema, ocasionando assim, a ausência de debates para se chegar a ações que tratem o problema com maior seriedade que possibilite a convivência pacífica entre pessoas que frequentam e utilizam desses espaços, que acima de tudo, são públicos.

Por isso, ações de defesa social que são colocadas em práticas nos moldes das realizadas no âmbito da segurança pública das grandes metrópoles acabam se defasando com as várias situações que são postas em uma cidade universitária. Neste sentido, o problema não será resolvido apenas com políticas de combate e repressão à criminalidade, deve-se incluir dentro desses planos postulados que procure assegurar uma ampla atuação dos diversos ramos da sociedade, para se alcançar uma política de segurança pública universal que sirvam para instituições que necessitem deste tipos de projetos e, idem, para as cidades onde os *campi* estão inseridos.

Por fim, ainda que de forma tímida, vale levantar algumas medidas que poderiam ajudar no problema da criminalidade, não só na cidade universitária da UFPA, mas dentro do cenário dos *campi* espalhados pelo Brasil que sofrem com as mesmas dificuldades. Assim, políticas de segurança efetivas deveriam ser encabeçadas buscando: i) aproximar e atrair as comunidades vizinhas no intuito de estimular a convivência no âmbito universitário, possibilitando a ocupação dos espaços comuns das instituições de ensino superior com ações sociais que absorva de forma mais ampla todos aqueles que frequentemente estão nesses lugares, seja desenvolvendo suas atividades acadêmicas ou buscando desempenhar outras práticas espaciais; ii) criar alternativas de segurança comunitária para que as autoridades consigam dialogar com a sociedade civil; iii) e, por último, o desenvolvimento de projetos colaborativos de cidadania entre universidades e os órgãos de segurança e defesa social para atuarem nas comunidades vizinhas como mediadores de conflitos, pois melhorando os índices de violência e criminalidade no entorno, automaticamente esses resultados serão refletidos para dentro dos *campi*.

Feito isso, cabe deixar duas reflexões para se pensar quais os erros que estão sendo cometidos nas políticas de segurança pública nessas instituições, de certa forma, vale questionar: até que ponto as novas modalidades de monitoramento, segurança e vigilância estão ajudando para solucionar o problema da criminalidade generalizada?; Vale a pena ser vigiado

24 horas por dia em troca de uma promessa de segurança que nem sempre se torna efetiva e acaba por amedrontar ainda mais a sociedade?. Então, talvez o problema não esteja na segurança em si, mas em outras esferas básicas da sociedade relacionadas ao direito de viver a cidade num todo, como educação, saneamento básico, saúde e lazer.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Da violência**. 1969/1970. (versão digital). Disponível em: <http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2014/02/harendtdv.pdf>. Acesso em: 15 de Ago. de 2017.
- BARBOSA, J. E.; ROCHA, G. de M. A produção do espaço institucional da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto, em Belém – PA (1968 – 2006). In: SILVA, C. N.; PALHETA DA SILVA, J. M.; ROCHA, G. de Miranda; BORDALO, C. A. L. (Orgs). **Produção do Espaço e Territorialidade na Amazônia Paraense**: elementos para a análise geográfica. Belém: GAPTA/UFPA, 2016. p. 147 – 165.
- BARROS, A. P. S. **Estruturação do circuito do tráfico de drogas na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto – UFPA, em Belém-PA**. 2017. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura), Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- BARROS, A. P. S.; VIEIRA, C. D. de melo. CHAGAS, C. A. N. Território, Rede e Tráfico de Drogas: uma aproximação teórico-conceitual da atividade de comercialização de substâncias ilícitas na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto (UFPA), em Belém/PA. **InterEspaço**. Grajaú/MA. v. 3, n. 10. p. 43-63, set/dez. 2017.
- BELÉM.PA.GOV/SEGEP. **Bairros de Belém**. s.d. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/mapas/bairros/bairros_index.htm. Acesso em: 06 de Jul. de 2020.
- BERNARDES, A.; ZERBINI, A.; GOMES, C.; BICUDO, E.; ALMEIDA, E.; CONTEL, F. B.; GRIMM, F.; NOBRE, G. ANTOGIOVANNI, L.; PINHEIRO, M. B.; XAVIER, M.; SILVEIRA, M. Laura; MONTENEGRO, M. ROCHA, M. F. da; SANTOS, M.; ARROYO, M.; BORIN, P.; RAMOS, S.; LIMA BELO, V. de. O PAPEL ATIVO DA GEOGRAFIA: um manifesto. **XII Encontro Nacional de Geógrafos**. Florianópolis, p. 01-13, Jul. 2000.
- BIBLIOTÉCA DITAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sistema Nacional De Políticas Públicas Sobre Drogas (SISNAD)**. 2008. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/politicas_drogas_sisnad.pdf. Acesso em: 03 de Jun. de 2020.
- CHAGAS, A. Nunes; ALMEIDA, L. Souza de; RAMOS, E. M. L. S.; REIS NETTO, R. M. TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA URBANA: Os agentes macro territoriais e os crimes violentos letais em Macapá-Amapá. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia – MG, v. 20, n. 69, p. 385-402, Março/2019.
- CHAGAS, C. A. Nunes. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, Pará, v.1, n. 1, p. 186-204, 2014.
- CHAGAS, C. A. Nunes.; SILVA, C. N. da; PALHETA DA SILVA, J. M. Uso de ferramentas de geoinformação e a formação de agentes de segurança pública no estado do Pará. In:_____. (Orgs). **Geografia, segurança pública e ordenamento territorial**. Belém: GAPTA/UFPA, 2014. p. 11 – 25.
- CORRÊA R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2011 [1995] p. 15 – 47.
- CORRÊA, Rosália do Socorro da Silva. **Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/ vulnerabilidade social e o tráfico de drogas**. urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana vol. 11. Curitiba. Epub. Dec. 09, 2019.

COUTO, A. C. O. **A geografia do crime na metrópole: das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém.** Belém: EDUEPA, 2014.

CUBAS, V. O.; ALVES, R.; CARVALHO, D.; NATAL, A.; BRANCO, F. C. **SEGURANÇA NO CAMPUS: um breve levantamento sobre as políticas de segurança na USP e em universidades estrangeiras.** *Rev. Bras. Segur. Pública.* São Paulo v. 7, n. 1, 182-198 Fev/Mar 2013.

DIREITOSBRASIL. **Consumir drogas é crime? saiba o que diz a lei.** (s/d). Disponível em: <http://direitosbrasil.com/lei-de-drogas-consumir-drogas-ilicita-e-crime/#forward#forward>. Acesso em: 19 de Out. de 2017.

DOL. **Tentativa de estupro na UFPA assusta estudantes.** 2010. Disponível em: <http://www.diariodopara.com.br/not-cm.php?idnot=88981>. Acesso em: 06 de Jul. de 2020.

_____. **Arrastões marcam a rotina de estudantes no terminal da UFPA.** 2018. Disponível em: <https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-510236-arrastoes-marcam-a-rotina-de-estudantes-no-terminal-da-ufpa.html>. Acesso em: 06 de Jul. de 2020.

FISHER, B. S.; SLOAN, J. J.; CULLEN, F. T.; LU, C. Crime. In: *The Ivory Tower: The Level and Sources of Student Victimization.* *Criminology*, v. 36, n. 3, p. 671-710, 1998.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Record, 2014a [1979]. 295 p.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** São Paulo: Editora Vozes, 2014b [1975]. 296 p.

FUINI, L. Labigalini. **O TERRITÓRIO EM ROGÉRIO HAESBAERT: concepções e conotações.** *Geografia, Ensino & Pesquisa*, Vol. 21, n.1, p. 19-29, 2017.

G1 PARÁ. **Estudante relata ameaça de estupro na Universidade Federal do Pará.** 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/02/estudante-relata-ameaca-de-estupro-na-universidade-federal-do-para.html>. Acesso em: 06 de Jul. de 2020.

_____. **Cerca de 33 assaltos a ônibus de linhas da UFPA são registrados este ano em Belém:** A polícia ressalta a importância de registrar boletim de ocorrência, a fim de que os órgãos de segurança saibam o número de vítimas e intensifiquem a segurança. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/cerca-de-33-assaltos-a-onibus-de-linhas-da-ufpa-sao-registrados-este-ano-em-belem.ghtml>. Acesso em: 06 de Jul. de 2020.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar.** São Paulo: Boitempo, 2016. 505 p.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial.** São Paulo: Editora Unesp, 2006. 160 p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do fim dos territórios à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a. 395 p.

_____. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** 2004b. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/haesbaert-dos-mucc81ltiplos-territoc81rios-acc80-multiterritorialidade.pdf>. Acesso em: 04 de Jul. de 2020.

_____. **Território e multiterritorialidade: um debate.** *Revista GEOgraphia*, Ano IX, n. 17, p. 19 – 46, 2007.

_____. **Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2011 [1995]. p. 165 – 205.

_____. **Viver no limite: território e multi/trasnterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014a. 320 p.

_____. CONTENÇÃO TERRITORIAL: “Campos” e Novos Muros. **Boletín de Estudios Geográficos**, nº 102 – 2014b.

_____. Sobre as I-mobilidades do Nosso Tempo (e das Nossas Cidades). **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 83-92, dez. 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Área territorial brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/belem.html>. Acesso em: 06 de Jul. de 2020.

IBGE/SIDRA. **Censo Demográfico.** 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 06 de Jul. de 2020.

IMPRESA UFPA. **Conheça a Cidade Universitária, marco na história da UFPA.** 2012. Disponível em: < <https://ww2.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=6449>>. Acesso em: 06 de Jul. de 2020.

LABROUSSE, A. **Geopolítica das drogas.** São Paulo: Editora Desatino, 2010. 143 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1992. 214 p.

LEBRUN, G. **O que é Poder.** São Paulo: Brasiliense, 1981. 44 p.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. [1974].

MACHADO, L. O. REGIÃO, CIDADES E REDES ILEGAIS: Geografias Alternativas na Amazônia Sul-americana. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, C. (Orgs.) **Regiões e cidades: cidades nas regiões.** São Paulo: Edunesp, 2003. 728 p.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** São Paulo: Martin Claret, 2012. 176 p.

MASCARENHAS, A. L. dos S.; CORRADINI, F. A.; SAMPAIO, João Batista, P.; OLIVEIRA, D. O. Montelo de. VIDAL, M. R. Geotecnologias no combate a crimes de homicídios no perímetro urbano de Marabá (PA) a partir das ocorrências nos anos de 2011 e 2012. In: SILVA, C. N. da; PALHEDA DA SILVA, J. M.; ROCHA, G. de Miranda; LEÃO BORDALO, C. A. (Orgs). **Produção do espaço e territorialidade na Amazônia paraense: elementos para a análise geográfica.** Belém: GAPTA/UFPA, 2016. p. 79 – 96.

MELGAÇO, Lucas de Melo. O uso do território pela violência. In: SOUZA, Maria Adélia de. **TERRITÓRIO BRASILEIRO: Usos e abusos.** Campinas: Edições Territoriais, 2003. p. 524 – 533.

MISSE, M. Crime e Pobreza: novos enfoques, velhos problemas. **Seminário Brasil em perspectiva: os anos 90.** Departamento de Pesquisas Sociais do IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 26 agosto, 1993.

NERY, Lucas. Violência, criminalidade e políticas públicas de segurança. **Direito Unifacs – Debate Virtual**, Salvador, nº 109, Julho, 2009.

NIPP/UFSC. **Violência e Sentimento de Insegurança nos Campi das Universidades Brasileiras:** Entrevistas com os gestores. 2017. Disponível em: <https://nipp.ufsc.br/files/2017/08/Pesquisa.Hemerografica.pdf>. Acesso em: 20 de Fev. de 2020.

O LIBERAL.COM. **Traficante é preso dentro da UFPA.** 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/policia/traficante-%C3%A9-preso-dentro-da-ufpa-1.112941>. Acesso em: 06 de Jul. de 2020.

PLANALTO. GOV. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 de Jul. de 2020.

_____. **Código de Penal:** Decreto-Lei Nº 2.848, De 7 de Dezembro de 1940. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 03 de Jul. de 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993 [1980]. 269 p.

RAMOS, E. M. L. S.; ARAÚJO, A. dos R. **Violência no campus.** Belém: UFPA, 2013.

REIS NETTO, R. M.; CHAGAS, C. A. Nunes. A ASSOCIAÇÃO EXTERNA COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO: A Percepção dos agentes Territoriais da Segurança pública no Estado do Pará. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, n. 16, v. 2, p. 176-193, jul./dez. 2018.

_____. ALÉM DAS GRADES: um estudo de caso sobre as estratégias utilizadas para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas. **GeoSul**. Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 149-174, set./dez. 2019.

RODRIGUES DOS SANTOS, P. A concepção de poder em Michel Foucault. **Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas**. v. 16, n. 28, jan./jun. p.267-280, 2016.

RODRIGUES, T. **Narcotráfico: uma guerra na guerra.** São Paulo: Desatino, 2012. 128 p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a. 384 p.

_____. **Metamorfose do espaço habitado:** Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b. 136 p.

_____. **Manual de Geografia Urbana.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012c. 232 p.

SAQUET, M. Aurélio. **Abordagens e concepções sobre o território.** São Paulo: Outras Expressões, 2015. 195 p.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Microterritórios e Segregação no Espaço Público da Cidade Contemporânea. **Rev. Cidades**. v. 10, n. 17, p. 60-75, 2013.

SENADO.GOV. JORNAL EM DISCURSSÃO. **Universitários têm consumo de drogas mais intenso e frequente.** 2011. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/dependencia-quimica/aumento-do-consumo-de-drogas/universitarios-consumo-de-drogas-mais-intenso-e-frequente.aspx>. Acesso em: 04 Abr. 2020.

SOUZA, M. L. de. **O Desafio Metropolitano:** Um estudo sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368 p.

_____. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288 p.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011 [1995]. p. 77 – 116.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** 4. reimp. São Paulo: UNESP, 2004. 218 p.

SPOSITO, M. E. B.; GOÉS, E. M. **Espaços fechados e cidades: Insegurança urbana e fragmentação socioespacial.** São Paulo: Editora Unesp, 2013. 359 p.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. ASSENTAMENTOS URBANOS E REESTRUTURAÇÃO METROPOLITANA: o caso de Belém. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, 2(2), p. 39-52, 1998.

UFPA. **Anuário estatístico: Ano base 2017.** Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Diretoria de Informações Institucionais. Belém: UFPA, 2018.

_____. **Anuário estatístico: Ano base 2018.** Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Diretoria de Informações Institucionais. Belém: UFPA, 2019.

_____. **Campus do Guamá passa a ser Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto.** 2007. Disponível em: <<https://ww2.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=1697>>. Acesso em: 06 de Mai. de 2019.

PREFEITURA MULTICAMPI UFPA. **Serviços.** 2017. Disponível em: <http://prefeitura.ufpa.br/index.php/servicos>. Acesso em: 06 de Jul. de 2020.

UFPA/Andifes. **Dados inéditos coletados em pesquisa nacional revelam quem está hoje na maior universidade da Amazônia.** 2019. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/10267-dados-ineditos-coletados-em-pesquisa-nacional-revelam-quem-esta-hoje-na-maior-universidade-da-amazonia>>. Acesso em: 03 de Jun. de 2020.

UFPA/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Plano Diretor Participativo da Cidade Universitária: Segundo Relatório de Pesquisa.** Belém: FAU/UFPA, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: EDUEL, 2012. p. 342.

VIEIRA, C. D. de melo; BARROS, A. P. S.; CHAGAS, C. A. N. **PRODUÇÃO DO ESPAÇO, TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA: uma análise dos homicídios na 4ª e 5ª AISP, Belém-Pará.** **InterEspaço.** Grajaú/MA. v. 5, n. 17. p. 01-17, maio/ago., 2019.

XIMENES, J. P.; BENTES, M.; HOHLENWERGE, S.; RODRIGUES, R.; PONTES, L. **O Plano Diretor do Campus Belém da UFPA. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR.** Rio de Janeiro. maio, 2011.

APÊNDICE

Apêndice A. Roteiro de entrevista semiestruturada realizada na segurança interna da cidade universitária Professor José da Silveira Netto



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Data da entrevista ____/____/____

Departamento entrevistado _____

SEGURANÇA INTERNA

1) EXISTE ALGUMA AÇÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE A CRIMINALIDADE? SE SIM, QUAIS?

SIM

NÃO

2) O EFETIVO É INSUFICIENTE PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO CAMPUS? SE SIM, QUAL SERIA O EFETIVO IDEAL?

SIM

NÃO

3) O MONITORAMENTO ELETRONICO CONTEMPLA TODO O TERRITÓRIO DA CIDADE UNIVERSITÁRA? SE NÃO, QUANTAS CAMERAS SERIAM NECESSARIAS?

SIM

NÃO

4) QUAL MODELO DE SEGURANÇA É APLICADO NO CAMPUS?

5) COMO A SEGURANÇA DO CAMPUS É ORGANIZADA?

6) O MONITORAMENTO DE POSSIVEIS AMEÇAS É REALIZADO SEGUINDO QUAIS CRITÉRIOS?

7) QUANTOS SERVIDORES A SEGURANÇA DISPÕE EM SEU EFETIVO?

8) COMO ESSA QUANTIDADE SERVIDORES É DISTRIBUIDA?

9) QUAL TURNO, PERIODO OU DIA DA SEMANA EXISTE MAIOR ÍNDICE DE OCORRÊNCIAS?

10) COMO É A RELAÇÃO DA SEGURANÇA INTERNA COM OS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO?